



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

**CORPO E VOZ DAS MULHERES NEGRAS NOS MOVIMENTOS DE
RESISTÊNCIA NEGRA NA IGREJA CATÓLICA NA CIDADE DE SÃO
PAULO**

SIMONE ALMEIDA DE OLIVEIRA

*Sob a Orientação da Professora
Rosangela Malachias*

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Fevereiro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca
Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48 c Oliveira, Simone Almeida de, 1972-
Corpo e voz das mulheres negras nos movimentos de
resistência negra na igreja católica na cidade de São Paulo /
Simone Almeida de Oliveira. - Seropédica; Nova
Iguacu, 2024.
189 f.: il.

Orientadora: Rosangela Malachias.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares, 2024.

1. Mulheres Negras. 2. Pastoral Afro-Brasileira.
3. Irmandades Negras. 4. Educação Antirracista. 5. Memória. I.
Malachias, Rosangela, 1962-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil
(CAPES) - Finance Code 001.



TERMO N° 159 / 2024 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.013972/2024-72

Seropédica-RJ, 15 de março de 2024.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

SIMONE ALMEIDA DE OLIVEIRA

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/02/2024

Membros da banca:

ROSANGELA MALACHIAS. Dra. UFRRJ (Orientadora/Presidente da Banca).

ANTONIA APARECIDA QUINTÃO. Dra. UPM (Examinadora Externa à Instituição).

CÉLIA REGINA DA SILVA. Dra. UFSB (Examinadora Externa à Instituição).

GIOVANA XAVIER DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO. Dra. UFRJ (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 26/04/2024 11:22)
ANTONIA APARECIDA QUINTÃO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 012.185.128-14

(Assinado digitalmente em 29/04/2024 12:23)
CELIA REGINA DA SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 608.242.637-15

(Assinado digitalmente em 16/03/2024 01:16)
ROSANGELA MALACHIAS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 039.198.618-09

(Assinado digitalmente em 17/03/2024 09:28)
GIOVANA XAVIER DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 083.746.067-03

*Oh, mamãe abraça eu mamãe.
Embala eu mamãe,
Cuida de mim...*

*Àquelas que estão em meu congá,
Licença.*

AGRADECIMENTOS

Ave, Maria, que hoje aqui passa,
levanta esse rosto,
milita com sua voz entre as
mulheres
incita o insulto, balança o ventre,
seduz...

[...]

Age, Maria, tempera esta massa,
recheia a seu gosto,
receita é inata entre as mulheres,
mastiga os caroços que jogaram
entre os angus.
Senta, Maria, descansa os dedos
calejados das próprias dores,
respira e aponta pra um novo norte e além
(Luciene Nascimento, 2021)

Primeiramente agradeço ao Criador de todas as criaturas, pela minha existência.

Deus sabe que foi uma luta boa e vitoriosa.

Peço licença para utilizar este espaço para registrar meus sinceros agradecimentos a todas e todos que me deram as mãos, pés, ouvidos e coração até aqui.

Nessa chegaça ao momento final da pesquisa, me encontro com boa saúde do corpo e mente, isso só foi possível por que muitas pessoas emanaram energias positivas e me acolheram antes e durante o processo de pesquisa.

À Nossa Senhora Aparecida meu agradecimento pela constante proteção.

Sem esquecer minha ancestralidade e pertença. Agradeço também a Ogun que transformou sua força em palavras e assim pude transpor barreiras. Abriu caminhos para que eu pudesse comunicar às leitoras e leitores esse universo de memórias e saberes ancestrais, que trago para vocês nas páginas a seguir.

Agradeço àquelas e àqueles, que deste plano já partiram e ainda assim permaneceram me iluminando para que fosse possível concluir os registros de nossas histórias. Obrigada por me ensinarem tanto.

A Sra. Santinha Santos, minha mãe, meu respeito e agradecimento eterno. Seu amor me deu a força necessária para estar neste caminho, seu incentivo silencioso me fez seguir ainda que muitos dissessem que não seria capaz. Mãe, suas palavras e carinho me acompanham em toda minha trajetória. Por tudo meu muito obrigada e sua bênção.

Ao meu marido, professor Eugênio Denilson, meu amigo e companheiro nas horas de festa e de tormenta, meu amante e marido zeloso, obrigada. Você que foi o primeiro a me

incentivar e também o primeiro a sentir minha ausência, mesmo com as dificuldades da fragilidade de sua saúde não me deixou desistir ou esmorecer. Obrigada.

Agradeço à minha querida filha Kizzi Noani, pelo incentivo constante e pela preocupação nos momentos de exaustão, neste que entendo ser o desafio mais difícil que enfrentei nessa trajetória da militância e da vida acadêmica, em que escrevo e me reescrevo a cada nova batalha. Dedico a você, minha princesa, essa vitória.

A presença das minhas irmãs de sangue Cristina Oliveira, Bianca Oliveira e do meu irmão Roberto Oliveira durante a imersão na pesquisa foi de extrema importância, pois de forma muito peculiar e especial me auxiliaram em minhas escrevivências. A vocês meu muito obrigada. Estendo a toda minha família, primas, sobrinhas e sobrinhos, cunhados e cunhada, tias e tios, minha gratidão por estarem comigo sempre.

A todas as mulheres que compartilharam suas vidas, angústias e inúmeras vitórias, meu muito obrigada. Vitórias essas que quero contar aqui para que todos possam ter o prazer de conhecê-las e se inspirarem, assim como eu me inspiro em cada uma de vocês. Isaltina Barbosa, Magnólia Campos, Zulmira Gomes, Cleide Vitorino, Layla Tosta, Dona Cida Ananias, Dona Cida Maestra: obrigada. E nesse sentido agradeço seus familiares por permitirem e compartilharem as memórias de suas(eus) ancestrais(os). Agradeço o carinho da partilha, dos bolos, cafés, chás, enfim, de todo alimento que repartimos, quando nos esquecíamos do tempo e a conversa ia longe.

À minha amiga-irmã Sheeva Motohashi, só posso dizer gratidão por todas as vezes que necessitei do seu colo e do seu apoio. Obrigada por desbloquear minha escrita e pensamento. Por trazer as verdades que serviram como antídotos para a cura de algumas feridas abertas e de outras, que surgiram durante o processo de escrita. Só posso dizer que somos —uêpo”.

Aos meus novos irmãos de pesquisa, que me acolheram em suas casas e corações, com tamanho afeto, capaz de tirar toda tensão das viagens, quase que semanais.

Às revisoras Carol Ponciano e Mayra Beatriz Bertazzoni, que estiveram pertinho dessa escrita e com leveza me auxiliaram a transmitir meus pensamentos.

Por fim, e não menos importante à minha orientadora Rosangela Malachias que, pacientemente, auxiliou no processo das escolhas metodológicas, na transposição de todas as falas e no entendimento do jogo de “estar” no mundo acadêmico sem sair do terreiro.

Em reconhecimento e respeito a todas as personalidades do Movimento Negro na Igreja Católica registro aqui alguns nomes, que pouco aparecem ou não aparecem no texto, mas estão inteiramente imbricados em todo o processo de elaboração da pesquisa. Meu axé!

Dona Carlita, Dona Tati (Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos), Dona Leide e Maria Rita (Irmandade de São Benedito das Vitórias), Dona Cida Missale (Irmandade de São Benedito do Jaçanã), Dona Maria Aparecida Moreira (Pastoral Afro da Diocese de São Miguel Paulista), Dona Romana Maria dos Santos (Pastoral Afro da Diocese de São Miguel Paulista), Dona Agenir Correa (Pastoral Afro de Vila Nhocuné) Maria Cândida de Paula Thomaz de Sousa (Pastoral Afro Paróquia Nossa Senhora Achiropita e Arquidiocese São Paulo), Vera Lúcia Lopes (Grupo Afro-Dignidade e Regional Sul 1 – CNBB), Joel Novaes (Irmandade Nossa Senhora da Paz), Dona Vanilda (Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandú), Selma Casemiro (Comissão dos Festejos de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha), Dona Margarida Adão (Pastoral Afro Jesus Adolescente e As Pastorais do Rosário), Sr. Antônio Lopes (CEBS), Marlei Madalena e Vilminha (As Pastorais do Rosário), Sandra (Irmandade Nossa Senhora Aparecida e São Benedito do Lauzane Paulista), Dona Zica (Pastoral Afro-Brasileira de Bangu), Anderson Ribeiro (Irmandade Nossa Senhora do Rosário do Rio de Janeiro e CONISB), Dona Leni Maria da Silva Correa (CONISB), Guilherme Botelho Júnior, Dona Nereide da Conceição Gomes dos Santos (Pastoral Afro de Vila Nhocuné), Dona Mafalda (Pastoral Afro de Vila Nhocuné), Paula Homma (Pastoral Afro-Brasileira do Jd. das Oliveiras e GAPAD), Dona Vera Venuto (Pastoral Afro Jesus Adolescente), Dona Neusa Lima (Pastoral Afro Jesus Adolescente e As Pastorais do Rosário), Dona Nenê – Carolina Miranda Francisco (Pastoral Afro-Brasileira Jesus Adolescente), Dona Luluca – Maria José Ramos (Pastoral Afro-Brasileira Jesus Adolescente), Dona Margarida Honorato (Grupo Pérola Negra – Diocese de São Miguel Paulista), Sr. Rubens Julião (Grupo Pérola Negra – Diocese de São Miguel Paulista), Pe. Marco Longuini Barbosa, Pe. Oscar Liofo, Pe. Ibhraím Muínde, Pe. Eduardo Bina, Pe. José Enes, Sr. José Moreli (Comissão dos Festejos de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Penha de França), Luciana Ramos (Pastoral Afro - Arquidiocese do Rio de Janeiro) e tantas(os) outras(os) que merecem meu respeito e minha gratidão.

RESUMO

OLIVEIRA, Simone Almeida. **Corpo e Voz das Mulheres Negras nos Movimentos de Resistência Negra na Igreja Católica na cidade de São Paulo.** 2024. 189p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

A pesquisa está pautada na ação de mulheres negras que integram as Irmandades Negras Religiosas e a Pastoral Afro-Brasileira, ambas da cidade de São Paulo, e investiga como essa presença pode contribuir para permanência e continuidade dessas Instituições. Trazemos dados que colaboram com a hipótese de que o resgate e a valorização da herança africana no Brasil estão relacionados ao reconhecimento político de uma identidade cultural e uma das possibilidades é que a aproximação a elementos identitários deve se dar tanto pela tradição oral quanto pela educação formal (Bâ, 2010). Tal constatação nos permite associar a ação dessas mulheres com os quatro Pilares da Educação (Delors, 2003) e a filosofia Ubuntu (Ramos, 2010). Nossa objetivo é dar ouvidos às vozes das protagonistas destes movimentos, além de documentar e propagar suas narrativas, para que possam dizer, sob sua perspectiva, como estão pautadas as lutas de resistência negra dentro da Igreja (Gonzalez, 1982). Com a premissa de encontrar uma metodologia outra que valorize as histórias de vida como meio para uma educação antirracista, nos aproximamos do conceito de início, meio e começo de novo (Santos, 2015). A partir de uma perspectiva empírica, examinamos a participação política das integrantes e dos grupos enfatizando e destacando o papel das mulheres na luta contra as desigualdades sociais e de raça. A história de vida subsidia essa análise. O método utilizado favorece que os corpos, dos quais nos aproximamos, estejam juntos à autora na transcrição das entrevistas (Alberti, 2018), performance que compõe as histórias de vida narradas nesta pesquisa (Martins, 2021). Os resultados são base para a elaboração de um material paradidático, que seja distribuído para os núcleos educacionais, como subsídio a ser utilizado nos espaços formais de educação. Os resultados podem ainda compor a elaboração de políticas públicas e afirmativas nas áreas da educação e cultura, contribuindo para o avanço do diálogo entre sociedade civil e sistemas formais e não formais de ensino.

Palavras-Chave: Educação Antirracista, Irmandades Negras, Memória, Mulheres Negras, Pastoral Afro-Brasileira.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Simone Almeida. **Body and Voice of Black Women in Black Resistance Movements in the Catholic Church in the city of São Paulo.** 2024. 189p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

The research is based on the actions of black women who are part of the Black Sisterhoods, both in the city of São Paulo, and how this presence can contribute to the permanence and continuity of these institutions. We present data that contributes to the hypothesis that the rescue and appreciation of African heritage in Brazil is related to the political recognition of its cultural identity and one of the possibilities is that the approach to elements of identity should take place through both oral tradition and formal education (Bâ, 2010). This allows us to associate the actions of these women with the four Pillars of Education (Delors, 2003) and the ubuntu philosophy (Ramos, 2010). Our aim is to listen to the voices of the protagonists of these movements, to document and disseminate their narratives, so that they can say, from their perspective, how the struggles of black resistance are guided within the Church. With the premise of finding another methodology that values life stories as a means of anti-racist education, we approached the concept of beginning, middle and beginning again (Santos, 2015). From an empirical perspective, we examined the political participation of the members and the groups, emphasizing and highlighting the role of women in the fight against social and racial inequalities. Life history supports this analysis. The method used allows the bodies we approach to be together with the author in the transcription of the interviews (Alberti, 2018) and the ubuntu philosophy constitute the life stories narrated in this research (Martins, 2021). The results are the basis for the preparation of a paradigmatic material to be distributed to educational centers, as a subsidy to be used in formal educational spaces. The results can also be used to draw up public and affirmative policies in the areas of education and culture, helping to advance the dialog between civil society and formal and non-formal education systems.

Keywords: Antiracist Education, Black Sisterhoods, Memory, Black Women.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01 –	Adinkra Sankofa	31
Figura 02 –	Foto – Santinha Santos de Oliveira	44
Figura 03 –	Foto – Aparecida Leônicio Ananias	47
Figura 04 –	Foto – Magnólia de Sousa Campos	49
Figura 05 –	Foto – Layla Costa Silva Tosta	56
Figura 06 –	Foto –Isaltina F. Barbosa - Formatura Bacharelado em Direito	61
Figura 07 –	Foto – Zulmira Gomes Leite	67
Figura 08 –	Foto – Cleide Aparecida Vitorino	69
Figura 09 –	Foto – Maria Apparecida Amaral Silva	73
Figura 10 –	Adinkra Ananse ntontan	117
Figura 11 –	Foto – Exposição dos Estandartes e Bandeiras em Celebração	125
Figura 12 –	Jornal Notícias de Itaquera - 2008	126
Figura 13 –	Folder – Formação para Pastoral Afro	127
Figura 14 –	Carta/Convite Pastoral Afro Arquidiocesana	127
Figura 15 –	Recorte de Jornal – Missa Inculturada Afro Catedral da Sé	128
Figura 16 –	Recorte de Jornal – Missa Inculturada Dia da Consciência Negra	129
Figura 17 –	Recorte de Jornal – Missa Inculturada Afro Catedral da Sé	130
Figura 18 –	Recorte de Jornal – Ano dos Afrodescendentes	131
Figura 19 –	Panfleto GAPAD – Década dos Afrodescendentes	132
Figura 20 –	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha	132
Figura 21 –	Evento Ubuntu Revelando São Paulo na cidade de Iguape	134
Figura 22 –	Revelando São Paulo, Iguape-SP, romaria fluvial	134
Figura 23 –	Integração na Capela de Adoração a Nossa Senhora Peregrina	135
Figura 24 –	Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos do Paissandú	136
Figura 25 –	Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos do Paissandú	136
Figura 26 –	Recorte de Jornal – Ubuntu Encontro das Irmandades	137
Figura 27 –	Recorte de Jornal – Dona Maria Apparecida Amaral	137
Figura 28 –	Recorte de Jornal – Zulmira Gomes Leite e Toninho Macedo	138
Figura 29 –	Recorte de Jornal – Rainha e Rei Congo – Revelando São Paulo/2012	139
Figura 30 –	Recorte de Jornal – Congadas e Irmandades	139
Figura 31 –	Convite Re-encontro de Mulheres Negras	140
Figura 32 –	Reunião de Mulheres Negras - Igreja Santa Ifigênia	140
Figura 33 –	Anciãs da PAB	141
Figura 34 –	Coleção Percepções da Diferença Negros e Brancos na Escola	144
Figura 35 –	Negras Imagens, 1999-2000 – óleo em tela.	145
Figura 36 –	Gráfico – Presença Desigual	147
Figura 37 –	Recorte de Jornal - Bloco Unidos da Melhoridade	148
Figura 38 –	Recorte de Jornal - Do piano ao Surdo de terceira	149

Figura 39 –	Amadrinhamento do Bloco Santinha é a Mãe	150
Figura 40 –	Bloco Santinha é a Mãe, nas ruas da Vila Nhocuné	151
Figura 41 –	Família Bloco Santinha é a Mãe	151
Figura 42 –	Visita ao Quilombo da Fazenda	152
Figura 43 –	Sr. Zé Pedro e roda de contação de histórias	153
Figura 44 –	Pintura na parede - Turi Vimba	154
Figura 45 –	Baobá – Quilombo do Cafundó	154
Figura 46 –	Exposição livros – Conferência sobre Educação Antirracista	155
Figura 47 –	Foto do Auditório Conferência sobre Educação Antirracista	156
Figura 48 –	Gráfico – Gênero – Conferência	157
Figura 49 –	Gráfico – Tabela Raça/Cor – Conferência	157
Figura 50 –	Gráfico – Racismo na Escola – Conferência	157
Figura 51 –	Equipe Gestão e Assessores Conferência Antirracista	159
Figura 52 –	Santinha Santos de Oliveira – Concentração Carnaval 2022	167
Figura 53 –	Pastoral Afro de Vila Nhocuné e Fidèle Katsan Fodagni Kokouvi	167
Figura 54 –	Missa Afro Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Vila Nhocuné	168
Figura 55 –	Grupo Capoeira Almada Santos do Mestre Ananias	168
Figura 56 –	Milharal do Herbário Aparecida Ananias Dofurê	169
Figura 57 –	Dona Aparecida Ananias e seu pilão	169
Figura 58 –	Cia de Reis Estrela do Oriente da Vila Nhocuné	170
Figura 59 –	Sala de Aula Mova – Isaltina Barbosa	170
Figura 60 –	Família de Layla Costa da Silva Tosta	171
Figura 61 –	Arturzinho e Sr. Cremildo	171
Figura 62 –	1ª Comunhão de Maria Apparecida Amaral Silva	172
Figura 63 –	Dona Apparecida Amaral - Bate papo e memória na cozinha	172
Figura 64 –	Adorno de cabeça (Artesã Família Amaral)	173
Figura 65 –	Cleide Aparecida Vitorino e Ana Carolina	173
Figura 66 –	Estandarte PAB - Grupo Mawusi	174
Figura 67 –	Folder Encontro de Jovens Negros - GAPAD	174
Figura 68 –	Encontro de Integração 2017 – GAPAD	175
Figura 69 –	Equipe Cozinha do Encontro de Jovens Negros	175
Figura 70 –	Anciãs	176
Figura 71 –	Irmandade de N.Sra Aparecida e São Benedito do Lauzane Paulista	176
Figura 72 –	Boletim Movimento Cultural Penha	177
Figura 73 –	Altar Missa Inculturada Afro - Par. Nossa Senhora Aparecida	177
Figura 74 –	Encontro de Integração 2017 - GAPAD	178
Figura 75 –	Rosalina Flauzino e a sua Bandeira	178
Figura 76 –	Cia de Reis Estrela do Oriente	179
Figura 77 –	Irmandade de São Benedito das Vitórias da Vila Formosa	179
Figura 78 –	Procissão das Ofertas com Congada de Santa Efigênia	180
Figura 79 –	Apresentação dos Estandartes em missa para São Benedito	180
Figura 80 –	Procissão das Irmandades em Festa para São Benedito	181
Figura 81 –	Pedido de Bênção	181
Figura 82 –	Finalização Encontro de Jovens Negros	182

Figura 83 –	Moçambique e Pastoral Afro em Festejos	182
Figura 84 –	Obra da coleção Zumbilição – Nação (artista Zul +)	183
Figura 85 –	Pintura São Benedito e Nossa Sra. Aparecida (artista Zul +)	183

APÊNDICES

Apêndice 01	Invocação à Mariamal	163
Apêndice 02	Música - Ô aiê - aô	164
Apêndice 03	Música - Foi Olorum	164
Apêndice 04	Música - Fazei Ressoar	165
Apêndice 05	Música Senhora Negra	166

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – CORPO E VOZ	18
1.1 – Negras Vozes em consonância com os Pilares da Educação ou é Filosofia Ubuntu?	24
1.2 – Bionegrafia de uma autora-narradora	31
1.3 – Bionegrafias - Negras Vozes	37
1.3.1 – Santinha Santos de Oliveira	38
1.3.2 – Aparecida Leandro Ananias	44
1.3.3 – Magnólia de Sousa Campos	47
1.3.4 – Laila Costa da Silva Tosta	50
1.3.5 – Isaltina Barbosa Farias	56
1.3.6 – Zulmira Gomes Leite	61
1.3.7 – Cleide Aparecida Vitorino	67
1.3.8 – Maria Apparecida Amaral Silva	69
CAPÍTULO II – O MOVIMENTO NEGRO NA IGREJA CATÓLICA	74
2.1 – As Irmandades Negras	75
2.2 – O Movimento Social e a População Negra	79
2.3 – A Pastoral Afro-Brasileira	83
CAPÍTULO III – DANÇA AÍ, NEGRO NAGÔ - HISTÓRIAS DE VIDA INSTRUMENTO PARA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	92
3.1 – História de Vida - Um caminho metodológico	93
3.2 – Ancestralidade e Oralidade	100
3.3 – A Construção de uma identidade sociopolítica	106
CAPÍTULO IV – TÁ CAINDO FULÔ - TRAJETOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	116
4.1 – A rede de Ananse: tecendo encontros de negras educadoras	116

4.2 – Ubuntu - Irmandades e Pastorais unidas na luta contra a intolerância religiosa	133
4.3 – Fazei Ressoar - Negras vozes tecendo novas histórias na Educação Formal.	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
APÊNDICES	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184

INTRODUÇÃO

MULHERES NEGRAS PAULISTANAS: FÉ, RESISTÊNCIA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA - O CORPO NEGRO NA IGREJA CATÓLICA

Foi atuando e estudando sobre os Movimentos Sociais e o Movimento Negro dentro da Igreja Católica que me encontro enquanto sujeita e chego até aqui.

Não me reconhecia forte o bastante para entender toda essa movimentação ou para me enxergar capaz de estar aqui conversando com a comunidade acadêmica sobre o meu território.

Acredito que nasci dentro do movimento de resistência negra, já que, desde que a conheço, minha mãe mantém uma fervorosa devoção por Nossa Senhora Aparecida e São Benedito. Vale citar que minha avó já buscava nos terreiros de Salvador e Alagoinhas, na Bahia, a energia para criar sozinha seus nove filhos. Sendo assim, afirmo que foi a devoção nos santos negros, a presença da força vital e minha ancestralidade que me trouxeram para esse lugar de fala (Ribeiro, 2019).

A pesquisa tem início na ânsia em saber o porquê eu não estava fazendo a lição de casa. Sim, as mulheres que me trouxeram até aqui aprenderam com os seus mais velhos, aquilo que transmitiram para mim. E por que eu não conseguia fazer o que elas fizeram?

Então caras(os) leitoras(es), aqui me encontro e as(os) convido a permanecer comigo nessa longa trajetória. Mas antes de seguirmos, irei contar dos caminhos que segui, dos perigos que encontrei e dos frutos que colhi. Já adianto que não iremos só, pois sigo oito mulheres negras. Elas me apontaram o caminho. Espero que vocês sigam conosco.

Minha experiência dentro da Pastoral Afro-Brasileira me colocou em contato com outros grupos de resistência negra dentro e fora da Igreja. Avaliando a média de idade de seus integrantes — por volta dos 50 anos, na década de 90 — surge em mim a preocupação com a continuidade de tais grupos. Parto do pressuposto de que o conhecimento que adquiri, só foi possível pela oportunidade e proximidade com grupos de manifestação popular e de resistência dentro da Igreja. Era preciso preservar esse acesso.

O campo de investigação delimitado se refere aos grupos situados na região Leste da cidade de São Paulo pertencentes à Diocese de São Miguel Paulista e à sua interação com a Irmandade de São Benedito e Nossa Senhora Aparecida do Lauzane Paulista, situada na região Norte da mesma cidade, pertencente à Arquidiocese de São Paulo.

Assim, estruturamos – mulheres que cruzaram meu caminho nessa trajetória e eu – a pesquisa em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, faremos uma imersão nas memórias de nossas entrevistadas que nos brindaram com a narração de suas histórias de vida. Essas histórias (Evaristo, 2003; Martins, 2021) aqui se configuraram como nosso constructo e é através delas que iremos pensar sobre a valorização e reconhecimento da história oral, enquanto meio para conhecer o corpo orgânico das Irmandades Negras e Pastorais Afro-brasileira, nos apresentou alguns desafios e possibilidades.

A escuta sensível (Barbier, 2002) contribuiu para que pudéssemos transcrever tais falas e saberes, no intuito de apresentar à academia epistemologias que transcendem as barreiras da educação formal. Também nos alinhamos à perspectiva da Filosofia Ubuntu (Ramos, 2010), fazendo uma analogia com os Pilares da Educação (Delors, 2003), os quais podem nos orientar para uma educação mais abrangente e emancipadora.

Já no segundo capítulo, apresentaremos, dentro da perspectiva histórica, a formação dos movimentos de resistência negra dentro da Igreja Católica e a constituição dos grupos específicos, aqui pesquisados. Para conhecer a estrutura organizacional, a ação e devoção das Irmandades Negras, foi realizado um breve estado da arte. Esse capítulo traz duas linhas de pensamento para os movimentos sociais. Lélia Gonzalez (1982) apresenta a multiplicidade dos movimentos sociais e do movimento negro, informando que não podemos afastar todos os agrupamentos erguidos por negras e negros dentro da perspectiva da luta por melhores condições sociais e por direitos. Já Gohn (2011) estuda os movimentos sociais sem se aprofundar nas especificidades da população negra, embora entenda que existem muitos movimentos que foram criados nesse sentido.

No terceiro capítulo, pretende-se trazer dados que colaborem com a hipótese de que o resgate e a valorização da herança africana no Brasil passam pela identidade cultural e conscientização política. Para isso, é necessário entender as Irmandades Negras e a Pastoral Afro como movimento negro dentro da Igreja, que, por sua vez, objetiva promover alterações na sociedade, por meio da educação voltada para o exercício pleno da cidadania. Traremos dados que incentivem os organismos públicos e a sociedade numa investidura conjunta para o atendimento do disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9.394/1996) cujos artigos 26º A e 79º foram alterados pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, visando à necessidade de aproximação dos mais novos com os grupos de manifestação cultural de matriz africana e afro-brasileira.

Ouvir as histórias dos integrantes das Irmandades Negras e Pastoral Afro, assim como o olhar para o desenvolvimento e manutenção dos grupos, como nos remete o símbolo adinkra sankofa¹, pode significar, que o fio condutor de novas lideranças e atores é a valorização e reconhecimento da ancestralidade. E esta evoca oralidade e escrita para a construção da dignidade, da cidadania e da identidade sociocultural.

Por fim, a análise dos resultados das entrevistas e práticas para a elaboração de políticas públicas e afirmativas na área da educação e cultura podem contribuir, portanto, para o avanço do diálogo entre sociedade civil e sistemas formais e não formais de ensino.

¹ Adinkra são ideogramas que compõem uma escrita africana, dos povos ashanti. Todos têm um nome, provérbio e significado. O ideograma Sankofa simboliza a sabedoria de aprender com o passado para construir o futuro com o provérbio: se wo were fi na wo sankofa a yenkyi – nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou para trás. Para saber mais sobre símbolos adinkra acesse o site do Instituto de Pesquisas e Estudos afro-brasileiros (IPEAFRO), fundado por Abdias Nascimento e Elisa Larkin Nascimento: <https://ipeafro.org.br>

CAPÍTULO I

CORPO E VOZ

[...]Chibata dentro da senzala fere infinitamente:
[...]

Separe todos os matizes da negritude brasileira
Desintegre todas as identidades
Ficaremos com um nada aguado.
O mestiço não é nem o sim nem o não, é o talvez.
Mentira!

Pergunte ao porteiro do prédio
Interogue o policial
Eles não terão dúvida em apontar
a consistência da minha melanina

Sou negra
Meus dentes brancos trituram
qualquer privilégio retinto
Meu sangue negro corrói a hipocrisia parda
Mela o mito da democracia racial
Corre maratonas libertárias negrófilas
Rasga as entranhas e reluz
Das cinzas à fênix

Do fundo do olho há uma verdade viva
Muito além da cor.
(Cristiane Sobral, 2006)²

Quão agradável é ouvir histórias. Histórias de vida podem desvelar muito da nossa sociedade. Por isso, para começar, vou contar o trecho de uma história que uma senhora de 94 anos compartilhou comigo.

Estamos na cidade de São Paulo. Numa tarde ensolarada saio do bairro de Itaquera, Zona Leste da cidade, rumo ao bairro do Butantã, na Zona Oeste. O propósito era visitar a senhora Maria Apparecida Amaral Silva, uma das protagonistas desta pesquisa e integrante da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Conversa vai, conversa vem perguntei a Dona Apparecida como surgiu o Grupo Mariama, associação da qual ela participa desde 1995.

—...eu amo o Mariama³, mas não pode morrer. Mas se você não faz nada, ele acaba

² Cadernos Negros, volume 29: poemas (Sobral, 2006, p.51)

³ Negra Mariama faz referência à Nossa Senhora Aparecida, nome dado por Dom Helder Câmara, em sua invocação à Mariama ao final da Missa dos Quilombos. A missa foi celebrada em Recife no dia 22 de novembro de 1981. Deixaremos o texto nos apêndices desta pesquisa.

morrendo.”

Ela conta que o Grupo Mariama surge como proposta trazida por alguns membros que atuavam no Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra⁴ do Estado de São Paulo. A Dona Apparecida não se lembra do nome das pessoas que estavam na presidência naquela época, mas faz referência aos amigos que participavam mais ativamente e que faziam parte do grupo s que levou adiante a ideia de criar uma associação de negras e negros idosos. Associação criada, surge a necessidade de batizá-la. Foi sua amiga Carlita que sugeriu o nome Mariama, muito bem recebido por todos.

Dona Apparecida rememora fatos ocorridos há mais de três décadas. Hoje, com noventa e quatro primaveras, essa senhora se esforça para lembrar os sobrenomes das pessoas que participavam do grupo quando ela ingressou em 1995. Naquele tempo, os mais próximos a ela eram Dona Carlita Corrêa, Dona Maria Ligia Rosa e sua filha Ligia, Arlete, Silvia e Expedito, senhor com quem alternou a presidência por vários anos.

Apparecida Amaral fez memória de muitas personalidades da história do Movimento Negro em São Paulo e principalmente daqueles que atuavam dentro dos movimentos de resistência na Igreja Católica. Além de fazer referência a nomes e espaços de atuação, ela trouxe fragmentos da história de vida de cada um. Isso levantou um questionamento: quem conhece os ícones negros da atualidade? Pois bem, esse relato inicial nos abre as portas para trazer à tona a importância de conhecer, compreender e divulgar as histórias das mulheres que participaram e ainda participam dos movimentos de resistência negra na Igreja Católica.

No mesmo dia desse generoso bate-papo, nossa protagonista contou o quanto, naquela época, ela ficava incomodada e sem entender como muitos homens e mulheres, já com a idade avançada, não se percebiam negros e continuavam aceitando todas as imposições de uma estética branca.

Essa questão da identidade negra e da estética foi tema de muitas conversas ao longo das entrevistas – que na verdade eram bate-papos – realizadas para a conclusão desta pesquisa. Questão também levantada em rodas de conversas do Movimento Negro em geral.

Quando Apparecida se tornou membro do grupo, a presidente era uma mulher não negra e as reuniões ocorriam na sala do Conselho. Ela contou que no começo ficava incomodada com a postura de negras e negros que não assumiam o protagonismo nas reuniões do Grupo Mariama. Nessas reuniões, as cadeiras dentro da sala eram dispostas em

⁴ Nomenclatura oficial - Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CPDNC), vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, hoje situado no Pátio do Colégio, localizado no centro da cidade de São Paulo.

fileiras e não em círculo. O que favorecia quem escolhia os lugares à frente, geralmente ocupados por brancos. Já o chamado –fundão” era ocupado pela maioria das negras e negros que também participavam da reunião. Assim as discussões giravam entre os ocupantes dos primeiros lugares; poucas eram as intervenções do –fundão”.

A disposição dos assentos para uma reunião em grupo e a maneira como esses assentos eram ocupados leva a questionamentos quanto à hierarquização dos corpos, ainda que em espaços entre iguais. Onde está a igualdade? Em seu relato, Dona Cida Maestra (nome com o qual a pesquisadora conheceu Dona Apparecida) aponta que a associação foi criada para idosos negros (homens e mulheres). Contudo havia muitos integrantes brancos. Ou seja, ainda que aquele espaço tenha sido idealizado para ocupação de negras e negros da terceira idade, brancos também participavam das reuniões, tendo em vista que participar de uma instituição alicerçada à estrutura organizacional do Estado de São Paulo, conferia aos integrantes certo status, fossem eles brancos ou negros.

Dona Cida Maestra, em sua sabedoria, apresenta nesse relato de quase quatro horas de duração, pensamento e atos de teóricos que estudam as questões sobre as relações étnico-raciais, por isso trago, para conversar com Dona Cida, Lélia Gonzalez (2020) que vai apontar os motivos que levam os amigos da Dona Cida a se posicionarem nos assentos do –fundão”, enquanto brancos normalizam estar à frente das discussões de um espaço criado para pensar políticas de reparação, valorização e maior participação da comunidade negra na sociedade.

Desde a Independência até a atualidade, prevalece uma prática político-social na sociedade brasileira que se esforça para a exclusão de negras e negros da construção da nação. Podemos relembrar aqui como foi o processo de abolição da escravatura e o pós-abolição. No momento em que os negros foram –livertos”, foi oferecido a eles a rua, pois já não havia a senzala, que lhes servia como abrigo e permitia convivência com seus iguais. Também não havia possibilidade de alimentação, porque não tinham emprego que garantiria o dinheiro para a compra do alimento. Restou-lhes que saíssem das fazendas ou casas e se virassem ou que permanecessem e continuassem o processo tal e qual existia, mantendo a escravização (Gonzalez, 2020, p. 94).

Portanto, quando a população negra parte em busca de emprego, não havia trabalho assalariado destinado a eles, porque eles serviam para trabalhar enquanto escravizados e não assalariados. Por isso, para manter a economia do país, são trazidos imigrantes europeus, os quais recebem direitos que não foram concedidos aos escravizados recém-libertos como a concessão de um pedaço de terra, a garantia do direito à família e a possibilidade de manutenção de suas tradições.

Aos negros foi cedida a marginalização. –As condições de existência material dessa população remetem a condicionamentos psicológicos que devem ser atacados e desmascarados” (Gonzalez, 1982, p.15).

Segundo o sociólogo Jessé Souza a hierarquização dos corpos legitimou –uma suposta superioridade inata de uns e inferioridade inata de outros” (Souza, 2017, p.18). Layla Tosta, uma de nossas protagonistas que conheceremos ainda neste capítulo, em conversa apresenta como na vida cotidiana a racialização dos corpos negros nos afeta:

[...] os dois lados da minha família são basicamente negros, mas a gente veio se identificar, nos diferenciar e nos entender como negros –assimidos” eu já era adolescente. Assim, minha família passou a se identificar muito mais com o samba, porque antes era só pagode ou músicas dos anos 80 e 90.

A gente não tinha uma diferenciação, pelo menos ao meu ver, a gente não se entendia diferentes (negros – grifo meu). A gente passou a ser diferente de certo período para cá. Já na minha adolescência mesmo.

Tanto que perto da minha escola, até tinha uma missa. Que era realizada em abril dia 21 ou 23 não lembro, sei que era sempre dia de São Jorge e rezava para Zumbi, também. E o Frei Tatá, lá de São João de Meriti, vinha celebrar em Padre Miguel, que é perto da minha escola. E aí eu não gostava. Achava esquisito pra caramba. É, só que aí, gente, minha mãe, digamos assim, forçou um pouquinho a gente a ir na missa afro, né? Para ver o que, de fato, era aquilo. A gente achava que era coisa de macumba, porque tinha a missa e tinha procissão, aí a procissão era o pessoal da umbanda, candomblé, que fazia procissão. Só que a missa era católica e a gente percebeu. Quando a gente foi assistir, viu que que era uma coisa assim, bem diferente.

Essa mulher preta retinta que morou na Vila Aliança, município do Rio de Janeiro, reafirma o que nos apresenta Gonzalez e Souza. A política de marginalização adensa a questão psicológica. O apagamento da história gera nos corpos negros uma falsa identidade e contribui para a falta de conexão com sua ancestralidade e reconhecimento da identidade negra. O trecho do poema Desespero da poeta moçambicana Paulina Chiziane retrata as marcas seculares de desumanização dos corpos negros e indígenas.

Foi tirada a pátria, a casa, a existência
Tiraram-lhe o corpo e ficou de alma nua
Até da saudade o escravo foi privado
Saudade de quê, se não tem nada nem ninguém?
Por isso rogamos: Deus, faz então o teu milagre
E cura a angústia dos africanos nascidos na América”.
(Chiziane, 2013)

Mas por que está garantida a desumanização e marginalização de corpos negros? No plano religioso, a escravização dos negros é justificada na Bíblia Sagrada no Antigo

Testamento com a passagem dos renegados filhos de Cam⁵. Mas esse processo também passou por diversas políticas de silenciamento e apagamento. Para que tudo fosse apagado, quaisquer práticas que remetessem a algum elemento que aproximasse a população negra de seu passado, memória ou cultura foi proibido ou demonizado. Jessé Souza apresenta algumas suposições para essa justificação:

A distinção entre espírito e corpo é tão fundamental porque a instituição mais importante da história do Cinde, a Igreja Cristã, escolheu como caminho para o bem e para a salvação do cristão a noção de virtude nos termos da necessidade de o espírito disciplinar o corpo percebido como habitado por paixões incontroláveis – o sexo e a agressividade à frente de todas – que levaria o indivíduo à escravidão do desejo e à loucura (Souza, 2017, 20)

Nada que expusesse o passado cultural ou existencial, da população negra e dos povos originários era permitido, assim com práticas de dominação e alienação à cultura, o dominador teria maior êxito.

Uma das consequências da falta de políticas públicas para a população negra é o fato dela ter sido – desde a abolição da escravidão – empurrada para as periferias. Ainda que essa população tenha grande participação no mercado de trabalho, os salários destinados aos negros e negras é mais baixo do que o da população não negra. E ainda que essa população tenha a força do trabalho, isso não significa que a ascensão econômica acompanhe o percentual.

Algumas das histórias de vida que são narradas neste texto se aproximam do pensamento de bell hooks, quanto à negação da intelectualidade e ativismo das mulheres negras (hooks, 1995): existe a imposição de uma sociedade patriarcal, que nega a todo momento a força da mulher, principalmente quando se trata das mulheres negras.

Dona Cida Maestra conta sobre a época em que ela precisava ficar sempre aos pés de sua mãe. Qualquer deslize provocava olhares de reprovação de Dona Lydia, pois a garota não podia sair do canto que lhe era designado. Estamos falando do século passado. Veja como a elite tratava os empregados negros e seus filhos. Dona Cida Maestra desde cedo foi impedida de ocupar os espaços. Ela entendia os olhares da patroa de sua mãe e que qualquer reação contrária à ordem dada no olhar, podia acarretar na falta de alimento mais tarde, pois sua mãe poderia ser dispensada do trabalho ou tolhida de levá-la consigo.

⁵ No livro de Gênesis, o patriarca Noé, após uma embriaguez, é visto por seu filho Cam, que além de invadir a privacidade do pai, entrando em sua tenda sem a devida permissão, narra aos seus irmãos Sem e Jafé o estado de embriaguez e nudez do pai. Noé, tendo conhecimento do ocorrido, lançou uma maldição em toda a descendência de Cam (os africanos): todos seriam servos de Sem e Jafé (Gn, 9: 18-29).

A resistência se fez no conformismo (Chauí, 1986), a criança retraiu-se, mas guardou lembranças amargas e numa estratégia de aceitação e recusa soube conquistar seus espaços. A Maestra além de alterar a ocupação da sala nas reuniões, colocando as mulheres que eram maioria no grupo à frente das decisões, ainda alterou o corpo da presidência: ela foi eleita por três mandatos, os quais alternou com seu amigo negro Expedito, que também ficou na presidência do Grupo Mariama por mais de um mandato. Essa mulher, quando criança, se mantinha quieta brincando sozinha aos pés da máquina de costura conduzida por sua mãe, que por sua vez era uma artista no coser. E por esse motivo costurou para as duas gerações da família de Dona Lydia Dias de Aguiar, mãe da pintora, escultora e cronista Tarsila do Amaral.

É possível perceber o corpo como a possibilidade de existirmos e sermos no mundo? Segundo Azoilda Loretto da Trindade (1957-2015), a corporeidade é a maneira que temos de compreendermos o nosso —*se*’ e —*estar*” no mundo, é o que materializa nossa alma (Trindade, 2015). Leda Maria Martins (2021) trabalha com essa mesma perspectiva da vida que se materializa na movimentação dos corpos.

A opção por conhecer e dar visibilidade às mulheres pretas das Irmandades Religiosas e Pastoral Afro-Brasileira surge nas andanças junto a essas entidades. Após anos de atuação na Pastoral Afro-Brasileira, a autora desta pesquisa identifica que tais instituições foram e permanecem compostas, quase que majoritariamente, por mulheres. Sendo assim, a decisão em dar visibilidade a esse corpo e de divulgar essas vozes foi o fio condutor da pesquisa. A voz que profere a palavra é a grande condutora desta teia de histórias que se cruzam, mas também é importante falarmos sobre o corpo que abriga essa voz.

A reunião de negras e negros desses grupos, na maioria das vezes visam à divulgação das histórias de santas e santos de devoção do povo negro. Para além da devoção, está a necessidade de dar visibilidade ao corpo negro e de apresentar não só à Igreja, mas também para toda sociedade, o valor e potência da população negra.

Após séculos de existência negada, o ativismo de negras e negros descortinou nossa história e passamos a realizar estudos e fazer registros de nossos ícones. O corpo negro, a voz negra passa a ocupar espaços que antes não nos eram permitidos. As histórias que leremos ainda neste capítulo expõem essa realidade.

Dentro da perspectiva de que nossos corpos são templos sagrados, – marcados por uma ancestralidade forte e pujante, pois neles habitam reis, rainhas, anciãs e anciões, sacerdotisas e sacerdotes – seriam eles capazes de transformar resistência em existência, atuante nos diversos espaços que coabitam?

O corpo é vida. É o aqui e o agora. É a potência. É a possibilidade. Com o corpo afirma-se a vida, se vive a existência. Ele traz uma história individual e coletiva, uma memória a ser preservada, inscrita e compartilhada. Desta maneira, o corpo conta histórias (Trindade, 2006, p.98).

Por essas e tantas outras razões urge a necessidade de valorizar o corpo negro. As trajetórias presentes neste texto ajudam a evidenciar que a construção da identidade do corpo negro sociopolítico, após séculos de existência negada, perpassa pela educação. Da qual não podemos excluir as histórias de vida das lideranças comunitárias, presentes na atualidade, conforme orientação da Diretrizes Nacionais Curriculares para as Relações Étnico-Raciais.

Quando uma criança negra se sente tolhida, espoliada, ferida em seus sentimentos, seu direito à voz e ao conhecimento são negados, dentro de sua trajetória escolar, a construção de sua identidade fica comprometida, ou seja, sua trajetória escolar confere um peso considerável na conformação da identidade negra (Gomes, 2002).

Portanto, a partir dessa construção sobre a questão corpórea dos movimentos de resistência negra na Igreja Católica, neste capítulo vamos apresentar as mulheres que foram escutadas durante a pesquisa, dando voz e protagonismo ao corpo negro que fala e faz ressoar a nossa história.

1.1 – Bionegrafias: vozes em consonância com os Pilares da Educação ou Filosofia Ubuntu?

...Não é que eu
Seja racista...
Mas existe uma
História
Que só os NEGROS
Sabem contar
...Que poucos podem
Entender.
(Éle Semog)⁶

Em 2020, auge da pandemia do Covid-19, a autora desta pesquisa foi convidada a narrar a história de uma poeta negra. O convite partiu da artista Sandra Urizzi Lessa, mestre na arte da cena, que assumiu a curadoria do projeto Rito-Arte da Lembrança, do Museu da Pessoa. Criada a equipe de contadores de histórias, esta narradora foi brindada com a responsabilidade em contar a trajetória de Tula Pilar (1970-2019).

⁶ Poema –Ponto Histórico” in Negros em Versos (2005).

Foi emocionante adentrar a intimidade da história contada por Tula Pilar, da qual ela era protagonista – história que já era conhecida por mim. O trabalho despertou-me a ideia de ouvir e narrar as histórias e trajetórias de vidas negras próximas à militância. Foi assim que todo percurso de histórias de vidas de pessoas negras contadas por essa autora-narradora passou a se chamar Bionegrafia.

O que começou sem compromisso, passou a ser visto como possibilidade de conceituar a narração artística de vidas negras. O desejo se tornou necessidade e ao nomear projetos cuja contação de histórias de personagens negros eram o objetivo principal, portas se abriram e um novo olhar passou a engendrar essa prática.

Ao presenciar uma apresentação da Companhia de Reis Estrela do Oriente nas ruas da Penha – Zona Leste de São Paulo –, foi possível perceber olhares de jovens curiosos e de pequeninos alegres e entusiasmados, todos se balançando, imitando o Bastião⁷. Naquele momento, uma interrogação irrompe o olhar atento desta autora-narradora: eles conhecem essa tradição? Na ocasião, não foram verificadas as percepções dos jovens sobre as tradições após o contato com a Folia.

Aproximar essas tradições dos mais jovens tem sido uma prática das Irmandades Negras Religiosas e dos grupos de Pastoral Afro, por meio das missas inculturadas. Esse estar junto, levar conhecer para tornar-se parte são estratégias utilizadas por essas mulheres que buscam romper com as imagens negativas trazidas por diversos meios de comunicação. Nesse sentido apresentar as histórias de vida de lideranças negras aos mais novos está em consonância com os Pilares da Educação de Jacques Delors (1925-2023) (2003) que são:

- a) **Aprender a conhecer.** Esse pilar aponta certa valorização da memória enquanto instrumento para o aprendizado e tem como fundamento incentivar o gosto por compreender, conhecer, e descobrir o mundo que nos rodeia. Compreender os diversos saberes acarreta em despertar a curiosidade intelectual. Dentro dessa perspectiva, conhecer as diversas culturas possibilita o respeito às diversidades, a compreensão de outras realidades, assim como colabora com a extinção de uma hierarquização dos corpos e aniquilação de preconceitos.
- b) **Aprender a fazer.** Esse pilar não nos remete ao aprendizado de atividades práticas indutivas e mecanizadas. Ele está aliado a aprender a conhecer. Trata-se de uma “qualificação mais social que uma qualificação profissional” (Delors, 2003). Ele incentiva o processo de autonomia por meio da apreensão do fazer que

⁷ Bastião, também chamado de Palhaço na Folia de Reis, é o responsável por anunciar a chegada da Bandeira às casas e é quem recolhe as ofertas doadas.

torna o ser capaz. As mulheres negras protagonistas de suas histórias vivenciaram esse processo de apreensão do fazer e se tornaram, ao longo do tempo, capazes de pensar, refletir e propor melhorias nas condições sociais da população negra.

- c) **Aprender a conviver.** Esse pilar talvez seja o mais difícil de empreender na atualidade. Parece ser simples, mas as diferenças, falta de conhecimento e a corrida pela dominação do outro, impedem a prática desse pilar que está baseado no exercício da tolerância e respeito ao próximo, assim como no respeito às diversas culturas.
- d) **Aprender a ser.** Para o exercício desse pilar, é primordial o reconhecimento de si. É fundamental a aceitação de suas próprias limitações, aprender o autocuidado, assim como eliminar os estereótipos e preconceitos. Seria então a aplicação da filosofia africana Ubuntu⁸, que, numa explicação simples, significa –eu sou, porque nós somos”.

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História da Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasil, 2004) tem como meta garantir a efetivação da gestão democrática da educação, estimulando a participação da comunidade docente e discente na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares. Essa proposição também está presente no Parecer (CNE/CP 003/2004) para a elaboração da Lei 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) 9.394/1996 em seus artigos 26 A e 79.

Os capítulos a seguir permitirão a aproximação com as protagonistas desta pesquisa, principalmente por meio de suas histórias de vida. Neles evidenciaremos a preocupação do Movimento Negro no Brasil com a reformulação da Educação Básica e continuada. Atualmente, no relatório para a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História da Cultura Afro-brasileira e Africana está presente que –a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo” (Brasil, 2004, p. 07).

A aproximação com as histórias de vida é também abrir espaço para as epistemologias do Sul, porque nortear nosso pensamento se podemos sulear? É possível ultrapassar essa dicotomia entre Sul e Norte? Aproximar-se das histórias de vida de nossas protagonistas e dos saberes por elas produzidos é quase uma ameaça ao dualismo normativo vigente.

⁸ Detalharemos mais sobre essa filosofia e suas aproximações com nossas protagonistas no capítulo IV.

Segundo Desmond Tutu, bispo sul-africano, Ubuntu é a essência do ser humano, pois não se vive isoladamente. Para essa filosofia, que tem origem na tradição bantu, a pessoa está sempre disponível para os outros, sendo assim pessoas focadas nas alianças e relacionamentos. Para Nelson Mandela, "O UBUNTU não significa que uma pessoa não se preocupe com o seu progresso pessoal. A questão é: o meu progresso pessoal está ao serviço do progresso da minha comunidade? Isso é o mais importante na vida".

Na propositura do pilar –aprender a conhecer” está intrínseca a importância de exercitar a memória desde a infância. Dado que a indústria televisiva e as novas tecnologias prendem a atenção das pessoas, numa sucessão de informação extremamente rápida e induzida. O conteúdo apresentado é formulado por uma camada da sociedade que está no topo da pirâmide social. Essa dinâmica reduz a possibilidade da descoberta do outro e de si, além de interferir no aprofundamento da apreensão dos saberes, o que sugere a reflexão sobre quais saberes são disponibilizados não só na indústria da informação, mas também nas escolas.

...o exercício da memória é um antídoto necessário contra a submersão pelas informações instantâneas difundidas pelos meios de comunicação social. Seria perigoso imaginar que a memória pode vir a tornar-se inútil, devido a enorme capacidade de armazenamento e difusão das informações de que dispomos daqui em diante. É preciso ser, sem dúvida, seletivo na escolha dos dados a aprender "de cor" mas, propriamente, a faculdade humana de memorização associativa, que não é redutível a um automatismo, deve ser cultivada cuidadosamente. Todos os especialistas concordam que a memória deve ser treinada desde a infância, e que é errado suprimir da prática escolar certos exercícios tradicionais, considerados como fastidiosos (Delors, 2003).

Tanto a importância que Delors atribui à memória como ferramenta para o aprendizado, quanto sua preocupação com a elaboração da memória das crianças – a qual deve estar em contato com as tradições do seu povo e lugar – pode ser associada ao ditado malinês –Quando um idoso morre é como se queimasse uma biblioteca inteira”, assim como aos pilares –aprender a conhecer” e –aprender a conviver”.

Será que é de conhecimento daqueles que estão dentro dos movimentos de resistência negra as histórias e potencialidades dos seus irmãos de luta? Quem de fato são as pessoas que fazem a roda das Pastorais e Irmandades girar? Quantas(os) santas(os), mártires de nossa história, passaram sem ser conhecidos ou reconhecidos pelas pessoas à sua volta? Será que muito perto de cada um de nós não vive uma pessoa que queremos ou devemos reverenciar?

Para encontrar esse organismo vivo, tentamos aqui desvelar as Irmandades Negras e a Pastoral Afro e encontrar sua –personalidade”.

O termo –personalidade” pode parecer estranho ou inapropriado. Por isso é preciso trazer aos leitores o que nos levou à aplicação desse termo. Foi ouvir a Sra. Zulmira Gomes Leite – uma das protagonistas desta pesquisa e fundadora da Irmandade de Nossa Senhora Aparecida e São Benedito, no Lauzane Paulista, na Zona Norte da cidade de São Paulo – dizer: –Preciso da ajuda de vocês para descobrir a personalidade de São Benedito”. Essa frase foi dita por ela no Centro de Documentação e Memória da UNESP – Cedem/UNESP⁹ – em debate sobre as Irmandades Negras Católicas enquanto lugar de resistência. Com suas pesquisas, iniciadas em 1947, ainda aos 10 anos de idade, ela se aproximou do santo negro em suas idas às igrejas. Neste debate, Dona Zulmira percebeu que *o Benedito* – como ela carinhosamente costumava se referir ao santo – era conhecido mundialmente como um santo festeiro, contudo nos livros o apresentavam como um homem filho de escravos, extremamente obediente, humilde e de pouco falar. Isso lhe causava estranheza, dado que a literatura sobre o santo apresentava relacionamento estreito com reis e rainhas. Santo que era querido e admirado por cidades inteiras. Pois bem, aquela senhora, cujos cabelos já estavam mesclados por fios brancos e negros, com sua fala firme e afetuosa, continuava instigando sua plateia – formada por pesquisadores, professores e ativistas do Movimento Negro – a investigar a personalidade de São Benedito.

A expressão –personalidade” de uma entidade me chamou atenção. Embora Dona Zulmira falasse dessa entidade, São Benedito (o sujeito) representava a unidade de um coletivo: as Irmandades Negras (Ribeiro, 1996, p. 109). Com esta premissa, ressalto a importância em publicizar as biografias das sujeitas e sujeitos que compõem tais movimentos de resistência.

A confluência do pensamento de parceiros e parceiras foi o ponto de partida para iniciar o levantamento das lideranças e posteriormente a coleta das histórias e fotos, que deveriam compor um amplo acervo vivo dos movimentos de resistência negra na Igreja Católica na cidade de São Paulo.

Na Diocese de São Miguel Paulista, Zona Leste de São Paulo, todos os grupos de Pastoral Afro são liderados por mulheres. Nem todos os padres apoiam esse movimento. Por isso é necessário sabedoria e resistência para permanecer atuante em suas comunidades. O

⁹ Debate Cedem/Unesp: Irmandades Negras, 09 nov 2015. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=GGPT66Klm-Q&list=PL52deAfnQYYuljnL8plhfGNu9l6x4p&index=32&t=40s> Acesso em 18 abr 2024.

apoio dos padres negros e não negros que reconhecem a urgente necessidade de mudança na postura da Igreja Católica é primordial para o avanço e conquista de novos espaços.

Em 2005, o padre Jalmir Matias de Oliveira¹⁰ provocou a Sra. Isaltina Barbosa – também protagonista desta pesquisa que também conhiceremos neste capítulo —, ao reunir outras lideranças de grupos que atuavam dentro da perspectiva da fé e negritude nos diversos setores da Diocese de São Miguel Paulista para um bate-papo. Nesse mesmo ano, essas mulheres, apoiadas pelo padre, criam o Grupo de Articulação das Pastorais Afro na Diocese (GAPAD) e indicam, a contragosto, o mesmo padre para ser o assessor da Pastoral Afro na Diocese.

Já é de longa data – e latente no corpo desta pesquisadora – a ideia de preservar as andanças dos movimentos de resistência negra. Assim nasceu o desejo de criar um documentário ou fotolivro no qual seriam protagonistas lideranças dos movimentos de resistência negra atuantes na Igreja Católica. Essa ideia foi compartilhada com alguns amigos: primeiramente com Carmem Lúcia de Oliveira¹¹ (1964-2021), depois com o padre Wilson de Oliveira Sales¹² (Pe. Sabé, 1953-2018) e por fim com Bianca Almeida de Oliveira – que faz parte da Pastoral Afro de Vila Nhocuné, pertencente à Paróquia Nossa Senhora Aparecida – e com Vinicius Nascimento da Silva – integrante do Grupo Pérola Negra vinculado à Paróquia Cristo Ressuscitado. Bianca e Vinícius fazem parte da ala mais jovem da Pastoral Afro-Brasileira na Diocese de São Miguel Paulista.

Com o falecimento do padre Sabé, houve um esmorecimento do projeto. Em 2019 mais uma anciã deixou o ayê¹³. O som do tambor que ecoou em homenagem e despedida à Dona Zulmira Gomes Leite – realizadas pelos membros do Grupo de Articulação da Pastoral Afro da Diocese de São Miguel Paulista (GAPAD) e por outras Pastorais –, fez com que os corpos, esmorecidos pelas perdas recentes, acordassem para a efetivação de projetos antigos.

A pandemia do Covid-19 afastou os grupos, paralisou os trabalhos, mas trouxe a necessidade de ampliar os meios de comunicação. Isso não foi diferente para as Irmandades e

¹⁰ A história de vida deste padre está no acervo de histórias de vida do Museu da Pessoa (**Com quem Jesus estaria?**) Disponível em: <<https://museudapessoa.org/historia-de-vida/com-quem-jesus-estaria-/>>. Acesso em: 18 abr 2024). Ele aparecerá muitas vezes no texto, pois é figura importante dentro das instituições aqui mencionadas.

¹¹ Atuou na Pastoral Afro da Diocese de São Miguel Paulista, SP. Fundadora do grupo Mawusi da Paróquia de São Benedito no bairro de Guaianases. Professora de Biologia da rede estadual da cidade de São Paulo, lutou nas escolas pela aplicação das leis 10.639/2003 e 11.495, 2008. Na Pastoral Afro era a grande incentivadora da luta contra a intolerância religiosa.

¹² Pe. Sabé foi um dos pioneiros na Diocese a questionar a Igreja, quanto à valorização e incentivo da presença negra na instituição. Foi pároco na Paróquia Nossa Senhora Aparecida na Ponte Rasa, SP até a data de seu falecimento em junho de 2018.

¹³ Palavra da Língua Iorubá que significa terra.

para a Pastoral Afro-Brasileira. Os grupos conseguiram ultrapassar a barreira do distanciamento e manter, por meio das redes sociais e novas mídias, a conexão entre grupos e seus integrantes. Cabe ressaltar, que a maioria dos componentes são pessoas idosas, não muito familiarizadas com as tecnologias contemporâneas e uso dos celulares. Entretanto é inegável o esforço realizado pelas Irmandades de São Benedito – sobretudo pelo Conselho Nacional das Irmandades de São Benedito (CONISB) – em criar grupos no Whatsapp para propagar as agendas de ações realizadas com distanciamento social. Foi a tradição na contemporaneidade digital passando pelo mesmo fio: o fio do rosário.

E no fiar desse rosário ocorreram reencontros. Ao contar as histórias de vida, em lives virtuais, a amiga Fernanda Moraes, que partilha das mesmas inquietações sobre o tema negritude e fé, convidou-me a contar histórias sobre personalidades negras na plataforma digital Instituto Black Cause¹⁴, a qual impulsiona e protagoniza projetos de Educação Antirracista. Nesse confluir, cria-se um espaço virtual para divulgar histórias de vida de ícones da comunidade negra, entretanto o foco das narrações seria amplificar o eco das vozes ainda não ouvidas. Para a divulgação das lives foi necessário um título que chamasse atenção e traduzisse nosso objetivo principal.

A cultura negra nas Américas é de dupla face, dupla voz, e expressa se encontraram maneiras de elaborar e transmitir saberes e valores muitas vezes a partir de códigos –sensoriais, visuais, cinéticos, olfativos, gustativos, repleto de música e dança” (Martins, 2021 p.116). A apresentação das vidas negras para essa autora/narradora desde então passa pelo processo de escuta, transcrição e criação. A dança na tessitura das palavras e na composição de cada história narrada e –afrografada” (Martins, 2021) atendeu a performance de cada corpo aqui presente. Nascem então as bionegrafias.

A cocriação e o embasamento do termo bionegrafia também perpassa pela reflexão sobre o sankofa, símbolo adinkra¹⁵, representado por um pássaro com a sua cabeça voltada para trás e com um ovo próximo de seu bico. Sankofa significa aprender com o passado. O provérbio *Se wo were fi na wo sankofa a yenki* é traduzido como –Nunca é tarde para voltar e apanhar aquilo que ficou para trás”. Esse adinkra é para os povos Assante símbolo de sabedoria. Aprender com o passado para compreender o presente e construir o futuro (Nascimento, 2022, p. 27).

¹⁴ Para saber mais sobre esse Instituto acesse <https://blackcause.com.br/>

¹⁵ Para saber mais sobre símbolos adinkra, acesse o site do Instituto de Pesquisas e Estudos afro-brasileiros (IPEAFRO), fundado por Abdias Nascimento e Elisa Larkin Nascimento: <https://ipeafro.org.br>

Figura 1 – Adinkra Sankofa



Fonte: Gibson, 2013, p. 51

O termo bionegrafia também foi utilizado no portal do grupo de pesquisas da Universidade Federal da Bahia, criado em 2019: "YORUBANTU¹⁶: epistemologias Yorubá e Bantu no campo dos estudos literários, linguísticos e culturais". As narrativas a seguir são apresentadas como uma celebração à vida e à memória das vidas negras que compõem o corpo e a voz das Irmandades Negras e da Pastoral Afro-Brasileira na cidade de São Paulo.

1.2 – Bionegrafia de uma autora-narradora

(...) Do meu rosário eu ouço os longínquos batuques
do meu povo
e encontro na memória mal adormecida
as rezas dos meses de maio de minha infância.
As coroações da Senhora, onde as meninas negras,
apesar do desejo de coroar a Rainha, tinham de se
contentar em ficar ao pé do altar lançando flores.

... Quando debulho as contas de meu rosário,
eu falo de mim mesma em outro nome.
E sonho nas contas de meu rosário, lugares, pessoas,
vidas que pouco a pouco descubro reais.
Vou e volto por entre as contas de meu rosário,
que são pedras marcando-me o corpo-caminho...
(Conceição Evaristo)¹⁷

Antecipo aos leitores essa bionegrafia para dar-lhes maior entendimento de minhas escolhas e travessias. O trecho do poema de Conceição Evaristo me ajuda a contar as

¹⁶ <https://www.instagram.com/yorubantu/>

¹⁷ Poema de Conceição Evaristo, Meu Rosário (Evaristo, 2008, p.17-18).

senhoras e senhores quem sou eu e como cheguei a esta pesquisa que registra minhas escrevivências¹⁸.

Na infância, eu não lia, mas ouvia histórias. Definitivamente eu não gostava de ler, mas era uma ótima ouvinte.

Nasci na cidade de Santos, em São Paulo, no ano de 1972. Sou a segunda de quatro filhos gerados por minha mãe. Ela, que é uma mulher preta e soteropolitana, deixou a Bahia porque encontrou o grande amor de sua vida, José Maria de Oliveira, meu pai. Minha mãe mantinha o velho hábito de contar histórias herdado de Dona Josefa, minha avó materna. Eram histórias que falavam sobre sua infância e retratavam a vida com suas irmãs e irmãos por meio dos contos regionais e recontos¹⁹.

As histórias vividas e ouvidas foram para minha mãe e minhas tias a ferramenta que encontraram para ninar, acalantar, brincar, ensinar, zelar e criar seus próprios filhos. Narrando criava-se vidas, ao mesmo tempo em que momentos eram revividos, o que permitia uma breve fuga das dificuldades da casa em que passaram a infância e parte da juventude. Elas também davam outros significados aos momentos no presente. Dessa forma, iam brincando e fazendo memória da mãe muito amada, apesar de sempre severa.

Aos que ouviam, era o momento do prazer, da atenção, da brincadeira, do estar perto da mãe. A roda de histórias que se criava em torno de Dona Santinha era sempre muito divertida. Ouvia-se tantas vezes a mesma história que os ouvintes já sabiam o clímax da narrativa, e, ainda assim, a tensão deste momento se instalava como se fosse a primeira vez que se escutava o enredo, de certo porque cada momento era único e a história teria uma escuta diferente para cada tempo. Esses momentos aconteciam no quintal das casas em que vivi.

Não era só minha família materna que carregava a tradição de contar histórias. Os tios e tias de meu pai Zé Maria também alimentavam esse costume. Em meio a muito afeto familiar, as histórias eram outras. Os temas eram as peripécias de cada uma e cada um que ali estavam. Assim, o “converseiro” fluía regado com muitas gargalhadas. Desta roda de

¹⁸ Conceição Evaristo quando batiza o termo "escrevivências" nos apresenta uma forma de escrever e viver, ou seja, escrever vivências da população negra, trazendo para o centro de sua literatura as narrativas do cotidiano.

¹⁹ Dona Santinha afirma, em uma de suas histórias, que o Lobisomem correu atrás dela. Essas histórias e muitos outros contos populares eram contados. O recontar é basicamente contar de novo. Segundo Vera Maria Tietzmann Silva, encontramos muitas possibilidades de reconto, seja do texto oral para o escrito, da tradição oral adaptada com linguagem voltada para um público específico (contadores de história) e adaptado para linguagem não verbal - a visual (Silva, 2008). Sobre contos e recontos (nos 200 de Kinder - und Hausmärchen, dos Irmãos Grimm, 1812-2012); in Martha, Alice Áurea Penteado. Conto e Reconto: das fontes à invenção. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

histórias participavam todos da família. Essa experiência de contação tão afetiva marcou profundamente minha vida.

Meu pai era um homem de 1,82m e seus irmãos e primos também eram bem altos. Ele era um homem preto da cidade de Pará de Minas, Minas Gerais, e fora criado pelos tios, assim como os irmãos e primos dele, na Baixada Paulista, no bairro de Jardim Casqueiro, em Cubatão, litoral Sul de São Paulo.

O contato com a ala materna da família foi bem menor, exceto pela presença de minha madrinha, irmã mais velha de minha mãe, Tia Zete. Ainda assim, sentíamos a presença de todas as irmãs em suas falas e histórias. As tradições dos nossos mais velhos nos eram passadas por meio desse rememorar afetuoso e constante com o qual minha mãe e meu pai, sabiamente, nos presenteavam. Era mesmo um quintal de memórias.

Sobre mim? Eu era uma menina que não tinha muitos amigos na escola ou na rua de casa. Brincava com minhas bonecas Susi; a preferida era a Susi ciclista. Quando fiz seis anos, ganhei outra boneca: minha irmã. Nessa época, morávamos na cidade de Miguel Pereira, no Rio de Janeiro, e recordo que brincava no quintal com minha prima e andávamos muito de bicicleta. Depois disso, viemos para São Paulo e minha prima não veio conosco, o que me deixou muito sozinha. A minha brincadeira acontecia na rua de casa com os vizinhos.

O tempo foi passando, mudamos para Aracaju, no Sergipe. Foi onde passei a fase mais incrível da minha vida: a adolescência. Primeiro beijo, primeiro zero na escola, primeira saída escondida da minha mãe e primeira vez que entendi situações de discriminação e exclusão. Naquela casa, na Rua Zaqueu Brandão, 688, bairro de São José, passamos três, dos quatro anos que residimos na cidade. Eu passava muito tempo no quintal, colhendo manga-rosa, observando o caminho que os calangos faziam ao subir no coqueiro, cavucando o canteiro bem perto do sapotizeiro²⁰. Quando não estava nesse estreito relacionamento com as árvores frutíferas, estava no jardim mexendo na roseira e no pé de dama-da-noite. Suas flores perfumavam o quarteirão inteiro. A ida para escola acontecia pela manhã e à tarde me dedicava à lição de casa, sob a fiscalização de minha mãe.

Quando retornamos a São Paulo, na mesma casa na Vila Nhocuné, não mais consegui matrícula na escola em que havia estudado antes, a E.M.E.F Prof. Abraão de Moraes. Assim, fui para a E. E. Prof. Astolfo Araújo, que fica na avenida atrás da minha casa. Tinha um terreno enorme que fazia parte da escola, ladeando-a toda, mas que infelizmente não era

²⁰ O sapotizeiro produz um fruto comestível chamado sapoti. Em 1987, minha felicidade foi tamanha em cantar o samba-enredo da escola de samba G.R. E. S. Estácio de Sá, O Tititi do Sapoti, pois a árvore do meu quintal estava na Apoteose do Samba.

utilizado. Todavia, tinha uma casinha de alguém que cuidava desse terreno porque nele havia muita plantação.

A “vivência de quintal” me possibilita escrever este trabalho sob uma perspectiva de afetos negros, que não aparecem nos livros didáticos ou livros de leitura da escola. Decerto que minha aversão aos livros, naquele tempo, viesse da ausência de referências negras. Eu queria mesmo era ouvir as histórias contadas nos terreiros: quintal de minha tia-avó, cozinha da igreja e quintal em que as novenas eram rezadas. Nesses lugares aprendi que numa feijoada, na falta da couve, podemos usar a taioba cortada fininha, como é tradição na culinária mineira.

Minha adoração pelas plantas se mantém ainda na atualidade e meu gosto por cozinhar e misturar os sabores da Bahia e de Minas Gerais devem ser legados deixados por D. Santinha – que além de minha mãe é uma das protagonistas da Pastoral Afro-Brasileira na Zona Leste de São Paulo – e, claro, por Sr. José Maria, meu pai. Sobre D. Santinha conheceremos mais ao final desta narração.

Minha mãe queria muito que eu fizesse magistério, acreditava que eu tinha aptidão para ser professora porque eu era muito calada e gostava de ouvir histórias, além de ser uma criança emburrada. Talvez minha mãe pensasse que para ser professora uma mulher deveria ter a expressão sisuda, para impor respeito. Nunca perguntei se ela realmente fazia essa relação. De qualquer forma, D. Santinha queria que eu me tornasse uma mestra. Esse cenário mudou no decorrer do tempo. Passei a falar muito e a ser minuciosa e prolixa nas explicações — palavras de minha mãe. Com o Ensino Médio ainda em curso, dei aulas de reforço escolar para as crianças do bairro, mas não segui por muito tempo nesse ofício, já que meu desejo era ser nutricionista ou decoradora.

No início da década de 90, a convite do meu irmão, passei a frequentar as reuniões do Movimento Negro – União de Negros pela Igualdade Racial (UNEGRO). Minha participação era mais como ouvinte, pois naquele momento da vida ainda não tinha maturidade e entendimento, sobre o quanto cada pessoa, venha de onde vier, também tem algo a ensinar.

Depois de ter feito vários cursos profissionalizantes como tricô, crochê, pintura, datilografia e corte-costura, dança e capoeira — sempre na companhia das senhoras da igreja — fui cursar Técnico em Design de Interiores. Naquela época, minha mãe não gostou muito, e eu também não. Embora todo aquele universo me empolgasse, me sentia amedrontada e desconfortável. As dificuldades em matemática e o pouco conhecimento sobre design de móveis, arquitetura, e história da arte me faziam pensar que não tinha competência para permanecer. Depois de tudo isso, resolvi entrar para a faculdade. A baixa autoestima daquela

jovem mulher preta me faz entender por que não considerei fazer o vestibular para ingressar em uma universidade pública, apesar do meu potencial. Para cada inscrição no vestibular, uma opção de curso. Arquitetura e Urbanismo e Letras foram as opções. Antagônicas, segundo aqueles que não entendiam o lugar daquele corpo e seus desejos.

Patrimônio, território, pertencimento, desmistificação do espaço e da história do negro, sempre foram as áreas do conhecimento que me interessaram, entretanto, o medo em concorrer com pessoas não negras bem mais novas, aliado à possibilidade de atender o desejo de minha mãe, fez-me enveredar para o curso de Letras, desistindo do curso técnico. E na licenciatura encontrei muitos pontos de conexão com essas áreas.

Em 2003, quando concluí o curso, a Lei 10.639 foi promulgada. Essa lei estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. Na universidade? Silêncio. Nada foi pontuado ou apontado, nem os estudantes negros conversavam sobre a nova lei. As aulas de didática e legislação seguiram sem passar sobre o assunto. Além disso, durante os três anos que segui na graduação foram pouquíssimas as indicações, para leitura, de obras literárias escritas por pessoas negras ou que a herança negra deixou para nossa língua nacional.

Com um novo ciclo se abrindo e sem um casamento – como manda o figurino”, mudei-me para o bairro da Penha de França, local mais próximo ao centro da cidade de São Paulo e a cerca de quatro quilômetros do bairro onde havia crescido.

A maternidade chegou para mim antes do término da graduação. Tive problemas na minha gestação. Minha mãe e toda a paróquia se colocaram em oração pela minha saúde e do bebê. Nesse momento, já atuava não só em minha paróquia (Nossa Senhora Aparecida, na Vila Nhocuné), mas também na Penha (Igreja do Rosário dos Homens Pretos de Penha de França).

Com a ida ao Orum do príncipe que havia sido anunciado a mim, as atividades, que já não eram poucas dentro da militância na igreja, dobraram. Percebendo que eu precisava de acolhimento e afastada da universidade, durante a minha licença, meus companheiros de luta e parceiros de turma na universidade, passaram a trazer novas demandas. No finalzinho da graduação e após esse tombo o que já era fervoroso fora da vida acadêmica passou a ser trilhado, também naquele espaço hegemonicó. E ainda havia uma outra questão: a do não lugar. Voltaremos a esse ponto. Seguimos no espaço de congregação da fé sem deixar a luta pela valorização do corpo negro.

As celebrações dominicais eram pensadas pelo grupo de liturgia da igreja. Já as “pitadas” de cultura negra eram efetuadas pelas negras e negros mais idosos da comunidade.

Mesmo que parte dos participantes não trabalhasse ativamente na comunidade durante o decorrer do ano, presenciamos rostos novos em determinados momentos como quermesses ou encontros, ou nas poucas atividades que o padre dava ênfase à cultura negra. Nas celebrações que a comunidade e o padre intitulavam de ‐Missa para Zumbi”, a presença da população negra do entorno e também dos bairros vizinhos era bastante expressiva. Tanto mulheres quanto homens participavam da organização, todavia o planejamento normalmente era efetuado por um grupo de mulheres: Santinha, Nereide, Mafalda, Maria Helena, Aparecida Ananias, Cida Godoy e Agenir Correa.

A festa aumentava a cada ano. Era explícito o desejo de mostrar em apresentações e cartazes, frases e símbolos que representassem o doloroso e longo episódio da escravidão no país. Em contrapartida, havia ainda o desejo de apresentar cada vitória e a riqueza e diversidade da cultura afro-brasileira. Também eram temas das celebrações a luta contra a intolerância religiosa, a crítica à Igreja conservadora e o resgate e valorização da religiosidade popular. Tudo isso animava muitos, mas incomodava tantos outros. Aos poucos, aquele grupo de pessoas que auxiliava o pároco a realizar as missas afro foi se multiplicando pela Diocese e a transmissão oral trouxe pessoas, levando-nos para outros lugares a fim de vivenciar novas experiências.

Tempo depois, recebi a notícia de que uma princesa viria para minha casa. Enchi-me de coragem e esperei a princesa chegar. Estava cheia de planos sobre como iria recebê-la, chamá-la e que histórias poderia contar. Iria receber uma princesa, uma princesinha! Cantei, contei histórias e ela, mesmo estando a caminho, certamente ouvia. Rezei, como rezei!

E ela chegou!

Nesse momento, parafraseando Nego Bispo, me tornei interlocutora entre geração avó e geração neta. Era hora de regar a semente gerada. O espaço hegemônico da universidade pública não quer o corpo negro. Na ânsia de ocupar esse lugar e levar comigo todas as vozes que em mim ecoavam passei a me candidatar a diversos cursos de difusão e atualização, para professores na USP. Até que ingressei na pós-graduação lato-sensu na ECA/USP. Foi a confluência dos saberes vivenciados, que trouxe sustentabilidade ao meu corpo preto para narrar, não só minha trajetória, mas também os passos de sujeitas e sujeitos que fizeram parte dessa história. Histórias essas que podem ser o alimento necessário para a continuidade: começo, meio, começo²¹.

²¹ Referência ao pensamento de Nego Bispo sobre a confluência dos conhecimentos passados pelos mais velhos por meio da tradição oral e do contato com a terra apresentado em seu livro *Colonização, quilombos: modos e significações* (Santos, 2015).

Face à trajetória anunciada é que me remeto ao estudo empírico, pautado na aprendizagem conquistada com as mulheres protagonistas desta pesquisa, ou seja, pautada nas epistemologias do Sul e dando centralidade à filosofia Ubuntu. Com elas aprendi a fazer “juntas”. Também soma-se a essa contribuição dos saberes de Antônio Bispo dos Santos. Ambos os teóricos citados anteriormente são preocupados com a aprendizagem, ainda que um aponte o saber fazer como um pilar a ser inserido na educação, Santos (2015) vai construir como uma possibilidade de aplicação pedagógica - nos aprofundaremos nos saberes de Santos no capítulo III. Dentro dessa perspectiva política, envergo-me a examinar a premissa que Ecléa Bosi (1979) traz sobre o quanto uma pessoa pode ser forjada por todas as lembranças que carrega e o quanto o desconhecimento da história, assim como a falta de registro das memórias ancestrais de um povo, podem prejudicar sua participação política, social e cultural.

Nesse percurso, surge a preocupação com a continuidade dos grupos de manifestação cultural, popular e de resistência negra. Passo assim por delinear que o conhecimento adquirido por mim, em parte, se dá pela oportunidade e proximidade com tais instituições.

1.3 – Bioneografias - Negras Vozes

Acontece que Esperança
Tinha aprendido a ler
Ensinada pelos padres
Tinha jeito de escrever foi aí que decidiu
Uma carta conceber
...

Por causa dessas mulheres
hoje temos liberdade
é por isso que me orgulho
Da minha ancestralidade
Preservar é um prazer
e responsabilidade (Jarid Arraes)²².

As mulheres aqui apresentadas têm em média sete décadas. Parte dos movimentos de resistência negra na Igreja Católica é ainda muito jovem, contudo sucedem agrupamentos e associações centenárias, dentre eles destacamos as Irmandades Negras Religiosas, das quais versaremos mais profundamente no capítulo II, e da Pastoral Afro-Brasileira, que nasce na década de 70 e dá seus primeiros passos na década de 80 do século XX. Esse campo de

²² Trecho do cordel Esperança Garcia in: JARID ARRAES. **H**
Paulo: Seguinte, 2020.

investigação abrange mulheres que participam de instituições que atuam desde os primórdios da luta contra o racismo.

Fomos incentivadas pelas próprias escutadas (entrevistadas) a manter seus nomes reais, o que favorece a pesquisa e concede a elas o devido protagonismo nas lutas de resistência negra na Igreja Católica. A pesquisa foi registrada na Plataforma Brasil, e os termos de consentimento livre devidamente assinado, concedendo-nos a divulgação de suas histórias, trajetórias, fotos e documentos que serão apresentados ao longo do texto.

Hampâté Bâ conta que → homem, nada mais é que um semeador, distraído, no caso de meu pai não teve distração, foi mesmo um querer, uma necessidade de sobreviver em seu legado... enquanto a mãe é considera a oficina divina onde o criador trabalha diretamente” (Bâ, 2013, p.47). Esse malinês traz essa memória ao se desculpar por não ter observado as regras da educação africana. Na obra AmKoullel: o menino fula, em que apresenta sua biografia, ele inicia o capítulo Raízes trazendo a memória de seu pai, depois de seu avô e depois de sua mãe sendo que um dos ensinamento da boa educação africana é primeiramente reverenciar àquela que gera.

Com qual história abrir esse portal? Com qual mulher deveria ser iniciada essa trajetória? Por aquela que apresenta maior envolvimento ou mais tempo na caminhada? Para sair desse dilema encontrei a resposta na própria pesquisa e no saber dos povos africanos. Quantos mistérios poderiam ser desvendados ou quanto menos doloroso seria fazer nossas escolhas se o respeito aos nossos fosse valorizado, assim como nos remete o provérbio adinkra sankofa, olhei para trás e, em respeito às minhas raízes, segui para abrir o portal das histórias com a bionegrafia de minha mãe.

1.3.1 – Santinha Santos de Oliveira

Em um bate-papo em sua casa, Dona Santinha Santos de Oliveira inicia timidamente a narração de sua história, no reduto e nos cenários que constituem e permeiam sua vida. Estamos na Vila Nhocuné, onde ela mora há mais de quarenta anos. Havia certo desconforto no início de sua fala, pois ela mexeria em seu precioso baú de memórias e, embora o entrevistador já fosse seu conhecido, ela não tinha lá tanta intimidade com ele.

Alessandro, seu entrevistador, é meu amigo. Ele também é contador de histórias e funcionário do Instituto Consulado da Mulher, entidade que promove educação empreendedora voltada à gestão de pequenos negócios de boleiras, salgadeiras, doceiras,

cozinheiras espalhadas pelas periferias da cidade de São Paulo e algumas cidades da grande São Paulo. Com o intuito educativo de geração de trabalho e renda, propicia a exteriorização do empoderamento de mulheres.

Dona Santinha Santos de Oliveira nasceu em Salvador (BA), mas passou toda a infância em Alagoinhas no agreste do estado. Santinha é a quinta filha dentre os onze filhos que sua mãe Dona Josefa Almeida dos Santos pariu, sendo que três dos seus irmãos não sobreviveram. Dona Josefa era uma baiana cafuza, namoradeira, muito severa e elegante. Cobrava das filhas a mesma postura. Não admitia conversa com seu nome e muito menos com o nome das suas filhas e filhos. Durante a conversa Dona Santinha inclusive lembra o que ela sempre dizia: “respeito é bom e conserva os dentes”.

O nome Santinha foi escolhido pelo tio, irmão de Dona Josefa, que a registrou com data de nascimento errado. Seu registro é datado de 1949, mas ela nasceu em 16 de março de 1951. Foram os irmãos mais velhos de Dona Santinha que, com o tempo, contaram o motivo, posteriormente confirmado por Dona Josefa. Não bastasse o erro da data, o tio também errou o nome, que deveria ser Maria José, mas era tamanha a tormenta em sua cabeça que ele se esqueceu do nome certo e inventou um na hora e assim registrou a sobrinha como Santinha Almeida dos Santos.

O pai de Dona Santinha, Senhor Inácio Bispo dos Santos, faleceu quando ela ainda tinha três meses de idade. Por isso a responsabilidade de registrá-la, ainda bebezinha, ficou para o irmão de Dona Josefa. Naquele tempo, os registros podiam ser feitos bastante tempo após o parto. A tormenta na cabeça do irmão de Dona Josefa era porque ele queria tomar os bens deixados pelo Senhor Inácio. O marido de Dona Josefa trabalhava na rede ferroviária, o melhor emprego daquela época, por isso tinha casa e algumas posses.

Dona Josefa com bebê pequeno assinou com a digital todos os papéis que o irmão trouxe. Ele arrumou um casebre para ela em Alagoinhas e a mandou para lá, a fim de que ela saísse de Salvador. Convenceu-a dizendo que assim ela descansaria, pois não ficaria lembrando do Sr. Inácio. Prometeu que voltaria para buscá-la.

Ela foi. E o irmão não voltou mais. Passaram-se meses e Dona Josefa, sem nenhuma desconfiança, foi até a casa dela com todas as crianças. E foi a vizinha que, espantada por ver que Josefa estava bem e com os filhos, informou que seu irmão havia vendido a casa e dito que ela enlouquecera. Que desassossego! A mãe de Dona Santinha foi tirar satisfação com o irmão e informou que iria à polícia denunciá-lo porque ler ela não sabia, mas conhecia seus direitos. A mãe dela deu-lhe uma senhora bronca e falou que se ela denunciasse o irmão iria

excomungá-la. Isso foi como uma facada no peito de Dona Josefa. Rasgou seu coração ver que a mãe estava de conluio com o irmão.

Sozinha foi à luta, arrumou emprego em casa de família e assim conseguia sustentar seus cinco filhos. Não se casou novamente, mas namorou bastante. Festeira entre uma festa e outra, pariu mais três filhos. Criou todos sozinha. Dona Josefa gostava das festanças que aconteciam nos terreiros de Candomblé da cidade, mas tinha devoção pelos santos católicos. Os pais de santo também gostavam da presença de Dona Josefa, negra jeitosa, cabelos negros e sedoso, parecia mais uma mulher indígena se não fosse o tom de pele retinto.

Dona Santinha viu a infância passar pela janela, porque não podiam ir para a rua. As brincadeiras aconteciam dentro de casa mesmo. Dona Josefa trabalhava bastante e, como era muita criança, os mais crescidos cuidavam dos mais novos e a vida foi indo assim. Dona Santinha sempre tinha um irmão para cuidar, uma roupa para lavar no rio, uma casa para limpar.

Dona Josefa mantinha os filhos nas rédeas curtas, os meninos com idade para o trabalho saiam para trabalhar, mas as meninas não. Naquela época, não tinha emprego para mulher. A única opção era trabalhar em casa de família e Dona Josefa, não deixava as filhas irem, preferia ter alguma dificuldade de criar os filhos que colocar as meninas para trabalhar em casa de família.

E assim cuidando dos irmãos e da sobrinha, Dona Santinha cresceu.

Mesmo com tantas responsabilidades, ela frequentou a escola por um período, mas não avançou. Se tinha uma coisa que a mãe dela tinha ensinado era a não brigar na rua, mas também não podiam levar desaforo para casa. E essa brabeza foi a responsável por ela largar a escola.

Santinha herdou a bravura, a elegância e altivez de D. Josefa. Não levava desaforo para casa e nem dava motivo para conversas com seu nome. Como largou a escola muito cedo, concluiu até a quarta série. Aprendeu com a vida o que precisou para cuidar dos irmãos, sobrinhos e filhos.

Nesse momento Dona Santinha já estava sorridente, gesticulando e quando começou a contar a história dela com seu José Maria, uma leveza se instaurou em seu corpo, os braços passaram a acompanhar as palavras, os ombros ficaram mais relaxados e a coluna tomou o centro do corpo. Os olhos buscavam as imagens dele, o sorriso dela levou o entrevistador até Catu, para a varanda da pensão em que os empregados da Indústria Techint estavam instalados. Santinha conta que passou pela frente da casa e lá estava aquele negro formoso,

esguio, com um cigarro na boca, parado na varanda. Ela não gostava de cigarros, mas isso não era um problema. Ele fez de conta que não a viu e ela também fingiu não estar deslumbrada.

Dado o descaso dele, ela informa à prima que iria voltar a Alagoinhas. Mas antes disso ele foi até ela.

Dona Santinha dá uma travada ao contar essa parte porque a filha mais nova e a neta estavam presentes na entrevista. Um minuto de silêncio, um sorriso e uma orientação. —Menina, hoje em dia não tem necessidade disso, heim”. E continua. —Fugi”.

Com 16 anos, ela foge de casa e foi viver com o amor de sua vida. Morou em Catu, depois partiu para São Vicente, litoral sul paulista, passou por Santos, pelo interior de São Paulo, Rio de Janeiro, Aracaju, até que se instalou definitivamente em São Paulo. Não foi necessariamente nessa ordem, já que essa família rodou bastante.

A maioria das filhas de Dona Josefa fugiram para casar-se, ela era uma senhora bastante severa com as filhas e filhos. Apesar disso, gostava bastante de namorar e isso foi um problema, principalmente para as meninas.

Dona Santinha e Senhor Oliveira - mais conhecido como José Maria, mas sempre chamado pela esposa de Oliveira - frequentaram a Igreja Católica por todo lugar que passaram; os dois mantinham uma devoção muito grande em Nossa Senhora Aparecida. Quando chegaram ao bairro de Vila Nhocuné, na periferia da cidade de São Paulo, encontraram uma igrejinha onde havia a imagem de Nossa Senhora e por isso passaram a frequentá-la.

O padre que estava lá era italiano, depois chegou outro padre, José; todos muito sisudos. Até que veio o padre Marco Longuini Barbosa que devia ter uns trinta anos na época. Nessa época, S. Oliveira já ajudava a igrejinha colaborando nos mutirões para aumentar a igreja.

A igreja de comunidade virou paróquia. Gerou-se uma amizade bonita e sólida entre o Padre Marco e o casal Oliveira. Todo bairro chamava o Senhor Oliveira de José Maria. Imaginem se o nome de Dona Santinha tivesse seguido a vontade de Dona Josefa? Ela conta que o marido até se dispôs a ajudar na correria em cartórios, caso ela quisesse trocar o nome para Maria José. Dona Santinha foi literalmente contra, dizendo que esse tempo passou: —Me nome é meu nome”. Os filhos foram criados dentro da igreja, batizados, fizeram primeira comunhão e crisma.

Ela fala que o padre que tinha chegado passou a ver que ali tinha muitos negros e Santinha e Oliveira se destacavam porque enquanto ele tinha 1,92m, ela, mesmo com seu rotineiro salto Luis XV, não passa de 1,60m.

Segundo ela, o padre sempre foi muito de conversar e ouvir a comunidade. O entrosamento com ele trazia uma linguagem diferente, um jeito mais aberto de ser na Igreja.

Segundo ela, após a chegada do padre Marco Barbosa a igreja cresceu, por isso foram criadas novas pastorais. Com o incentivo de Dona Santinha, o padre sugeriu à comunidade a criação do Centro de Juventude – CJ, a Pastoral do Menor, a Pastoral da Saúde e a Pastoral Afro. Naquele tempo, como relatado por ela, não utilizavam a nomenclatura Pastoral do Negro e nem Pastoral Afro isso veio depois. Naquela época, eles eram um grupo de negros que ajudavam o padre a trabalhar de acordo com o que a comunidade pobre precisava, já que faltava muita coisa ali. Eles se reuniam e faziam missa de Zumbi, quando aproveitavam para denunciar o racismo, apresentar a cultura e as conquistas dos negros.

Nas missas o marido da Dona Santinha sempre se destacava porque gostava de cantar. Como cantava muito alto, ele sobressaia. Dona Santinha fala que Oliveira arrumou uma parceira de canto, a Dona Nereide, uma negra retinta baixinha, Dona de um vozeirão danado.

O Senhor Oliveira passava bastante tempo fora de casa, porque normalmente ele era designado para trabalhar nas plataformas da Petrobrás que estavam no Nordeste do país. Então eram 15 dias de mar e 10 de terra, em casa. O casal mantinha uma vida muito presente e ativa na comunidade. Associação de bairro, movimentos comunitários, novas pastorais: tudo isso foi surgindo na igreja e em todo esse movimento tinha o dedinho do casal.

Em 1990, no Governo Collor que criou o plano econômico Plano Brasil Novo, houve o confisco da caderneta de poupança dos brasileiros. O casal passou por maus bocados. Grandes obras no país foram paralisadas e as empresas de oleoduto começaram a mandar o pessoal embora. Como José Maria era um soldador de ponta, não ficou sem emprego por muito tempo, mas a renda caiu.

Então, um amigo o convidou para fazer parte de uma grande obra em São Paulo e, mesmo com salário menor, ele foi. Não podia deixar o amigo na mão e perder a obra. Foi contratado pela empresa, com carteira assinada, como encarregado de solda.

A empresa Feng – Ferros e Montagens – tinha sede na cidade de Macaé, Rio de Janeiro. O Senhor Oliveira reclamava que a empresa que o amigo arrumou para fazer negócio – amigo esse que era terceirizado –, não tinha segurança, que os caras eram ruins de conversa etc. Mas foi uma obra rápida: em dois meses de trabalho, a obra se encaminhava para o final.

A obra consistia na fundação e levantamento da estrutura metálica do prédio sede do Itaú Cultural, na avenida Paulista, pólo econômico de São Paulo. Em 28 de setembro de 1993, Oliveira saiu para trabalhar. E a partir desse dia aquela risada alta, boa de ouvir passou a alegrar o Orum.

Assim como o tio de Dona Santinha tomou os bens de sua mãe, a empresa em que seu marido trabalhava não pagou os direitos dela. Com muita luta conseguiu a liberação da pensão. Ela buscou todas as provas possíveis para conseguir processar a empresa. Mas descobriu que a empresa não tinha registro algum no Conselho Regional de Engenharia do Rio de Janeiro. O processo andou, mas o dinheiro compra inescrupulosos. E Dona Santinha sabe que escrúpulos é um atributo difícil de ser encontrado.

Como herança, Dona Josefa deixou para sua filha a força, a brabeza, a elegância e a determinação aliando todos esses atributos à fé. Estava sem seu marido, mas teria que criar sozinha seus quatro filhos e dois sobrinhos. Nessa época, sua caçula tinha seis anos. Mesmo assim, ela se levantou. Fé e força conduziram sua vida. O amor pelo seu eterno namorado permanece aceso. Ela e os filhos não deixam a memória de José Maria de Oliveira ser esquecida.

Ela passou um tempo sem ir à Igreja, mas a Igreja vinha ao encontro dela. Foi na amizade com todos da comunidade e com o padre que ela encontrou forças para manter tudo que havia combinado com Oliveira sobre a criação dos filhos, o relacionamento com a família e as ações na igreja. E assim foi.

Dona Santinha sempre dizia para os filhos estudarem e não ofenderem ninguém. Alertava-os que eles poderiam se sentir ofendido quando fossem chamados de neguinho, mas explicava que isso não era xingamento, pois eles eram todos negros. Explicava que o branco acreditava que chamá-los de negros iria ofender, mas eles deviam afirmar que eram negros com muito orgulho. Dessa forma, ensinava-os a nunca terem vergonha de ser o que eram: negros.

Acompanhou muito de perto a trajetória dos filhos na escola, que a incentivaram a retomar seus estudos. Mãe de três filhas mulheres, ainda jovem, Dona Santinha optou por não prosseguir nos estudos após o término do Ensino Médio. Voltou toda sua atenção aos filhos, principalmente às meninas. Ela sabia bem o quanto a presença do patriarcado era massacrante para mulheres que assim como ela não se calam. Suas filhas foram criadas para reagir.

Dona Santinha mantinha uma posição política partidária, assim como seu marido e, por coincidência ou não, o padre também. E nisso as ações propostas por Dona Santinha e apoiadas pelo padre iam na linha da Teologia da Libertação, linha essa em que o padre havia se formado no seminário e Dona Santinha na trajetória da vida.

Tinham umas cinco famílias negras que sempre estavam nas discussões e decisões do bairro e da Igreja. Nas ações que esse grupo de famílias negras, segundo Dona Santinha, as mulheres iam na frente e os maridos vinham junto. Ela, Dona Alzenir, Dona Nereide, Dona

Marina, Sr. Domingos, Dona Mafalda e Dona Neusa – as duas últimas não negras – assumiam todas as bandeiras levantadas pelas outras.

Dona Santinha fala com emoção sobre sua vida. Quando perguntada sobre como ela se sente atualmente, com a Pastoral Afro presente em quase toda Zona Leste, com um Bloco Carnavalesco criado para homenagear a ela e a mulheres guerreiras e lideranças como ela, emocionada, ela olha para o alto, respira bem fundo soltando o ar lentamente, mira Alessandro e diz:—Eu sou feliz, não foi fácil, mas chegar até aqui e ver que todos os meus filhos chegaram onde estão, sem abaixar a cabeça... Nem todos estão comigo na mesma religião, mas todos estão comigo na mesma crença. Eles enfrentaram e enfrentam o racismo com luta. Eles, os netos e todos que estão comigo lutaram e lutam. Eu nunca abaixei minha cabeça e eles aprenderam isso.”

As ações dessa senhora não param aqui, como ela não caminha só deixamos para o capítulo IV suas ações mais recentes. E ela abre espaço para as vozes das parceiras ecoarem.

Foto 02 – Dona Santinha Santos de Oliveira



Fonte: Arquivo da família Oliveira

1.3.2 – Aparecida Leandro Ananias

Para começar, é importante dizer que a bionografia de Dona Aparecida foi construída com a colaboração de sua filha Nilza Ananias, que disponibilizou algumas informações sobre a mãe. Além disso, não só a autora desta pesquisa, que tem imenso prazer de conviver com

essa sábia anciã, mas também professores e membros da comunidade colaboraram em conversas que trouxeram memórias recentes de sua atuação no bairro.

Os nomes dessas pessoas não serão divulgados, pois os bate-papos não foram efetuados especificamente para a pesquisa, todavia o termo de consentimento esclarecido está devidamente assinado pela filha da Dona Aparecida Leandro Ananias. Estando aqui apresentadas as memórias de quem as ouviu, as registrou e agora as divulga, com o fim de garantir que os ensinamentos de Dona Aparecida continuem inspirando a criação de um lugar que contribua para o bem viver.

Dona Aparecida Leandro Ananias nasceu na cidade de Piracicaba em 26 de maio de 1929. Mulher negra, teve uma filha que se formou em Pedagogia, já depois de lhe dar dois netos, Leandro e César, meninos que Dona Aparecida criou como filhos.

Essa mulher negra, moradora do Jardim Maringá, Zona Leste de São Paulo, devota de Nossa Senhora Aparecida e São Benedito, não deixou para traz os ensinamentos que recebeu quando foi iniciada no Candomblé. A senhora mais idosa da Pastoral Afro de Vila Nhocuné, se responsabilizava por manter a tradição dos seus antepassados no cultivo das ervas medicinais e nos ensinamentos de banhos e rezas que aprendeu. Cozinheira de mão cheia, gostava de fiscalizar os trabalhos das mulheres na cozinha da igreja quando era tempo dos festejos de São Benedito ou das missas afro promovidas pela PAB.

Uma das grandes preocupações da Tia Ananias era com a partilha dos alimentos. Não havia encontro, bate-papo ou festejo sem que houvesse mesa farta, a fim de servir todos que ali passassem. Ela dizia: –Fia, festa de preto não falta comida! Nós precisamos garantir alimento para todo povo presente”. Essas palavras são constantemente repetidas por ela.

Sábia no manuseio e utilização das ervas, verduras e hortaliças, Tia Ananias tinha sempre uma novidade na cozinha; quando era feijoada ou algum prato que quisessem utilizar couve, mas o maço não estivesse bonito ou fresco, ela já trazia a taioba para sua substituição e alertava quanto ao preparo, já que a taioba libera mais água que a couve.

Dona Cida, como era chamada pelos moradores do bairro, ou Tia Ananias, apelido dado pelos alunos da E. E. Prof. Astolfo Araújo – situada em frente a sua residência – cuidou por aproximadamente 25 anos do terreno de mais de 2000 m² onde foi fundado um Herbário com a ajuda de professores e alunos da escola. Esse local de cultivo das tradições recebeu o nome de Herbário Tradicional Aparecida Ananias Dofurém, um espaço natural dentro da cidade de São Paulo. Trata-se de quase um quarteirão de espaço verde. Ali ela plantou muitas ervas, árvores frutíferas, milho, organizou um galinheiro, cultivou plantas medicinais; tudo isso era distribuído para quem necessitasse. O espaço da horta era utilizado conjuntamente

com a escola, transformando-o em fonte de abastecimento para a cozinha da escola e ferramenta para a aprendizagem dos alunos.

Quando a Pastoral Afro tinha algum impedimento para realização das missas ou encontros nas dependências da paróquia o grupo realizava suas atividades e celebrações na horta, fato que acontecia corriqueiramente, não só com os integrantes da Pastoral de Vila Nhocuné, mas também de outras localidades.

Padres missionários e diocesanos que eram a favor da inculcação das missas utilizavam a horta para se reunir e celebrar. Sendo que todos os que por ali passavam tornavam-se automaticamente militantes na preservação daquele espaço.

Tia Cida Ananias, era de observar, mas não deixava nunca uma palavra ou ato de conotação racista passar sem advertência.

Atualmente, já não cuida da horta ou participa ativamente da Pastoral Afro e suas atividades, por causa da idade avançada, do Alzheimer e da dificuldade de locomoção. No período da pandemia de Covid, essa senhora ficou muito incomodada com o distanciamento social. O Alzheimer se agravou e a filha contou com a ajuda de Dona Santinha, amiga da Tia Cida Ananias. Dona Santinha auxiliou explicando à Tia Ananias que o momento era sério e preocupante. Calmamente, Santinha fazia com que ela entendesse a necessidade de se resguardar naquele momento, evidenciando que todos deveriam atender às normas de higienização, conforme orientação do Ministério da Saúde. Informava à amiga o quanto a igreja e os grupos ficariam expostos se não atendessem ao distanciamento. Aos poucos, Tia Ananias foi ouvindo, mas nem sempre as orientações de Nilza – filha da tia Ananias – e Dona Santinha surtiam efeito.

Corpo são e mente nem tanto, a paralisação de suas atividades fez certa diferença para essa senhora que estava acostumada a labutar na horta, na vida e produzir muitos frutos, com suas obras e amizades. Felizmente, as três amigas – Tia Ananias, Nilza e Dona Santinha – passaram pelo período pandêmico sem a contaminação pelo vírus do Covid-19.

No carnaval de 2023, Tia Ananias foi homenageada pelo Bloco de Rua Santinha é a Mãe, devido sua participação marcante na vida comunitária do Bairro de Vila Nhocuné e do Jardim Maringá. Ali mais uma vez a força dessa mulher negra e todo seu saber foram compartilhados e exaltados.

Foto 03 – Aparecida Leôncio Ananias



Fonte: Arquivo pessoal

1.3.3 – Magnólia de Souza Campos

. Magnólia de Souza Santos, pedagoga, negra, periférica, nasceu nas proximidades do Riacho Grande, no município de Ibicaraí, BA. É a oitava filha entre os doze filhos de Dona Onorina. Foi batizada em casa e educada dentro dos dogmas da religião católica. Com oito anos de idade sua família mudou-se para a cidade vizinha: Itororó. Foi a “promessa” de melhores condições de vida que fez a família migrar para a cidade de São Paulo. Se instalaram na Zona Leste, no bairro de Itaim Paulista — Jd. das Oliveiras, lugar de sua infância. A princípio a mudança não agradou a família, em Itororó a casa tinha quarto para os meninos e quarto para as meninas, enquanto no Jardim das Oliveiras todos dividiam um único quarto; eram dez pessoas se reorganizando no novo lugar.

Magnólia acompanhou o crescimento do bairro. Banhou-se nos rios da região — Córrego Tijuco Preto e Rio Três Pontas —, que hoje estão tomados pela poluição.

Seu pai Sr. João Batista e sua mãe Dona Onorina trabalharam duro. A mãe, que trabalhava como lavadeira, destinava seus rendimentos aos estudos dos filhos. Eram muitos e ela tinha o desejo de tê-los, todos, formados. O gasto era grande.

Magnólia estudou na primeira escola do Jd. das Oliveiras, fundada em 1970 — E. E. Antônio Vieira de Pádua —, onde cursou da primeira à sétima série; na oitava série, foi transferida para a Força Aérea Brasileira do Jd. Robru, Zona Leste da cidade.

No início de sua formação, teve muitas dificuldades no aprendizado. Aos 14 anos de idade, após participar do programa de triagem oftalmológica, constatou-se que tinha sérios problemas de visão e por isso não conseguia avançar nos estudos, o que levava a notas baixas e defasagem no aprendizado. Mas Magnólia, mesmo com todas as dificuldades, nunca foi maltratada na escola por professores ou colegas, ao contrário era muito bem quista por eles.

A Congregação Filhas das Irmãs da Providência para Crianças Surdas foi o local onde deu sequência aos estudos. Enfrentou mais dificuldades, no entanto, os problemas agora eram outros. O mais difícil foi o racismo existente na Igreja.

Passou por inúmeras humilhações, desde ser chamada de “chulezenta” até ter o pedido de licença aprovado e não comunicado por “compaixão”. Sua superiora não comunicou que a licença foi aceita pelo fato de Magnólia ser oriunda da comunidade, “favela”, assim como dito por nossa protagonista. Por causa disso, suas superioras supuseram que ela e seus irmãos passassem fome. Dar a permissão, no pensamento das freiras, significava serem as responsáveis por uma família negra inteira passar fome, dado que Magnólia era arrimo de família e tal constatação não seria bem vista pela sociedade. Então mesmo a contragosto das irmãs e da noviça o pedido foi negado. E por isso optaram por não comunicar à Magnólia que estava autorizada a se desligar. Então, ela permaneceu sofrendo as ofensas das superioras e das noviças como ela.

Toda essa situação fez com que Magnólia adoecesse, não houve remédio medicinal ou natural que trouxesse o vigor de sua saúde ou de sua fé e seus olhos já não brilhavam. A alegria de viver estava se esvaindo do corpo dessa mulher que, no ímpeto, decidiu sair, mesmo que não obtivesse a autorização necessária. Foi ter uma conversa com a madre superiora e disse: —Eu prefiro ser uma pessoa leiga viva a ser uma freira morta!”.

Seus pais faleceram e ela ficou responsável pelos irmãos. Já atuando na Pastoral Operária, no vigor dos seus quase trinta anos e com o desejo ainda latente de se tornar freira, foi conversar com o bispo Dom Angélico. Ele a orientou a procurar o Pe. Jalmir Matias, que a apresentou para a casa Fraternidade e Esperança. Em 1997, juntamente com a casa, saiu em missão para o estado do Mato Grosso, onde passou quatro anos trabalhando como professora, junto aos pequenos agricultores e seringueiros. Foi nesse tempo que pegou malária por sete vezes e retornou a São Paulo.

Magnólia acompanhou o nascimento da PAB, nos bastidores da Igreja Católica em São Paulo, na década de 80, quando morava na Paróquia Jesus de Nazaré, onde os ativistas como ela promoviam discussões sobre o racismo na Igreja por meio das peças teatrais que realizavam com os jovens da região.

Fez parte como articuladora da comissão de São Paulo, que foi para o encontro dos APN's no Rio de Janeiro, a fim de pressionar a CNBB a realizar uma CEF sobre o negro na igreja. Participou com Pe. Toninho e Pe. Batista das reuniões realizadas no Quilombo Central e incomodada em não ter um grupo de formação ou resistência no Jd. das Oliveiras, ela incentivou o nascimento do grupo de Pastoral Afro na Paróquia Bom Jesus das Oliveiras.

Nessas andanças conheceu e atuou em conjunto com muitas personalidades do Movimento Negro e do GRUCON. Enquanto recorda suas memórias, Magnólia vai fazendo o levantamento dos nomes que fizeram história nos movimentos de resistência negra dentro da igreja e na Diocese de São Miguel Paulista. Conceição (Osasco), Marlene (Campo Limpo Paulista, hoje atuante no Curuçá, Zona Leste de São Paulo), Sr. Antônio (Piracicaba), Angelita (responsável pelo GRUCON no Burgo Paulista, também na Zona Leste de São Paulo), Maria Joaquina (Paróquia São Sebastião, Vila Progresso, Zona Leste de São Paulo, hoje atuando em Belo Horizonte/MG), Dona Edna e Dona Rosa, atuantes na Par. São Sebastião e Dona Carlita (Pastoral Afro Achiropita).

Foram muitos desfiles de moda afro, bailes black, pagodes, peças teatrais, oficinas culturais que ocorreram na região leste. Assim lembra Magnólia com saudade da atuação.

Atualmente sua atuação no grupo Anastácia é mais comedida, uma articuladora em potencial, conjuga as atividades pastorais, educacionais e a luta contra a homofobia. Dentro e fora da Igreja Católica, essa professora do ensino fundamental, leva aos seus alunos, alunas e alunos a representatividade e a força, que encontrou nas mulheres guerreiras que caminharam com ela.

Foto 04 – Magnólia de Sousa Campos



Fonte: Arquivo pessoal de Magnólia de Sousa Campos – cedido à pesquisadora

1.3.4 – Layla Costa da Silva Tosta

A primeira vez que vi Layla foi em 2015, no VIII Congresso Nacional das Entidades Negras Católicas – VIII CONENC – realizado na cidade de Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Eu fazia parte da comitiva do estado de São Paulo e Layla fazia parte da comitiva do Rio de Janeiro.

Mulher negra, retinta, de cabelos crespos, olhos pequeninos e sorriso aberto, Layla não é de falar muito, então na ocasião do Congresso era eu quem tentava aproximação. E também era bem jovem. Para esse nosso bate-papo, mais uma vez eu quem tomei iniciativa para nossa conversa acontecer: fiz várias intervenções via WhatsApp, até que ela entendeu o pedido e aceitou. A aceitação não foi um problema, o entrave era o nosso tempo e o meu desejo de fazer um encontro presencial com Layla, o que não foi possível: nossas datas não casavam.

Fizemos um bate-papo muito descontraído; numa tarde de terça-feira nos encontramos, virtualmente. Nesse dia, Layla já havia passado a manhã em sala de aula. Layla é professora licenciada em Física pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestra pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na mesma área. Atua em escola da rede estadual do Rio de Janeiro.

Filha de Dona Cecília Maria Costa da Silva, professora aposentada de Educação Básica (Fundamental II e Ensino Médio), e do Senhor Cremildo Júlio da Silva, também professor e serralheiro autônomo, ela e seu irmão Ébano passaram grande parte da infância aos cuidados do pai, já que a mãe deles lecionava em outro município.

O Senhor Cremildo cuidava da alimentação, das tarefas de casa e auxiliava nos estudos dos dois filhos, quesito no qual, segundo Layla, o pai sempre foi bem rígido.

O período escolar foi complicado. Passou por escolas particulares e públicas. Sua infância e juventude foram marcadas por episódios constantes de bullying. Foram muitas as dificuldades encontradas na escola, tanto para ela quanto para o irmão. Os dois, ainda que tivessem liberdade em conversar com os pais, se trancaram em seus mundos.

Ela desabafava com uma amiga, muito boa ouvinte por sinal, pois com ela havia a certeza de não ser julgada. Não tinham aconselhamentos, mesmo assim o olho no olho e um abraço sempre presentes a resgatava. Já o amigo era seco, sem olhares, sem carinho, o máximo permitido era registrar qualquer coisa que Layla quisesse. Ele era bom em guardar segredos. E Layla sem cerimônia deixava depositadas nele suas angústias, incertezas e também seus sonhos. Seus parceiros de infância? Sua boneca e seu diário.

Mas qual era o problema de Layla para ser sempre tão perseguida? Ela mesma se questionava. E ela mesma me contou o motivo.

Sempre gostou muito de estudar, muito mesmo e se tinha uma coisa que ela não tinha medo era de fazer perguntas. Se era óbvio ou não para os professores e amigos, a ela não interessava, o que precisava era tirar suas dúvidas. Pois estava ali para aprender. E essa menina era mesmo uma aluna muito boa, sempre muito participativa e estudiosa. O que será que incomodava os professores e amigos. Porque ela conta que o bullying (depois de alguns minutos de conversa ela alterou a nomenclatura, para racismo ou discriminação) partia tanto dos colegas quanto dos professores.

Certa vez, ela conta que uma professora a agrediu. A mulher pediu para que ela se sentasse, já que Layla estava em pé guardando seu material. Então ela acenou com a cabeça, indicando que havia ouvido o comando da professora e iria atendê-lo. Mas não deu tempo. A professora colocou-a de castigo de frente para a lousa. Quando pediu para Layla sair dali a menina não escutou, foi quando a professora deu um puxão no braço dela, que a fez tombar e bater o joelho no chão. Ao contar para sua mãe, ela partiu para a escola feito leoa e a tirou de lá.

Foi bastante pesado financeiramente para o casal, quando Layla foi para a escola particular já no Ensino Fundamental II. Senhor Cremildo acumulava o serviço autônomo com as aulas que lecionava. Primeiro, a instituição escolhida foi o Centro Educacional Novo Mundo. Ali ela respirou e fez amigos, já que o pessoal era mais “nerd”. Saíam da escola e assim que chegavam em casa corriam para o telefone, pois era hora de retomarem juntos alguma aula. Também faziam trabalhos em grupo, coisa que na outra escola era impossível. Nesse momento Layla faz uma breve pausa, como que buscando no fundo de suas memórias, as imagens daquele período. Retornando disse: “O pessoal do Novo Mundo era muito diferente do pessoal lá da Nova Aliança, ali ninguém tinha muita noção do racismo que nos atingia, parece mesmo que ninguém sentia, porque não se percebia ‘diferente’”.

Mas isso não durou muito. Foi só um período de transição até que os pais encontrassem a nova escola. O custo era realmente muito alto. Foi quando se viu em uma escola que ficava dentro do condomínio em que morava, Bangu, onde Layla era a única menina preta, porque a direção da escola conseguia excluir as outras crianças e adolescentes da redondeza para somente matricular quem morasse dentro do condomínio.

No Ensino Médio havia uma professora negra na escola; uma das poucas. Layla fez amizade com outra garota preta. Ambas despertaram para a mesma vocação: queriam ser físicas. Queriam muito compartilhar a ideia com a professora, mas essa sofreu um acidente e

saiu de licença médica E um professor a substituiu. Assim as amigas foram compartilhar com o professor, que era o professor de física. Quanta decepção tiveram ao partilhar o desejo.

Era o último ano do Ensino Médio. Nesse momento, os professores costumam perguntar o que os alunos pensam em fazer, se irão cursar faculdade, em qual área será, se irão dar um tempo nos estudos para procurar emprego, essas coisas. E quando abordaram o professor para falar que iriam se inscrever no vestibular para bacharelado em Física, a reação do homem as deixou perplexas. Ele acenou negativamente com a cabeça e simplesmente disse: —*Essa não é uma área que vocês possam entrar. Desistam*”.

Foi o mesmo que falar —*vão em frente*”. Elas ficaram tão indignadas e perceberam que o professor, primeiro desconsiderou que ele só estava ali porque a professora titular estava doente, então tinha uma professora mulher e preta de Física na escola. Segundo que o motivo pelo qual ele, homem branco, as desencorajou foi por serem meninas pretas. O que ele não esperava era que essas meninas fossem afrontosas: esse —*desistam*” soou como um tônico para as duas amigas. Mesmo depois de não passarem na primeira tentativa, não desistiram. No ano seguinte, Layla não conseguiu pontuação para o bacharelado, mas ingressou na licenciatura. Persistente, ela tentou novamente o bacharelado, mas não conseguiu. Terminou então a licenciatura e partiu para o mestrado profissional, ambos na universidade pública.

Aos 16 anos, Layla teve o primeiro contato com a Pastoral Afro-brasileira (PAB), incentivada pela mãe. Dona Cecília sempre foi muito católica, diferente do Senhor Cremildo que, —*não era de igreja, não*”, segundo Layla. Sua mãe foi quem incentivou toda a família a participar da PAB. No início, Layla não se sentia bem assistindo às missas inculturadas. O primeiro contato foi em uma festa em homenagem a São Jorge, que aconteceu próxima à sua escola, em Padre Miguel. Na ocasião foi o Frei Tatá²³, de São João do Meriti, que foi celebrá-la. Nesta festa, Layla estranhou a lavagem da escadaria da igreja realizada por mulheres, todas de religião de matriz africana. Não comentou com sua mãe, mas achava esquisito em um missa ter —*macumba*” junto.

Continuou indo com a mãe às missas, depois às reuniões e depois aos encontros. Com a participação, se libertou dos preconceitos quanto aos símbolos presentes nas celebrações inculturadas. Passou assim, a entender e apoiar a interação entre religiões distintas. Principalmente quando se trata de PAB e religiões de matriz africana.

²³ Frei Athaylton Jorge Monteiro Belo (Ordem dos Frades Menores - OFM), mais conhecido como —*Frei Tatá*”, da Paróquia São João Batista, de São João de Meriti é coordenador da Pastoral Afro e superintendente de Igualdade Racial de São João de Meriti, município do Rio de Janeiro. O frei é referência na Pastoral Afro-Brasileira, em âmbito nacional, participou de sua criação e fez parte dos APNs.

A idade e a vivência a fez refletir sobre a infância e sobre o posicionamento de sua família frente ao racismo e suas consequências. Ela conta que seus pais sempre os ensinaram a ter um posicionamento crítico frente às questões políticas, econômicas e sociais. Mas a PAB foi a grande responsável pelo enegrecimento de suas ideias.

Ela conta que a família tanto da ala materna quanto paterna se reconheciam negros, mas não tanto. Culturalmente curtiam pagodes e música negra americana, no entanto isso não significava que tivessem uma consciência negra.

O que ela percebe é que a questão do racismo vai muito além. Lembra que na infância sabia por que era tão discriminada, tudo se dava pelo simples fato de ser uma menina negra que fazia perguntas e, como se não bastasse, era inteligente. Isso incomodava demais a escola inteira.

Desde 2012 Layla faz parte da ala jovem da PAB no Rio de Janeiro. Após a participação no Congresso das Entidades Negras Católicas (CONENC) realizado na cidade de Londrina, em 2012, foi solicitado que ela e outros jovens do grupo criassem uma página no Facebook para divulgação da PAB-RJ, sendo Layla a responsável pelo grupo. Tarefa dada, tarefa cumprida; no entanto os jovens não tinham permissão para colocarem os conteúdos que julgavam serem pertinentes e muito menos utilizarem uma linguagem mais próxima à realidade deles.

Para que criaram uma coordenadoria para juventude negra se a ela não seria dada autonomia de criação? Layla foi paciente e persistente; mesmo incomodada, chegou devagar, pois acreditava que era necessário esse choque de gerações e seus embates, para que os mais velhos também percebessem a necessidade de abrir espaço para todos.

A estratégia que Layla utilizou foi conquistar espaço em outras pastorais e grupos da Igreja, como a Catequese. Sem perceber estava trilhando os passos de sua mãe. Cada vez mais envolvida com atividades paroquianas, percebia que o lance dela era trabalhar com a juventude e com as crianças.

Quando o CONENC foi realizado em Duque de Caxias, em 2015, toda família participou. Ela conta com emoção sobre o quanto foi importante para sua formação participar desse Congresso: *“Foi a melhor experiência que tive na Igreja. Estar em comunhão, sem hierarquias impostas entre leigos e padres, padres e bispos”*. Layla fala com alegria sobre as relações horizontalizadas que presenciou no Congresso.

Foi longa a nossa conversa, íamos e voltávamos no tempo. A essa altura do bate-papo já não havia mais entrevistadora e entrevistada. Duas amigas estavam trocando vivências.

Quando perguntada sobre qual seria um caminho para buscar novos corpos para participar da PAB, Layla foi rápida e enfática em responder que esta instituição precisava saber ouvir para poder acolher. Escutar o grito da comunidade, sair de dentro dos muros da Igreja e perceber as demandas da diversidade de fiéis. Perceber o que esse coletivo de negras e negros mostra: uma juventude negra que não aceita mais tantas imposições, que quer ser e estar nos espaços e querem também ser parte de um todo. Layla se frustra e luta contra uma parte da Pastoral Afro que preserva a ilusão de um lugar de poder. Ela acredita que a falta ou falha na alternância das lideranças impede que novos sujeitos queiram participar do movimento negro de resistência. Ela afirma: –É preciso interagir e abrir passagem para ampliar a roda”.

Porém ela percebe que a juventude negra que vem para igreja, ainda é muito apática: os jovens participam porque os pais participam. Ainda que seja aberto espaço para ela, essa juventude se cala.

O grupo em que participa, não realiza missas inculturadas, as quais ainda são um tabu para a comunidade. A estratégia de atuação consiste em ampliar os espaços de atuação, dentro da paróquia. Membros da PAB se inserem em todas as Pastorais existentes. Apresentam palestras, as quais não são muito aceitas, no entanto as atividades práticas têm grande adesão.

A juventude negra atuante na Igreja Católica gosta de participar da Romaria Nacional da Pastoral Afro-Brasileira (promovida pela PAB da CNBB, todo primeiro sábado de novembro). E foi em uma dessas participações, que Layla conheceu Otávio que fazia parte de um grupo de Rap Gospel e integrava o grupo de jovens da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Vila Nhocuné em São Paulo.

Ébano, seu irmão, que era menos tímido que Layla, se aproximou do grupo paulistano e ali fizeram amizades e intercâmbios. O grupo de Tavinho, como é chamado no bairro e como se apresenta, foi convidado para fazer uma apresentação na paróquia de Dona Zica, em Bangu, nas comemorações do Dia da Consciência Negra. A parceria durou alguns anos, mas nunca o grupo de Layla veio participar em São Paulo.

Falando sobre a atuação do grupo foi destacando a presença de uma criança negra, Arthurzinho, que Layla disse: –Arthurzinho é a grande recompensa do meu trabalho, enquanto agente pastoral negra”.

Ela conta que o menino tem uma consciência negra que muitos adultos não têm. Arthurzinho parece ser muito parecido com Layla na infância, falante, inteligente só que Arthurzinho tem uma maturidade sobre sua negritude fomentada muito antes do que a de Layla. Ela atribui isso aos trabalhos realizados por pessoas como ela, que abrem espaço, sem

cobranças, sem imposições, aceitando o que esse garoto tem para contribuir, seja o que for é uma participação que importa. É a voz de uma criança negra, que é calada na maioria dos lugares em que passa.

Essa educadora entende que ser um pastoral é ser um agente político. É preciso pensar criticamente a sociedade. Segundo ela, ser Pastoral Afro é um ato político e, consequentemente, não é possível se esquivar das discussões sobre a questão identitária do povo negro e isso passa por entender que o racismo é uma construção política, social e econômica que permeia todos os espaços em que vivemos. Estar na PAB é não se sentir sozinho, é poder dividir angústias e brindar conquistas. –Ver crianças como o Artur é sinal de esperança”, fala Layla.

Ela se emociona ao contar sua alegria e satisfação em ver as crianças discutindo o racismo. Arturzinho e Maria Eduarda, hoje com 16 anos, membros da Pastoral Afro em Padre Miguel, propõem discussões sobre atos racistas, seus efeitos e como combatê-los. O menino instrui os colegas a não aceitar serem chamados de macaco por ninguém. –Ninguém pode aceitar isso. Eu sou preto, sou pretão! E aí? Não vai me chamar de macaco não. Meu nome é Artur e eu sou preto”. Layla conta que essa foi a fala de Artur em reunião recente.

Na escola, em que ela trabalha, ela faz a diferença com sua presença. Mulher preta retinta, cabelos crespos e coloridos, às vezes enfeitados, gorda e de poucas palavras. Alunos pedem para tirar fotos com ela toda vez que aparece com cabelo diferente. Principalmente as meninas. Ela fala que as garotas e garotos se sentem representados.

Hoje, ainda toma remédios psiquiátricos, dos quais faz uso desde que seus pais perceberam que os ataques racistas na escola a deixaram depressiva. Muitas vezes ela comenta tal fato com os alunos e faz isso para que eles tenham essa referência de autocuidado. Atitude que alguns colegas professores recriminam, mas ela acredita que ao contrário do que os eles pensam, os alunos a respeitam ainda mais por mostrar-lhes a realidade. Layla acredita que o racismo está em todo canto e deve ser combatido a todo instante. Não se deve, nas reuniões da PAB, somente pensar na inculcação da missa porque o racismo chega antes. Assim também acontece na escola, por isso Layla adverte ser urgente falar sobre racismo dentro e fora da sala de aula.

Com o casamento inter-racial, novos comentários a incomodaram, mas ela mais madura soube não deixar isso afetar seu corpo. Pessoas questionaram se ela era realmente a mais indicada para estar à frente da Pastoral Afro ou se era negra o suficiente para estar ali. Os comentários chateiam, mas ela tem apoio do esposo para se manter atuante na luta contra

o racismo, na Pastoral Afro. Layla diz que não militaria em outros espaços, porque esses conseguem ser tão nocivos quanto estar ao lado da branquitude.

Para Layla, — a melanina não é suficiente para determinar se uma pessoa é negra. — Sou convicta disso”.

Em fevereiro de 2024 Layla por mensagem de whatsapp comunica: — Estou de mudança, para os Emirados Árabes, ficarei três anos fora. Volto somente nas férias.” O marido irá fazer pós-doutorado e ela vai acompanhá-lo para viver novas experiências, aprimorar seu inglês e aprender outra língua.

Foto 05 – Layla Costa Silva Tosta em sala de aula



Fonte: Arquivo pessoal de Layla C. S. Tosta – cedido à pesquisadora

1.3.5 – Isaltina Barbosa Farias

O bate-papo com Isaltina se deu num encontro com ela, a autora da pesquisa e mais sete mulheres, militantes do Movimento Negro. A proposta do encontro era trazer lideranças de diversos lugares para compartilharem vivências, trocarem afetos, emprestar a escuta e esperançar.

Isaltina abre sua fala com um canto, cuja melodia nos remete ao jongo:

— Nego toca caxambu, negro toca candomgueiro. Vamos começar nosso encontro como faz um bom jongueiro.

O bom jongueiro não se esquece da Virgem Maria, de São Benedito e do amigo São José, toda missa é um pouco família, trabalho roda de jongo e muita fé.

Em nome do Pai o Deus que tudo criou, em nome do filho Nazareno
Redentor, em nome do Espírito Santo, Deus em todo canto,
fogo abrasador”

E assim ela saúda as companheiras presentes na sala. Faço essa descrição, para vocês entenderem a mística que envolvia aquele espaço e certamente o corpo e espírito de Isaltina.

O encontro foi realizado na sala da Paróquia de Nossa Senhora Conceição – Santa Ifigênia – no centro de São Paulo. Coincidentemente, essa sala no final da década de 80 sediava diversos encontros do Movimento Negro para estudos, discussões etc. Ornamentamos a sala com tecidos africanos, na lateral à direita da porta de entrada colocamos uma mesa com bolos, sucos, água, doces e tortas, ao lado um rádio gravador, na mesma mesa distribuímos mensagens de boas-vindas. Dispomos os assentos em roda e ao centro colocamos tecidos africanos, um Círio Pascal, uma boneca de Nossa Senhora Aparecida, um boneco de São Benedito – ambos da loja Preta Pretinha²⁴ – e uma Bíblia.

–Todo mundo me conhece por Isa, mas meu nome é Isaltina”. Uma maranhense que nasceu numa Vila de Pescadores chamada Cristóvão, na cidade Turiaçu, filha de pais católicos, pai assíduo praticante e mãe nem tanto. Seu pai veio de um povoado chamado Funil da mesma cidade; Sr. Francisco Moraes Farias nasceu em 1912. Isa não tem muitos documentos dos pais.

Isaltina nasceu depois de dez anos de casamento dos pais. A mãe de Isa acreditava que não poderia ter filhos, dado o tempo que tentava e não conseguia engravidar e assim adotou a sobrinha mais nova. Assim que a menina foi para casa da mãe de Isa – devo informar a vocês que Isa não falou o nome da mãe, simplesmente a chamava mãe – ficou grávida.

Quem deu o nome a Isaltina foi o pai, porque Isa nasceu no dia da Exaltação do Santo Cristo, não era nome de santa ou santo, mas era o nome que constava na folhinha (calendário). Não colocou Exaltação Farias, mas deixou Isaltina Farias, a contragosto da mãe.

Cresceu só, porque a prima-irmã tinha dez anos à sua frente, era uma moça que não podia ficar brincando com crianças. Isa se virava, brincava com os amigos imaginários, fazia comidas com as ervas do quintal. Mas principalmente esperava para brincar com seu pai, porque o homem passava longo tempo no mar pescando. Era pura alegria, ele era quem acarinhava, conversava, tinha paciência de ensinar as coisas.

²⁴ Marca criada pelas irmãs Joyce, Lúcia e Maria Cristina Venâncio, a Preta Pretinha tem grande preocupação com a ancestralidade e memória familiar. Legado da avó Maria Francisca, que confeccionou as primeiras bonecas negras para as três irmãs, num ato amoroso de construção de identidade e representatividade. Para saber mais sobre a loja acesse <https://www.pretapretinha.com.br/aorganizacao>

A catequese de Isa foi realizada no povoado, no meio do mato. O padre verificava quem queria ser batizado e uma vez por ano ele ia até o povoado de batina e fazia a 1ª Comunhão daqueles que mostrassem interesse.

Francisco queria que Isa estudasse, fez de tudo para ela continuar os estudos, porque ali no povoado só podia fazer até a terceira série, mas ele havia prometido a ela que poderia estudar até quando quisesse.

Seu pai arrumou com o padrinho de Isa que ela fosse continuar os estudos numa cidadezinha próxima, chamada João de Barro – cidade que o padrinho tinha contatos na política, e conhecia o prefeito da cidade. E no dia que ela iria embora, o pai faleceu. Isa perdeu o chão, o rumo, o gosto pelas coisas. Era como se um buraco abrisse e ela não enxergasse o fim, enquanto ela caía dentro dele.

Ao fazer quinze anos, pediu permissão à mãe para ir viver com a prima-irmã. De início a mãe resistiu, mas depois compreendeu o vazio que existia na relação mãe e filha e autorizou. A prima não queria deixar Isa trabalhar, mas ela teimou. Teimou tanto que conseguiu um emprego de babá.

Em suas idas à igreja conheceu as Irmãs Oblatas, entre todas as religiosas, uma era negra. E foi com essa religiosa negra que Isa fez amizade. Descobriu que a mulher era quilombola e vinha de uma comunidade de Turiaçu. Foi essa irmã que levou Isa para conhecer a Pastoral Afro, tinha um grupo de negros que eram bastante rejeitados, eles chamavam de Pastoral, porque Isa lembra que escutava o povo dizendo que naquela Igreja tinha um bando de pretos que faziam macumba.

Com essa amizade a religiosa convidou Isa para entrar no convento – nesse momento ela solta uma risada alta e gostosa – e disse que o convite foi a mesma coisa que jogar em cima dela um balde de água fria.

O marido da prima de Isa bebia demais e quando chegava em casa era só danação. Como fazer para se livrar de uma situação dessas? Foi nesse tempo que nossa protagonista conheceu Francisco, seu marido.

Já casada, Isa sofre um acidente com álcool e tem queimadura de segundo grau, quase no corpo inteiro. Passou muitos dias na UTI. Ela atribui sua cura a um milagre do Senhor Deus. Estando nessa situação, enquanto o filho de três meses esperava sua cura, Isa conversou com Deus. Ela que estava afastada da Igreja, e já não acreditava num Deus vivo, que se fazia presente na vida daqueles que tinham fé. Com muita dor, no corpo e na alma, ela se colocou em oração, o que segundo ela foi desafiador. Em sua conversa com o Ser Supremo, pediu que ele a curasse, caso isso ocorresse ela então passaria a seguir seus ensinamentos.

O dia clareou, o médico a visitou e conversando com ela informou-lhe que naquela semana Isa teria alta. Ele só conseguiria explicar sua evolução se acreditasse em milagres, porque a ciência não tinha explicação para uma recuperação tão imediata.

Assim que Isa saiu do hospital, foi cuidar do seu bebê que estava moribundo, sem tomar banho, sem comer corretamente, sem cuidado algum. Francisco, estava sozinho para cuidar dos filhos e não sabia como fazer para cuidar de um recém-nascido.

A criança com inflamações pelo corpo foi curada com uma mistura de azeite de oliva, azeite de mamona e pedra de sal. Com o filho curado. Ela seguiu a vida. Voltou para a Igreja no caminho da fé e encontrou as Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s.

Ao chegar em São Paulo, conhece as irmãs religiosas Filhas da Cruz, na Vila Guarani, bairro da Zona Leste de São Paulo, e retoma os trabalhos junto à comunidade negra. Em 1999, se aproximou da comunidade Nossa Senhora Aparecida, na região de A. E. Carvalho, bairro situado entre Itaquera e São Miguel Paulista.

Ali ela percebia somente a atuação da Catequese, de um grupo de rua e de dois grupos da Legião de Maria, o que considerava uma atuação inexpressiva da Igreja para o tamanho da região. Ficou inconformada em estar num bairro, cuja população era de maioria negra e não haver um trabalho voltado para essa demanda. Era preciso mais grupos pastorais para possibilitar um trabalho que atendesse minimamente aquela região com tantos jovens envolvidos com drogas, e outros tantos alienados e sem rumo. Fazia-se necessário que a Igreja conseguisse ou quisesse se aproximar, dessa camada da população do bairro.

O padre Elias (já falecido) era o pároco da Paróquia Cristo Ressuscitado, a qual a Comunidade Nossa Senhora Aparecida pertencia, por isso era preciso falar com ele para que houvesse incentivo e liberação de alguns trabalhos junto à comunidade. Então Isa marcou uma entrevista e conversou, basicamente, sobre a falta de incentivo para que os leigos e leigas do bairro procurassem a Igreja. Com a permissão dele começou um trabalho; ele gostou da iniciativa de Isa e indicou as irmãs combonianas, para fazerem um trabalho conjunto.

Ela achava muito inusitado que em uma comunidade de maioria negra nada se falava sobre racismo, discriminação ou preconceito. Procurou o padre de novo e perguntou-lhe por que não tinha missa afro. Ele respondeu, que era pelo simples fato de que ele nada conhecia sobre o assunto e que era branco.

Ah, mas ela não perdeu tempo. Pediu licença, para trazer um padre que conhecesse a realidade do negro na diáspora. Assim, uma catequista, Dona Sueli, que não estava mais atuando naquela igreja, orientou que Isa procurasse o padre Gabriel, que esteve em missão no continente africano durante 11 anos, e havia regressado.

O padre foi convidado e aceitou rapidamente, contudo foi necessário passar por todo procedimento burocrático da Igreja Católica. E a primeira missa afro, na comunidade Nossa Senhora Aparecida foi celebrada, em rito Zairense, no ano de 2000. Logo em seguida, Isa propôs a criação do Grupo Pérola Negra, mas foi difícil continuar, porque a própria comunidade não aceitava a missa. O motivo, conforme Isa conta, –eram os elementos da cultura do negro inseridos na liturgia”.

Em 2005, com a chegada do Padre Jalmir Matias, que atuava no extremo leste da cidade de São Paulo no bairro Jardim das Oliveiras, puderam continuar as atividades. Isa tem apreço pelo padre. Ela conta que ele foi a luz que a comunidade negra da região encontrou, pois ele sempre fortaleceu os grupos e incentivou os trabalhos pastorais voltados para a comunidade negra. Segundo ela, ele surgiu como uma fênix.

Mas essa senhora não estava contente, precisava de mais conhecimento, porque os desafios que as negras e negros de sua região encontravam eram grandes. Isa mora em uma área de invasão, assim como a que a Comunidade Nossa Senhora Aparecida estava inserida. Por causa disso, houve um trabalho muito grande – encabeçado por Isa – para conseguir a legitimação da doação do terreno da Igreja e aprovar sua reforma. As atividades e celebrações eram realizadas em um salão levantado com a ajuda das pessoas da comunidade. Nessa mesma época, Isa que já havia conquistado o título de pedagoga e se especializado em psicopedagogia, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ingressa no curso de bacharel em Direito na Universidade Camilo Castelo Branco – UNICASTELO. A escolha pela área do Direito passou pela necessidade de lutar pela garantia dos direitos e dos outros. Ainda estudando, Isaltina foi buscar informações e arquitetou ações para conseguir a regularização do terreno cedido para a construção da Igreja Nossa Senhora Aparecida.

Nesse tempo ela já estava trabalhando com Educação de Jovens e Adultos (EJA), no programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), vinculado à Secretaria de Educação do Município de São Paulo. Sua atitude em sala de aula e frente aos coordenadores é sempre em resguardar que a aplicação da LDBN 9.394/1996 seja eficaz e eficiente. Isa ainda consegue inserir muitos jovens negros e pedagogos no MOVA.

No final de 2023 nossa guerreira perde um de seus soldados: seu filho Eduardo Farias Barbosa aos 38 anos volta para o Orun.

Foto 06 – Isaltina Barbosa (colação de grau – Bacharel em Direito)



Fonte: Arquivo pessoal de Isaltina Farias Barbosa - cedido à pesquisadora

1.3.6 – Zulmira Gomes Leite²⁵ (1937-2019)

Carta a uma anciã amiga.

Como a senhora tem passado? Sua bênção.

Faz tempo que não a vejo.

Quanta falta me faz, deitar o rosto em seu ombro e contar o que sinto.

A última vez que nos vimos a senhora me disse que iríamos à Festa do Círio de Nazaré. Eu ainda vou. A senhora estará comigo?

Eu não vejo a senhora, não sinto suas mãos acariciando meu rosto. Mas eu a ouço e a sinto.

Dona Zulmira está difícil cumprir com a minha promessa. Não sei se consigo. As coisas aqui estão mudando. Já não temos mais, momentos de confraternização como os que

²⁵ As informações que constam na bionografia de Dona Zulmira são histórias partilhadas com a pesquisadora, não só pela protagonista ou pelos amigos e parceiros dessa artista plástica, mas, principalmente, por sua filha, Rosangela Malachias, a qual também é criadora da página

<https://zulmirazulmais.wordpress.com/2015/07/24/zulmira-gomes-leite-zul-biografia/?shem=sswnst>

fazíamos antes. Naquele tempo era uma verdadeira Kizomba. Não temos mais as discussões, que nos levavam a realizar encontros memoráveis.

Nossas missas já não têm mais a mesma mística. Às vezes tenho impressão de que ela está esvaziada de sentido. Muita preocupação com as regras. Lutamos tanto, para algumas conquistas e parece que tudo ficou mais rigoroso, o negócio é que o rigor das coisas, é somente aplicado em nossa direção.

Em algumas igrejas, não realizamos mais o rito aos ancestrais. Lembro que nesse momento era tão forte a presença e a energia ao reverenciar nossa ancestralidade. A ladainha para todos os santos está ficando sem lugar, dentro da celebração. Até o abraço da paz em muitos lugares, passa batido. Fica para o final. E então as pessoas saem rapidamente porque terá a partilha ou porque precisa retirar os tecidos utilizados para a ornamentação da igreja. A próxima celebração irá começar e não podemos deixar sinais de nossa presença negra.

O ofertório, ai, ai. Alguém pode filmar e denunciar nossos atos. Fechar os olhos e erguer as mãos para o céu, melhor se policiar. A louvação pode ser interpretada de outra forma. Ter rompantes de choro também pode significar outra coisa, melhor não deixar que isso aconteça. Precisamos tomar cuidado.

Na maioria das vezes, os encontros formativos são pela telinha. Isso faz parte dos avanços tecnológicos, da vida corrida, não é? O duro é que a conexão com o que está sendo informado, raramente é uma verdade. A interação, a integração e a energia, que normalmente tomava conta do local, estão espalhadas nas redes. Será? A senhora precisa me dizer se isso é loucura minha.

Tem certeza, Dona Zulmira, de que nossas orações estão chegando aí?

Ah, Dona Zulmira, cadê a senhora para dar um basta em tudo isso? Só queremos rezar e cantar do nosso jeito. Pedir aos anjos e santos que nos cubra com suas bênçãos. Quero ajoelhar aos pés de Nossa Senhora Aparecida e pedir a ela que leve minhas preces até a senhora.

Dona Zulmira, ano passado, na missa da consciência negra, pediram para eu levar Nossa Senhora. Eu fiquei tão emocionada. Lembra que eu quase nunca levava? Estava sempre com a senhora ajeitando uma coisa ou outra e dando suporte nos encaminhamentos das celebrações ou encontros.

Mas enfim, fui eu quem levei. Estava muito calor, então saí de bermuda. Eu precisava auxiliar na decoração da igreja. Quando cheguei, olhos me fritaram. Mas tudo bem, porque fiz como me ensinou: “Não passe aperto, esteja sempre pronta, carregue sua capulana”. Depois que arrumamos tudo me ajeitei, para a celebração.

Quando entrei na igreja, que já estava lotada, percebi o rosto que vi me fritar com seu par de olhos, abrir um breve sorriso. Ai, ai. É cada uma que a gente passa.

Essa missa foi bonita. As pessoas estavam mais soltas, o canto ajudava, quando toca o atabaque não tem o que não fique belo. Na hora da entrada da santa, tivemos os famosos avisos, que demoram mais que a missa, às vezes. Não é, Dona Zulmira? Avisos, puxões de orelha no grupo, tudo isso o celebrante fez antes de anunciar a entrada da santa.

Finalmente, o padre anunciou a entrada da imagem de Nossa Senhora Aparecida. Eu já estava posicionada com a imagem, que não era nada leve, ali no corredor desde o final da comunhão.

A banda iniciou o canto, aquele que gostamos: –Senhora Negra, Yá querida. Soberana quilombola Virgem Mãe Aparecida...” eu fiquei receosa porque dançar com Nossa Senhora, agora pode ser filmado e mal interpretado. Oh, meu Deus.

Mas eles começaram o canto baixinho e falado, então iniciei andando lentamente erguendo ela à altura do meu peito e sorrindo, porque estava feliz, foi um ano difícil. Como é expressivo para nós aquele momento, não é, Dona Zulmira? Estar com a imagem nas mãos nos traz tanta paz e confiança. Não tinha parado para pensar nisso. Eu me lembro como se fosse hoje e no mesmo momento passei a agradecer, porque, ainda que tivesse sido um ano pesado, eu estava ali, partilhando com meus amigos e parentes, de ontem e de hoje, presentes e ausentes. Nesse exato momento, Dona Zulmira, eles aumentaram o tom e todos os instrumentos passaram a acompanhar a voz da cantora. Eu não tive dúvida. Foi tamanha a alegria que passei a embalar a imagem de Nossa Senhora, comigo, ela dançou comigo, giramos e rodopiamos seguindo em frente. Todos queriam tocá-la e eu queria transmitir, minha alegria e a embalei, para lá, para cá, giramos uma, duas, três vezes, andei por todos os corredores da igreja. Todos queriam também sentir a presença dela. Depois voltei e o padre, que já tinha estendido as mãos umas duas vezes, estava esperando eu parar e entregar a santa. Beijei seu rosto mais uma vez, agradeci e entreguei a ele.

Ao final da missa, uma moça me parou e sorrindo, ela me disse: –Parabéns, você estava linda. Você não teve medo da responsabilidade de levar a santa? E você ainda dançou. Eu nunca tinha visto uma pessoa dançar, com a santa nas mãos. Mas você fez isso de um jeito tão leve e respeitoso, que se um dia eu for agraciada em levá-la, eu também dançarei. Parabéns.”

A senhora veja se pode uma coisa dessa. Uma mulher preta dançando fazendo a entronização da imagem da santa é sinônimo de ousadia? Fiquei feliz pelo que ela trouxe, pois foi uma verdade, eu só estava feliz. A felicidade não fere, não é, Dona Zulmira?

Bom, eu só queria que a senhora estivesse aqui. Estou cumprindo nosso trato, acho que estou fazendo até mais do que havíamos combinado. Mas ainda não acabou, faltam muitas histórias para registrar e contar a todos, quem somos nós.

Um beijo! Que a Divina Ordem nos acompanhe, sempre.

Até breve, Dona Zulmira.

Para iniciar a bionegrafia dessa anciã e ativista negra, escolhi escrever essa carta. Nela deixo registrado meu carinho, respeito, responsabilidade e saudade. As palavras ditas em tempo presente me aproximam dessa pessoa que para mim, e para tantas outras, é inspiração. A vida desta senhora nos mostra que a representatividade com consciência negra importa.

Dona Zulmira Gomes Leite nasceu em 1937, filha de Dona Maria Aparecida Gomes do Espírito Santo e do Senhor Benedito Evilásio Leite. Dona Tida, como sua mãe era conhecida, costumava trabalhar como empregada doméstica, mas no ano em que nasceu Dona Zulmira, foi realizado um concurso público, para o qual ela foi aprovada. Assim, Dona Tida foi efetivada como servente da ETEC Carlos de Campos em São Paulo.

Na infância, minha amiga e conselheira era chamada de Zulmirinha, informação que eu não tinha até pouco tempo. Engraçado, mas não me recordo de ninguém que a tenha chamado assim. Ela era pequenininha, mas a sua grandeza certamente foi a responsável por esse apelido carinhoso da infância não seguir para a vida adulta.

Essa geminiana desde pequena tinha gosto pelas artes. Desenhou muitas telas que não mostrava para ninguém; guardava todas.

Casou-se aos 24 anos como o Senhor Antônio Malachias. Na década de 60, ela teve seus dois filhos: um menino, Antônio Carlos Malachias e, no ano seguinte, uma menina, Rosangela Malachias. A grana era curta então na escola tudo passava de um filho para o outro. Dona Zulmira fazia questão de manter o material escolar das crianças impecável, sem luxo, mas com tudo que precisavam. O pai não achava certo, tanto gasto com cadernos; podiam escrever em papel de pão, conta a filha de Zulmira. Mas Dona Zulmira era firme com relação à educação dos filhos.

Senhor Antônio acreditava que eles deviam ir trabalhar, quando fizessem 14 anos, mas ela já havia determinado, que só iriam procurar emprego após terminarem os estudos. Naquele tempo terminar os estudos significava concluir o Ensino Médio. Isso era o mais importante, já que a Universidade era para pouquíssimos brasileiros, para os negros, então, era mesmo sonho.

Dona Zulmira seguiu os passos da mãe, fez concurso e se tornou funcionária pública, trabalhou como inspetora de alunos.

Com as crianças ainda pequenas e após uma enchente, na qual o casal perdeu tudo, essa matriarca decidiu, que não iria mais pagar aluguel e foi para a casa de sua sogra Dona Benedita Malachias, no bairro São João Clímaco

Com o falecimento de sua mãe, Dona Zulmira toma a decisão de não mais esconder seus desenhos. E a partir de então ela assume o nome artístico de Zul+. Nem sempre era possível captar a mensagem que Dona Zulmira queria transmitir em suas telas, cheias de composição ousadas no conjunto de cores, cujos traços compõem telas muito expressivas.

Com os filhos, já na militância, ela decide acompanhá-los nas reuniões do Ativismo Negro e participa da fundação da entidade Nação Cercab-Centro de Estudos e Resgate da Cultura Afro-brasileira, criada na cidade de São Paulo por jovens negros(as). As reuniões da Nação a fazem acordar para um fato: sua Consciência Negra e Política.

O novo despertar, aos 58 anos de idade, propicia a realização de um sonho de infância: ingressar na universidade. Prestou vestibular e ingressou na Faculdade de Teologia Nossa Senhora Assunção, os filhos receberam a decisão pelo curso com certa indignação, pois ela optou por fazer Teologia e eles acreditavam que ela deveria fazer Artes Plásticas, sendo a artista que era. Mas ela era uma amante da Filosofia e dizia que o mundo tinha medo dos filósofos, pois eles eram premiados com o conhecimento de todas as coisas.

Ao se aposentar, passa a se dedicar mais à sua arte. Foi aluna no atelier de Stela Teodorov, ainda que fosse desnecessário, pois já tinha amadurecido seu estilo. Sua primeira exposição individual recebeu como tema os Orixás e foi feita a convite do Acervo da Memória e do Viver Afro-Brasileiro do município de São Paulo. Foram muitos os lugares em que Zul+ expôs suas obras.

Em 1976, ela saiu do aluguel para construir no terreno que herdou de sua mãe e tia. Anos depois, já atuando com as Pastorais Sociais na Zona Leste, compõe o grupo de professores da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, trabalhando na elaboração livre de Oficinas de Arte, pintura em papel, tela, latas e rochas. Alunos e alunas de diferentes idades já passaram pelas aulas de Zul+. Com ela exercitam o aprendizado, conjunto do sentir e do exteriorizar na arte: a *–Zenergia*".

Neste mesmo ano foi eleita Delegada no GT Religiosidade da Conferência Nacional contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância Correlata ocorrida na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) como evento preparatório à Conferência de Durban, África do Sul.

Entre exposições e orações, essa artista se desdobrou para seguir ajudando a igreja, enquanto cuidava da casa, fazia e ministrava cursos. No ano de 2005, ela participou de um concurso para integrar a Academia de Artistas da Associação de Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPESP). No ano seguinte, realizou a oficina Máscaras Afro-brasileiras em cursos de formação para professores e professoras do município de São Paulo.

Em 2007, ela é escolhida como ilustradora das dez capas da Coleção Percepções da Diferença Negros e Brancos na Escola, realizada por pesquisadores e pesquisadoras do NEINB-USP – Núcleo de Apoio à Pesquisa e Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro da Universidade de São Paulo.

No ano de 2009, a convite de sua filha viaja para os Estados Unidos. Vai a Nova Iorque e Washington DC. Também conhece outras cidades da América Latina: Montevidéu, Uruguai, e Buenos Aires, Argentina já em 2013. Tudo isso fazia parte de seu desejo de conhecer a arte em outros países. Em cada lugar que o avião pousava, um roteiro de visita a museus estava pronto.

Já presidenta da Irmandade de Nossa Senhora Aparecida de São Benedito do Lauzane Paulista – a qual recebe como um presente para seu estandarte uma das telas da artista plástica Zul+ –, ela própria passa a auxiliar Dona Santinha com as conversas sobre a reativação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França. Dona Zulmira fez todos os levantamentos necessários para a reativação da Irmandade. Dona Zulmira sugeriu a Dona Santinha que participasse do processo de reativação e ela subsidiaria seu nome para presidente.

Dona Santinha recusou o pedido, pois não poderia estar em dois lugares ao mesmo tempo, uma vez que ela havia criado uma Pastoral Afro na paróquia em que congregava. Mas as duas se comprometeram a ajudar os moradores e devotos da Santa a reabrirem o livro de tombo da Irmandade. Mas também não houve êxito. As duas mulheres seguiram aconselhando a comunidade local e orientando nos festejos da igreja.

Dona Zulmira Gomes foi uma grande amiga e parceira. Certo dia em minhas inquietações ela pediu que eu me acalmasse e entendesse que minha fé, não era frágil, mas sim muito forte, pois eu entendia que oração se fazia sem ação e que minha fé era sim uma fé social.

Quando me despedi de Dona Zulmira, ela já não estava aqui, mas via uma bandeira do Brasil, na qual no lugar de Ordem e Progresso, havia a mensagem que ela era devota de São Benedito e ativista do Movimento Negro. Assim essa senhora mostrou que aquela bandeira

pertencia aos que construíram esse país e que lutam até hoje por um verdadeiro progresso. Também evidenciou que a emancipação dos corpos negros é a ordem.

Ela seguirá comigo lutando por um Brasil em que o progresso seja uma verdade.

Foto 07 – Zulmira Gomes Leite



Fonte: Arquivo Pessoal (fotografia de Joel Novaes - cedida à pesquisadora)

1.3.7 – Cleide Aparecida Vitorino

Cleide Aparecida Vitorino é uma mulher impressionante. Nos conhecemos no final da década de 90, quando era embalada pelo movimento negro em busca de conhecimento. Ela já atuava fortemente junto ao padre Toninho e fazia parte da Pastoral Afro da Paróquia Nossa Senhora Achiropita. Foi uma caminhada longa e divertida, mas de bastante trabalho. Essa amizade é daquelas que vale para uma vida inteira.

Cleide conta a história do seu nascimento no encontro de mulheres negras, que aconteceu na Igreja de Santa Ifigênia. Em meio a muitas histórias, ela compartilha conosco a confusão do nome.

Sua mãe casou-se aos 16 anos. Ainda era uma menina, mas para a época já era hora de casar. Teve que fazer tratamento para engravidar, pois tinha útero infantil, o que lhe ocasionou quatro abortos espontâneos. Após seis anos de casada conseguiu engravidar. Havia feito uma promessa para Nossa Senhora Aparecida de que se ela tivesse uma filha, lhe daria o nome de Aparecida. No entanto, o pai de Cleide já tinha decidido que o nome seria outro.

Certa ocasião, ele tinha assistido a um espetáculo com dois bailarinos norte-americanos e um deles chamava-se *Clyde Morgan*. Seu pai gostou tanto daquele espetáculo, que ao ver o nome *Clyde* pensou que fosse de uma das dançarinas. Então, na hora de registrar

a filha, ele escolheu o nome Cleide. Para não contrariar tanto sua esposa, muito menos Nossa Senhora Aparecida, a filha foi registrada como Cleide Aparecida Vitorino.

A menina foi batizada no Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Aparecida, São Paulo, no sexto dia de nascimento, porque havia nascido muito franzina e debilitada, o médico antecipou para os pais, que seria muito difícil ela sobreviver. Os pais recorreram à santa de devoção e a batizaram. Por esse motivo, desde os seis anos de idade, sua mãe ia assistir à missa na Basílica de Nossa Senhora Aparecida – como também era conhecida como Santuário. A mãe enchia um carrinho de bebê com mantimentos e entregava para a primeira família pobre que encontrava, em agradecimento à saúde da filha. Todo ano seguia o mesmo ritual.

A família materna confeccionava vestidos de anjinho. Todos se reuniam, na casa da avó materna da menina Cleide, que cresceu em seu quintal. As mulheres matavam as galinhas e com as penas elas faziam a asa da roupa de anjo, que as crianças iriam vestir para acompanhar a procissão de Nossa Senhora Aparecida. Com a idade de seis anos, essa menina já era abusadinha – traz a lembrança aos risos – e dizia que não iria vestir as asas, pura birra como ela mesma informa. Sua avó era benzedeira, por isso muita gente ia para casa dela pedir uma reza. Mas o talento e habilidades da família não paravam por aí. Muitas daquelas mulheres eram banqueteiras, inclusive a avó fazia, que fazia banquetes no Natal que incluíam panetones feitos no forno a lenha, e distribuídos para a rua inteira. O pessoal ajudava com os mantimentos. Uns traziam sacas de farinha, outros levavam fermento. Eram filas imensas que se formavam na calçada para pegar um pedaço do panetone. A ceia, também era esperada. Cada um com seu pratinho a fila começava no começo da rua, e entrava no quintal da avó.

Hoje, Cleide Vitorino mora no bairro do Bixiga, em São Paulo, mas quando vai para casa dos parentes na Zona Norte de São Paulo, o povo ainda se lembra da emoção de partilhar a ceia naquele quintal.

Aposentada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, é advogada, mestra e docente na Faculdade Zumbi dos Palmares. Cleide também é mediadora sociointercultural, advocacy em Direitos Humanos e doutoranda em Função Social do Direito, pela FADISP. Ela se recorda com emoção do quanto os encontros de mulheres negras que ocorriam no piso superior da Igreja Nossa da Conceição, em Santa Ifigênia, eram importantes para as mulheres do movimento negro. Na ocasião elas se fortaleciam dentro do Movimento Negro enquanto ativistas e intelectuais negras.

Cleide relacionou o então encontro às reuniões do passado. Pois tanto ela quanto a religiosa Irmã Lindaura Araujo, uma das fundadoras da Pastoral Afro-Brasileira na

Arquidiocese São Paulo, relembram que na década de 80 o Movimento Negro e as mulheres do Movimento Negro se reuniam naquela mesma sala, para discutir as pautas da população negra.

Em 2024, participou do Fórum Permanente das Pessoas Afrodescendentes da ONU em Genebra, representando a Casa das Áfricas- Amana e Família Amani, instituições que atuam no acolhimento de pessoas africanas e de ascendência africana no território brasileiro.

Foto 08 – Cleide Aparecida Vitorino



Fonte: Arquivo pessoal da família Vitorino – cedido à pesquisadora

1.3.8 – Maria Apparecida Amaral Silva

Dona Apparecida me recepciona com um sorriso tão afetuoso, que me senti abraçada sem nem tocá-la. Quando nos encontramos, era uma tarde ensolarada; ao entrar na sala de sua casa, vi a nora que confeccionava com muita atenção um adorno de cabeça, produto que ela e o esposo exportam para grandes companhias de teatro da Europa e Japão. Nesse dia, o filho assumia a função de auxiliar a mãe naquilo que ela necessitasse. Na sala de jantar, havia uma mesa grande, nela estavam jornais, livros, fotos, caderno e caneta.

Dona Cida Maestra – um dos nomes pelos quais essa senhora é conhecida – e eu havíamos conversado bastante pelo celular. Foi a primeira vez que conversei tão profundamente com ela. Também chamada de Cida Amaral, Cida Maestra é uma senhora muito respeitada e admirada dentro do movimento negro paulistano. Particularmente, sempre a admirei por sua fala firme, porém doce, e por sua sua força e disciplina.

A história de vida dessa senhora, no pleno vigor de suas 94 primaveras, traz mais conhecimento sobre a história da cidade de São Paulo do que muitos livros de História e

Geografia.

Maria Apparecida Amaral Silva é a única filha de Maria das Dores Davi Nascimento e do Sr. Ramiro Gomes do Amaral, nascida em 1929, na cidade de Piracicaba, no estado de São Paulo.

Dona Cida Maestra, nunca gostou dessa coisa de ser filha única. Além disso, seu pai faleceu quando ela tinha somente três anos. Foi na Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo. Mesmo com a pouca convivência, sua memória registrou muito do que a mãe contou sobre seu pai. —Meu pai era pedreiro e trabalhava no interior. Depois que eu nasci, minha mãe até me levou para conhecê-lo. Em 1932, teve a Revolução Paulista, não é? Os homens ficaram sem emprego, e ele trabalhava com um empreiteiro que prestava serviço aqui em São Paulo, no interior (São Carlos). Mas só que depois, com a Revolução vindo, a política paulista esse empreiteiro perdeu o trabalho dele, então todos que trabalhavam com ele ficaram desempregados. Daí o caminho, que os homens acharam foi participar da Revolução; serem soldados ali. Eles ganhavam cesta básica, tinham direito a médico e dentista. Foi o que aconteceu com ele e com muitas outras pessoas, não é? Ele foi. E ele não voltou”.

A irmã dele foi quem o acompanhou, após descobrir que o Senhor Ramiro estava internado em Campos do Jordão por que ele adquiriu tuberculose na trincheira. Os soldados negros eram mais resistentes e ficavam por longo tempo nas trincheiras, pois eram destemidos. Foi num dia de combate intenso, debaixo de muita chuva. Quando a noite chegou, eles estavam tão cansados que não voltaram para o acampamento. Dormiram na trincheira, mas a chuva apertou e inundou o lugar. Os homens acordaram com a água já batendo no pescoço, quase sufocando. Foi aí que o pai pegou tuberculose. A tia de Dona Cida Maestra o visitou algumas vezes, mas Dona Maria das Dores era impedida de ir visitar o marido, pois não tinha com quem deixar a criança e não podia deixar de atender sua patroa, pois isso poderia deixá-la sem trabalho. Ela conseguiu um telefone e deixou com a cunhada, para que avisasse sobre qualquer emergência.

Quando seu pai faleceu, não conseguiram comunicar a Dona Maria da Dores, pois um temporal deixou o lugar em que ela e a filha moravam sem energia. A energia voltou depois de uma semana e só então Dona Maria das Dores recebeu a notícia do falecimento do marido. Com o falecimento do Senhor Ramiro, mãe e filha seguiram sozinhas. Por esse motivo Dona Cida Maestra fala que não é bom ser filha única: cresceu só.

A mãe trabalhava muito. Era costureira em Piracicaba e depois, vindo para São Paulo, conseguiu trabalhar para a família de Tarsila do Amaral.

Na infância, Cida Maestra era chamada de Cidinha, pois era franzina e calada. As

pessoas admiravam o quanto a menina era quieta. Ela lembra que ouvia essas colocações e não respondia, somente olhava e pensava –não é que sou quieta, mas com quem irei conversar?”. A memória vai trazendo a dureza da infância. –Os cortiços que morei eram um quarto com uma cozinha, então ali fazia tudo”, diz Dona Cida Maestra.

Morou num lugar que chamavam de cortiço, por ser um local muito grande. Ali moravam famílias italianas, espanholas, japonesas, negras, todas misturadas. E foi nesse lugar que ela passou a ter suas primeiras aulas de catecismo com uma moça lituana, cujo apelido era Maria Loirinha, porque ela era muito clarinha, bem loirinha mesmo. Maria Loirinha morava com os pais num quarto e eles eram a única família da Lituânia que morava no cortiço. A moça era catequista lá na Igreja do Rosário dos Homens Pretos, onde, naquele tempo, só havia duas catequistas: Maria Loirinha e Dona Noêmia (que não morava no cortiço).

Dona Cida fala que brincou muito. A rua era livre, disse Dona Cida, não passava muito automóvel era um ou outro carro, então as crianças tinham espaço para brincar. Menina brincava com menino e não tinha problema –éramos crianças” frisa nossa maestra. –Era uma turma. Chegava a noite depois de jantar, nós íamos brincar. De tudo a gente brincava, era mãe da rua, pula corda, pula extensão, nós brincávamos de tudo. Eu brinquei muito, muito. Eu tive infância”.

Enquanto ela relatava sobre a infância, o neto conversava com a mãe na sala e andava pela casa, subia, descia, ia ao quintal; ele não parava. Ao observar a cena, Dona Cida faz uma pequena pausa e fala sobre o quanto acredita que a brincadeira é importante para o crescimento de uma pessoa. Ela acredita que a falta de espaço físico e de tempo livre, para a brincadeira, somente será percebido mais para frente, quando a falta de interação com o outro durante a infância, acarretará em problemas psicológicos e de socialização na vida adulta.

Tanto nas brincadeiras de rua quanto na escola, brigou bastante. Dona Cida adverte –pode não parecer, mas sou bem briguenta”. Ela conta que não admitia ser chamada de neguinha. Quando isso acontecia, ela partia para a briga e ainda gritava, –sua branca azeda!”.

Estudou na escola primária no bairro de Santa Cecília, em São Paulo, que ficava perto do posto de Saúde Conselheiro Antônio Prado. Lembra que teve uma formação engraçada. Porque quando sua mãe era jovem e morava em Piracicaba ela estudou música e piano, o que não seguiu por um tempo. Mas Dona Maria das Dores queria que a filha estudasse piano. Então quando ela fez doze anos, saiu da escola e foi estudar música. Ela queria terminar o ginásio, mas não tinha como desobedecer à mãe. Então foi para o colégio São Vicente de Paula, na Alameda Barros, também em Santa Cecília.

Foi difícil, porque para estudar piano, não bastava ir à escola. Como treinaria as músicas, as notas e tudo mais? Estudou durante quatro anos, mas a cabeça da mãe não esperava, diz a maestra. Ela queria ver a filha no conservatório e não podia ser em qualquer um, o melhor e principal da cidade ficava, na Rua São João: o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Conseguiu os documentos para matricular a filha, porém descobriu um único impedimento, o aluno teria que ter cursado ou estar cursando o ginásio. Sua mãe estava tão convicta de que a filha seria pianista, que mesmo extremamente triste não desistiu. Matriculou-a no Conservatório Carlos Gomes. Dona Cida com 15 a 16 anos precisou fazer uma prova de aptidão e o resultado colocou-a no quinto ano de piano.

O conservatório Carlos Gomes era pago, mas a diretora ficou muito amiga de Dona Maria das Dores e Dona Cida ajudava porque era uma excelente aluna. Em 13 de dezembro de 1952, ela se formou. Seguiu os estudos em piano por mais três anos e em 1955 teve uma nova formatura; as missas de formatura eram na Igreja de Santa Cecília, porque ela é a padroeira dos músicos. Ela lembra que essa última formatura foi no auditório da Escola Carlos de Campos, hoje ETEC Carlos de Campos, no Brás.

Depois de formada foi convidada a lecionar teoria do piano. Ela não sabia como iria fazer, mas fez. No entanto, a maestra se incomodava com o fato de não ter concluído o ginásio. Decidiu terminar os estudos e foi fazer a prova do na época Madureza, atualmente Educação de Jovens e Adultos (EJA) e depois matriculou-se no Santa Inês, onde fez o Colegial, hoje Ensino Médio.

Foi quando participava do coral da Igreja de Santa Terezinha e achava que iria ser freira que se encantou por um rapaz mineiro chamado Antônio da Silva, com quem casou-se em 1957, aos 27 anos. Constituíram família e tiveram quatro filhos, três mulheres e um rapaz. Seu Antonio foi comerciante por longa data. Mesmo com a vida dura e difícil, eles permaneceram juntos até o falecimento dele em 1978.

Essa senhora não esconde sua paixão pelo samba. Desfilou na Ala das Baianas por dez anos no GRCES Mocidade Alegre, migrou para Gaviões da Fiel, pois toda família é da nação corintiana, mas encontrou sua paixão no Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Vai Vai. E nessa soma ela tem mais de 30 anos de avenida.

Seu talento a levou para muitos lugares. Hoje ela integra o grupo Mariama, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandú. Ensejou a criação do Bloco Unidos da Melhoridade e tocando surdo de terceira, Dona Apparecida Amaral desfila pela vida e espalha saberes ancestrais, aos que se permitem ouvi-la.

Foto 09 – Dona Cida Maestra aos 94 anos, durante ensaio da bateria no CRECI / SP (2024)



Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=342831

CAPÍTULO II

O MOVIMENTO NEGRO NA IGREJA CATÓLICA

Diante do compromisso em propagar o corpo e a voz da resistência negra na Igreja Católica, é de extrema relevância trazer para o texto um pequeno histórico das lutas que negras e negros travaram nessas terras pindorâmicas na tentativa de conservar seus padrões culturais e sociais.

A resistência negra no Brasil tem tipos diversificados, seja no aspecto organizacional, seja no estratégico e simbólico²⁶ (Moura, 2004). Esses movimentos representam formas através das quais a população negra dinamizou o processo de transformação da sociedade durante o desenvolvimento da nação brasileira.

Dentro da multiplicidade do Movimento Negro, conforme colocado por Lélia Gonzalez, propomos realizar a leitura das Irmandades Negras Católicas e da Pastoral Afro-Brasileira enquanto movimentos de resistência negra na Igreja Católica:

—...os quilombos, enquanto formações sociais alternativas, o movimento revolucionário dos malês, as irmandades (tipo N.S. do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos), as sociedades de ajuda (como a Sociedade dos Desvalidos de Salvador), o candomblé, a participação de movimentos populares etc., constituíram-se em diferentes tipos de respostas ao regime escravagista” (Gonzalez, 1982, p.18).

Segundo Lélia Gonzalez (1982), não podemos considerar o movimento negro como unitário, posto que devemos lembrar a pluralidade de valores culturais que chegam juntamente com os diversos africanos trazidos forçosamente para toda a América Latina. Marina Souza (2002) também nos lembra que a vivência do sagrado representou e ainda representa para a população negra que atravessou o Atlântico sinal de resistência e sobrevivência cultural.

Recorro aos sociólogos e historiadores num breve estado da arte para nos auxiliar no entendimento sobre a história do negro no Brasil e seus movimentos de resistência ao sistema escravagista e no pós-abolição, o que evidencia que essa população se manteve organizada na luta contra o racismo, pensando uma nova ordenação social.

²⁶ Publicado em: MUNANGA, Kabengele (org). História do Negro no Brasil - O Negro na Sociedade Brasileira; resistência, participação e contribuição. Brasília: MinC/Fundação Cultural Palmares, 2004, p. 9-6.

2.1 As Irmandades Negras

Em alguns dicionários de língua portuguesa iremos encontrar a seguinte definição para o substantivo feminino *irmandade*: associação (confraria) leiga, que tem fim religioso; lugar ou aliança de pessoas com mesmo fim. Clóvis Moura (2004) entende tais instituições como foco de resistência ambígua. Muitos são os autores que irão se debruçar em pesquisas sobre a formação e atuação das Irmandades Negras Católicas²⁷, as quais estão presentes em todo Brasil. Nossa pesquisa examina como foi o processo de permanência e sua atuação na atualidade, por meio das narrativas de seus integrantes.

O poeta Carlos Drummond de Andrade (1952), numa crônica em que se referia aos ideais da Irmandade do Rosário, destacava que –era luta de classe, luta civil, urbana, longe dos quilombos²⁸.

Dessa forma, existem dois tipos de confrarias: as Irmandades e as Ordens Terceiras. Ambas têm origem no período medieval, como assinala a historiadora Antonia Aparecida Quintão sobre as Irmandades do Rio de Janeiro e São Paulo, pesquisadora que traçou um paralelo entre as Irmandades do Rio de Janeiro e Pernambuco. A partir de levantamento e análise histórica de documentos, Quintão discute o papel das Irmandades religiosas negras no século XIX e assinala essas instituições como espaço de solidariedade, resistência cultural, religiosidade e identidade racial (Quintão, 2002).

Desde o final do século XV, percebia-se a presença das irmandades religiosas na região do antigo Congo. A historiadora Marina Mello e Souza afirma que –o catolicismo serviu como uma ligação com o passado africano, elemento de extrema importância para a composição das novas identidades de comunidades afrodescendentes no contexto da diáspora” (Souza, 2002, p. 127) e ainda assinala que a participação dos negros nessas associações já era comum.

Interessante pontuar que a historiadora chama a atenção para o fato de que os participantes e idealizadores dos festejos em torno da coroação dos reis do Congo, frequente nas festas brasileiras em honra a Nossa Senhora do Rosário desde o século XVII, mantinham percepções bem diferenciadas dessas manifestações.

²⁷ Durante a pesquisa sobre as Irmandades Negras encontramos autores como Kátia de Queiroz Mattoso (1931-2011), Julita Scarano (1975), Caio César Boschi (1986), José Reis (1991), Mariza de Carvalho Soares (2000), Antonia Aparecida Quintão (2002), Marina de Mello e Souza (2002), Selma Maria da Silva (2008) e Leda Maria Martins (2021).

²⁸ Andrade, Carlos Drummond de. Rosário dos Homens Pretos. in: **Passeios na Ilha**. Rio de Janeiro, Organizações Simões, 1952, p.50.

Enquanto membros da comunidade negra entendiam que as festas os aproximavam de suas raízes (presença dos reis do Congo, das chefias africanas e ainda dos ritos de entronização), para aqueles que faziam parte da nobreza de origem lusitana ou estavam próximos a ela, os festejos se associavam à noção de um império, que avançaria e dominaria os quatro cantos do mundo. Isso significa que havia sentimentos de liberação e pertencimento de um lado e de opressão de outro.

A autora do livro *Devotos da Cor: Identidade étnica, Religiosidade e Escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII*, Mariza de Carvalho Soares, pontua que a obra surge como um chamado. O livro é fruto de sua pesquisa de doutorado que teve o constructo alterado ao encontrar o Estatuto da Congregação dos Pretos Minas Maki, no Rio de Janeiro (1786), cuja cópia da Biblioteca Nacional é datada de 1907. Segundo as palavras da autora, esse documento “elocava em suas mãos a possibilidade de desvendar a vida de um grupo representativo de africanos, escravos e foros procedentes da Costa da Mina.” (2000, p.17). O manuscrito respondia a muitos questionamentos, mas sugeria outros. Foi em busca dessas novas respostas que ela se debruçou sobre os assentos de batismo de escravos depositados no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ).

Este livro analisa especialmente aos chamados “pretos-minas” da cidade do Rio de Janeiro, do início do século XVIII até a década de 1780, período em que tramita a regulamentação das agremiações leigas da Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia. Através desta documentação foi possível reconstituir a organização desses grupos étnicos e religiosos e também avaliar a importância da religiosidade católica nas novas formas culturais por eles adotadas no cativeiro (Soares, 2000, p. 26).

Enquanto Soares (2000) traz a reflexão sobre o papel destas instituições como um local de construção das identidades étnicas, Raul Joviano Amaral está preocupado em documentar em sua obra²⁹ os fatos que levaram à constituição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos na cidade de São Paulo no século XVIII e à ereção da Igreja Velha. A obra de Amaral elucida que para além das práticas religiosas que se traduziam na organização de procissões, festas, coroação de reis e rainhas, culto aos mortos, as Irmandades também tinham atribuições de caráter social, como ajuda aos necessitados, assistência aos doentes, visita aos prisioneiros, concessão de dotes, proteção contra os maus tratos dos senhores e ajuda para a compra da carta de alforria. Na obra, também percebemos como a cidade se organizava. Numa narração fluida de casos relevantes para a história da

²⁹ AMARAL, Raul Joviano. *Os Pretos do Rosário de São Paulo, no centenário da abolição 1888-1988*. São Paulo: João Scortecci Editora, 1991. 2. ed

Igreja e da Irmandade, Amaral traz relatos descritivos e com poucas análises sobre formação da identidade ou resistência negra.

As Irmandades eram regidas por um conjunto de regras chamado de “compromisso” que deveria ser aprovado pela Igreja Católica, pelo Presidente da Província e pela autoridade monárquica, para depois ter seu direito de funcionamento. Estavam fixadas nos compromissos as normas pelas quais deveriam ser administradas as obrigações e os direitos dos irmãos e irmãs. A historiadora Kátia Mattoso afirma que:

—...o primeiro objetivo de uma irmandade era congregar certo número de fiéis em torno da devoção a um santo escolhido como padroeiro. Frequentemente seus membros viviam na vizinhança da mesma paróquia, mas havia irmandades que associavam pessoas por devoção, ofício, cor da pele ou estatuto social. A base de tudo era o “compromisso”, conjunto de regras que determinava os objetivos da associação, as modalidades de admissão de seus membros, seus deveres e obrigações” (1992, p.397).

No entanto, quaisquer que tenham sido as razões dessa adesão dos negros africanos a certos santos católicos e às suas instituições, o certo é que as Irmandades Negras se reproduziram no Brasil durante a existência da escravidão e prosseguem até hoje em muitos lugares.

A principal característica das Irmandades é sua autonomia. Para que essas Irmandades entrassem em funcionamento, existia toda uma discussão de cunho político e religioso entre os membros do clero que muitas vezes não aceitavam a construção e funcionamento dessa Irmandade, vendo-a como um espaço de ideias sediciosas, onde muitos que dela faziam parte se aproveitavam da situação para requerer liberdade e muitas vezes até fugir para algum quilombo próximo com a ajuda dos outros irmãos.

As festas promovidas pelas Irmandades Religiosas, além de serem uma manifestação cultural, podem ser entendidas como um momento de alegria, de transgressão à ordem; uma oportunidade para questionar a sociedade vigente e assim afirmar os valores culturais e religiosos da população negra. A festa representava para os negros instantes para se esquecerem ou contrariarem os conformismos sociais. A festa rompia a ordem social estabelecida e com a vida ordinária que viviam. Durante as festas havia a liberdade dos negros e negras serem reis e rainhas. Nesses momentos, podiam se portar com a nobreza e realeza que lhes pertenciam, enquanto os brancos, sem saber o que ocorria, eram ludibriados, o que criava esse rompimento em relação à condição em que os negros estavam reduzidos naquela época. Como afirma Michel de Certeau, “um uso (‘popular’) da religião modifica-lhe o funcionamento. Uma maneira de falar essa linguagem recebida a transforma em um canto

de resistência, sem que essa metamorfose interna comprometa a sinceridade com a qual pode ser acreditada, nem a lucidez com a qual, aliás, se vêm às lutas e as desigualdades que se ocultam sob a ordem estabelecida" (1994, p. 78-79). Dessa forma, para o povo negro, religião e festas são costumes/tradições e expressões importantes na vida cotidiana, pois contribuíram para (re)afirmar sua identidade cultural negra.

Em relação ao estatuto, ele organizava o funcionamento da Irmandade. Tinha-se muita cautela para a elaboração dele, pois seria confirmado por autoridades do alto clero (cardeais, bispos e até pelo papa) e ainda pelos monarcas, tendo em vista que o trabalho mais expressivo de uma Irmandade era atender às necessidades sociais e de saúde da população negra, embora não fossem atividades que estariam relacionadas no estatuto. Assim, era de conhecimento da Igreja que tal prática ocorria, mas não era possível coibí-la, pois não havia provas. Entretanto, eram bem demarcadas na redação as obrigações dos irmãos, assim como os direitos adquiridos por eles após sua associação. A estrutura da Irmandade também fazia parte desse documento.

De acordo com Quintão, as Irmandades Religiosas executavam tarefas que faziam parte da rotina da Igreja, tais como organização de procissões, festas, vigílias, missas, coroação de reis e rainhas. Apesar disso, suas atividades não se traduziam somente a essa rotina, pois também cumpriam atribuições de caráter social como ajuda aos necessitados, assistência aos doentes, visita aos prisioneiros, concessão de dotes, proteção contra os maus tratos dos senhores e ajuda para a compra da carta de alforria (Quintão, 2002, p.74).

Ao verificar os livros de tombo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia de Penha de França, na cidade de São Paulo, pudemos confirmar o descontentamento do clero com a Irmandade, sendo a recíproca verdadeira. Essa relação conflituosa impossibilitou a realização dos festejos por quase duas décadas³⁰. Assim, as dependências da igreja foram ocupadas com os objetos da sala de Milagres da Igreja de Nossa Senhora da Penha, a qual passava por reformas, feito que impactou as atividades da Irmandade que construiu a igreja em 1802.

Outra forma de desarticulação e enfraquecimento das Irmandades que a Igreja utilizava era a renovação dos estatutos. Como exemplo dessa ação, aponto o caso específico da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de São Benedito, pertencente à Diocese de São Miguel Paulista, cujos protagonistas do ressurgimento dos

³⁰ Dados verificados nas anotações dos livros de tombo da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia da Penha de França e da Paróquia Nossa Senhora da Penha (1806-1976), no arquivo da Diocese de São Miguel Paulista, não foi encontrado registro de festejos a N. Sra. do Rosário ou São Benedito entre os anos de 1922-1937.

festejos conhiceremos nos capítulos a seguir. Parte dos membros que compuseram essa associação mantinha uma relação conflituosa com o clero, que arbitrariamente se desfazia de objetos e móveis comprados com o dinheiro da Irmandade, gerando desconforto na relação entre os irmãos e maior instabilidade na relação entre Irmandade e clero. Tal situação apontou para o desmonte da diretoria da Irmandade, conforme consta no Livro de Tombo SM0695 (1937-1950). –No dia 18 o vigário declarou dissolvida a diretoria da Irmandade de São Benedito, por motivo de desobediência e resistência, deixando a Irmandade de reunir-se até a nomeação de uma nova diretoria” (SM0695, 1944, p.41).

Nos dias atuais, podemos observar nas celebrações traços da cultura de um povo, de sua etnia, assim como de grupos sociais que buscam em meio à festa construir espaços de sociabilidades, trocas de experiências e afirmação de suas tradições e identidade.

O Conselho Nacional das Irmandades de São Benedito (CONISB) dispõe em seu cadastro de 35 Irmandades distribuídas entre os estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Sergipe, Pará, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. É no Sudeste, que estão localizadas a maior parte das Irmandades³¹ que compõem esse Conselho.

O movimento de resistência negra na Igreja Católica se faz presente em muitas regiões. Nossa abrangência aqui será delimitada através das itinerâncias das quatro mulheres que inspiram este estudo. E nesse percurso iremos conhecer e dar destaque à Irmandade de Nossa Senhora Aparecida e São Benedito, situada na Zona Norte da cidade de São Paulo, no bairro de Lauzane Paulista. Essa instituição tem como cofundadora a Sra. Zulmira Gomes Leite, que em suas itinerâncias irá nos levar ao encontro de outros movimentos de resistência negra na Igreja e fora dela. Nesse caminho vamos poder conhecer um pouco sobre duas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, na cidade de São Paulo.

2.2 O Movimento Social e a População Negra

Passamos de Colônia a Império até tornarmo-nos República. No entanto, no campo de direitos para o povo, mantivemo-nos estáticos. Na luta por cidadania, os avanços efetivos foram poucos. O regime escravocrata fez uso da mão de obra de negros e indígenas escravizados, os quais se organizaram por séculos para garantir a sobrevivência.

Percebemos que a luta pela dignidade e cidadania no Brasil sempre esteve muito ligada aos movimentos sociais. As insurgências ocorridas no período escravagista como os

³¹ Informações cedidas via WhatsApp em 12/03/2023 pela presidência do CONISB - Sra. Leni Maria da Silva Correa - mandato 2022/2023.

suicídios, fugas, guerrilhas, levantes, revoltas, criação de quilombos, participação no processo abolicionista e libertário constituem diferentes tipos de lutas que os excluídos deste país criaram (Moura, 1988). Essas pessoas se multiplicaram pelo campo e pela cidade, devido pela incapacidade dos sistemas políticos em garantir condições de vida dignas para grande parcela da população.

Partiremos do conceito de movimento social da professora Maria da Glória Gohn, que o define como movimentos que promovem ações sociais coletivas, de caráter sociopolítico e cultural, que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas³² (2011). Há também a veia analítica de Clóvis Moura e Lélia González, que inclui como movimento social as Irmandades Negras, as insurreições dentro dos navios negreiros, assim como as rebeliões e revoltas ocorridas desde o início da colonização das Américas e de África. Os movimentos de resistência negra, ligados à Igreja Católica, que são nosso foco neste capítulo, seguem uma ordem hierárquica em que primeiramente aparecem as Irmandades Negras, seguidas das Pastorais Sociais, grupo em que a Pastoral Afro-Brasileira está inserida. Por esse motivo, vamos perpassar pelos Movimentos Sociais que não tratavam das questões ligadas especificamente à população negra. Daniel Camacho entende que o movimento social tem dinâmica gerada pela sociedade civil e preconiza a garantia de interesses específicos, mantendo sua ação para o questionamento das estruturas de dominação com a intenção de transformar, total ou parcialmente, as condições de crescimento social (1987, p.216).

Dentro da caracterização dos movimentos sociais, podemos destacar que já na década de 1990 muitos foram os avanços nas questões específicas abordadas por esses movimentos e novas temáticas passaram a fazer parte da agenda dos movimentos sociais.

Para um melhor entendimento, utilizaremos aqui a subdivisão, efetuada por Maria da Glória Gohn, das temáticas existentes no universo dos movimentos sociais. Segundo Gohn, essas três frentes de ações visam a contemplar todas as demandas e formatos organizativos e seu campo de atuação. Entretanto, realça que alguns movimentos sociais assumem mais de uma frente de ação. Na primeira, estão os movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais, movimentos de segmentos sociais excluídos, geralmente pertencentes às camadas populares. A segunda contempla os movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no meio urbano e rural. Na terceira, por fim,

³² Revista Brasileira de Educação, Volume 16 Números 47. Publicado: 2011

encontramos os movimentos globais ou globalizantes. São lutas que atuam em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos etc³³.

Segundo Rocha, essas modalidades de lutas sociais permitem afirmar que todas as conquistas que são boas para os pobres também são boas para a população negra. Entretanto, a problemática do negro não se esgota com a extinção ou amenização da pobreza. Ele conclui dizendo que a luta dos negros enquanto pobres é uma etapa fundamental para o processo da construção da cidadania. Mas é necessário que seja dado um passo seguinte: o da negritude (1992, p.21).

Dentro desse escopo dos movimentos sociais ligados à Igreja Católica, encontramos as pastorais sociais. Segundo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB –, pastorais sociais têm como objetivo ser presença de serviço na sociedade, desenvolvendo atividades concretas que viabilizem a transformação de situações específicas (...). A missão das Pastorais Sociais passa [...] pelo percurso da organização dos excluídos, pelas mobilizações sociais até o comprometimento político³⁴.

Na década de 70, o país passava por grandes problemas de ordem política, econômica e social. Nesse período houve a maior incidência de organização dos movimentos sociais (Rocha, 1998, p. 14). Tais movimentos em suas lutas específicas – moradia, trabalho, saúde, escolas e contra todo tipo de violência – vão proporcionando a formação de uma identidade sociocultural e de uma cultura política, realidade muito bem representada no filme “O anel de Tucum”, com direção de Conrado Berning. Lançada em 1994, a obra retrata o cotidiano dos homens e mulheres que fazem das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e dos movimentos populares um espaço de luta, esperança e fé. Nessa narrativa ficcional ambientada na década de 1990, mais especificamente no ano de 1992, é mostrada a realidade daquele período, incluindo partes documentais. Nesse ano, aconteceu o 8º Encontro Intereclesial das CEBs, no Paraná, e também o encontro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Itaici.

Ainda na trama, o personagem principal, André, é filho de um líder de grandes empresários, interpretado pelo ator João Signorelli, que tinha a missão de descobrir quem era o incentivador de tais grupos para que poderosos empresários pudessem planejar meios de coibir os trabalhadores a ingressar nos movimentos sociais. Contudo, André, ao vivenciar a luta dos trabalhadores, é contagiado pela Teologia da Libertação — movimento socioeclesiástico surgido na Igreja Católica na década de 1960 — e sua proposta de auxiliar a população pobre e oprimida na luta contra as desigualdades sociais, depois do Concílio Vaticano II (Itália,

³³ Revista/CRH, Salvador, v.21, n.54 p.439-455, Set./Dez. 2008.

³⁴ A missão da Pastoral Social. Brasília. Edições CNBB, 2008, p.36 e 40.

1962-1965) e das Conferências de Medellín (Colômbia, 1968) e Puebla (México, 1979), encontros que tiveram o intuito de auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos, segundo Leonardo Boff (1998).

O negro engajado nos movimentos sociais atua na especificidade das questões étnico-raciais dentro do que já explicitamos acima, que é a multiplicidade do movimento negro. Vamos encontrar nos capítulos seguintes relatos de pessoas que transitam por diversos movimentos de resistência negra.

Muitos estudantes engajados nos movimentos sociais eram perseguidos por militares, pois nesse período a sociedade brasileira foi submetida ao Golpe Militar de 1964, responsável por implantar um Estado autoritário, que usava a tortura, largamente empregada pelos órgãos policiais contra os cidadãos comuns, para extrair confissões daqueles que consideravam suspeitos de participar, direta ou indiretamente, de movimentos sociais que se colocavam contra a ditadura militar.

O professor Juarez Tadeu de Paula Xavier, um dos criadores do movimento negro Unegro (União de Negros pela Igualdade Racial), em relato numa das diversas rodas de conversa na casa da Dona Santinha – fundadora da Pastoral Afro de Vila Nhocuné e uma das protagonistas desta pesquisa – contou que uma vez ao sair da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), onde cursava Jornalismo na época, e ir em direção à sede do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi abordado por policiais, que queriam saber o que ele estava transportando em sua mochila. Vasculharam a mochila, que estava repleta de papéis e sem a presença de entorpecentes. Dessa forma, Xavier foi liberado, o que lhe causou alívio, mas também indignação, porque os policiais nem olharam sobre o que seriam os papéis que ali encontraram, já que na mentalidade da corporação da Polícia Militar, um negro não faria parte da luta por democracia e não estaria dentro de uma instituição de Ensino Superior realizando discussões políticas. Apenas partiam do pressuposto que todo homem negro era vagabundo ou bandido.

Na verdade, a instituição Igreja era pouco visada pelo sistema repressor, o que favoreceu para que os movimentos sociais a concebessem como espaço privilegiado para o fortalecimento dos movimentos sociais. Já para Rosangela Borges (2013), a preocupação da Igreja Católica no Brasil em desenvolver um trabalho pastoral junto à população negra está intimamente ligada às mudanças operadas no interior dessa instituição ocorridas doravante o Concílio Vaticano II e impulsionadas com as conferências episcopais de Medellín (Colômbia, 1968) e Puebla (México, 1979), acontecimentos de suma importância para o desenvolvimento

da Teologia da Libertação, a qual impulsionou os mais pobres a atuarem como sujeitos do processo histórico, despertando-os para o exercício da cidadania (1988. p. 68).

Na concepção da Teologia da Libertação, o pobre não é objeto de ajuda, de compaixão e de caridade, mas protagonista de sua própria história, arquétipo de sua própria libertação. Por isso, essa teologia contribui para a organização do pobre, com o objetivo de ajudá-lo a conquistar sua emancipação social e material (Boff, 1991. p. 55).

O professor Geraldo Rocha, em entrevista para esta pesquisa, rememora seu tempo de militância e traz a lembrança de que muitos padres, leigos e ativistas dos movimentos sociais, assim como universitários, passaram a participar das CEBs com o advento da Teologia da Libertação.

Um dos grandes fomentadores das CEBs na Arquidiocese de São Paulo foi Dom Paulo Evaristo Arns, condutor de uma ação pastoral de grande repercussão na região norte. As chamadas Missões do Povo de Deus funcionaram como impulso inicial para o surgimento desse movimento na região. Elas funcionavam como verdadeiras escolas na formação para a cidadania, característica mantida até os dias de hoje. Em seu relato, Dona Isaltina informa que participa desde longa data das CEB's e foi a partir da vivência nas Comunidades Eclesiais de Base que ela entendeu a necessidade de fomentar a criação de um grupo pastoral na paróquia de sua região. Assim nasceu o Pérola Negra que faz reuniões mensais num trabalho conjugado de evangelização e acolhimento das demandas sociais dos paroquianos e não-paroquianos.

Já a Dona Romana enfatiza que quando chegou no bairro, –ali era quase tudo mato, não tinha infraestrutura não” e foi com o Centro Comunitário da Igreja que alguns moradores começaram a se organizar e reivindicar melhorias para o bairro em crescimento na década de cinquenta.

2.3 – A Pastoral Afro-Brasileira

O termo negritude aparece pela primeira vez no jornal *L'Étudiant Noir*, no poema *Cahier d'un retour au pays natal*³⁵ (Caderno de um regresso ao país natal), de Aimé Césaire (1913-2008):

³⁵ Trecho do artigo “Nègreries: jeunesse noire et assimilation” [Negrarias: juventude negra e assimilação] de Césaire citado em Louis, Patrice. ABCésaire. Paris: Ibis Rouge, 2003. p. 42. Disponível em: <https://escamandro.wordpress.com/2014/02/11/o-diario-de-um-retorno-ao-pais-natal-de-aime-cesaire-por-leo-goncalves/> Acesso em 24 jan 2024.

(...) queremos explorar os nossos próprios valores, conhecer os nossos próprios valores, conhecer as nossas forças por experiência pessoal, cavar a nossa própria profundeza, as fontes eruptivas do humano universal, romper a mecânica identificação das raças, rasgar os superficiais valores, abarcar em nós o negro imediato, plantar a nossa **Negritude** como uma bela árvore até que ela traga os frutos mais autênticos" (Césaire, 2003).

Segundo Zilá Bernd, o poeta utiliza o termo como –uma revolução na linguagem e na literatura que permitiria reverter o sentido pejorativo da palavra negro para dele extrair um sentido positivo”, (1988, p.17).

Etimologicamente, a palavra tem origem francesa – *négritude*, do latim *nigritudo* –, e é definida como: qualidade ou condição do que é negro; corrente cultural ideológica ou política que defende a valorização da cultura dos negros; sentimento de orgulho ou conscientização acerca da cultura negra; valorização das peculiaridades, valores culturais e/ou orgulho racial, pertencentes à cultura dos negros³⁶.

Assumir a negritude fez parte do processo emancipatório do negro, o qual durante muito tempo na historiografia brasileira foi retratado somente no episódio da colonização e escravização. Contudo, o mito da democracia racial pretendia informar à sociedade – brasileira e internacional – que não existia racismo no Brasil, construindo o ideário de que –somos todos iguais”. Beatriz do Nascimento levanta essa problemática quando participa da Quinzena do Negro, em 1977, na Universidade São Paulo (USP). Seu relato, reproduzido no documentário *Orí*³⁷, fala da sua indignação ao vivenciar o eterno estudo sobre o escravo, como se a única contribuição da população negra fosse a mão de obra usada como ferramenta para a fazenda e para a mineração. Neste mesmo relato, Beatriz do Nascimento levanta a necessidade de o negro lutar por melhores condições de vida, e nos chama a atenção para lembrar que essa falta transcende a questão econômica.

Na América Latina, a sensibilização da Igreja diante da condição do negro, não foi um fato isolado, pois a força dos Movimentos Populares foi decisiva para o crescimento do Movimento Negro na sociedade civil e nas igrejas. Em 1978 nasce o MNUCDR (Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial), que posteriormente é alterado para MNU (Movimento Negro Unificado). Nesse mesmo tempo, a CNBB convocou alguns estudiosos que se dedicavam à religiosidade popular para auxiliar os bispos brasileiros que iriam participar da Conferência de Puebla.

³⁶Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/Negritude> Acesso em 14 dez 2023. .

³⁷Orí – cabeça, na língua africana, yorubá

Em 1979, essa movimentação deixa explícita a inexpressiva representatividade de padres e bispos negros. Face à formação recebida nos seminários, os novos padres não assumiam sua identidade negra e pouco conheciam sobre a realidade da população negra católica. A partir de então, é formado, em 1980, o Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON).

Estudiosos e alguns padres que faziam parte do GRUCON eram contrários à ideia de que o grupo fosse assumido como Pastoral do Negro. Após muitas discussões e divergências, chega-se a formação dos Agentes de Pastoral Negros (APNs) em 1981, marcados por um tipo de trabalho de conscientização mais cristão. Segundo Rocha, para alguns Agentes de Pastoral Negros, a instituição deveria se vincular à Igreja e fomentar as mudanças em nível teológico. No contraponto, outra parte do grupo entendia que o vínculo engessaria as ações dos APNs, enquanto movimento que necessitava agir nas diversas esferas da sociedade. Nesse mesmo ano, acontecia em Recife a Missa dos Quilombos³⁸.

Os grandes incentivadores para a criação dos APNs foram os padres Benedito Batista de Jesus Laurindo – Pe. Batista (1952 - 1991) – e Antônio Aparecido da Silva – Pe. Toninho (1948-2009) – além de Edir Soares. Contudo, era um consenso no grupo que os membros dos APNs não eram obrigados a serem católicos, já que podiam fazer parte dessa organização pessoas de qualquer denominação religiosa. Embora eles tivessem a consciência de que eram a presença negra dentro da Igreja, não mantinham vínculo com essa instituição.

Segundo Valente, os objetivos dos APNs eram: 1. unir a população negra dispersa; 2. recuperar as raízes e memória histórica do negro; 3. conscientizar o negro da realidade social que o discrimina; 4. lutar por um espaço de dignidade para o negro no contexto nacional; 5. lutar por um espaço para o negro dentro do cristianismo e pelo direito de se expressar de acordo com aquilo que lhe é próprio (1996, p.101).

Com a proximidade do centenário da abolição da escravatura, os APNs passaram a questionar tanto a Igreja quanto as suas ações frente ao histórico silêncio que a instituição mantinha sobre o episódio da escravização de negras e negros e suas consequências.

Em 1984, grupos do movimento negro de base começaram a trabalhar para conseguir que a CNBB assumisse a temática do negro para Campanha da Fraternidade de 1988 (CF-1988). Segundo Valente, as principais dificuldades enfrentadas pelos agentes na configuração

³⁸ A missa dos Quilombos contou com presença de pelo menos seis bispos negros, entre eles: o anfitrião, Dom Helder Câmara, então arcebispo de Olinda e Recife; Dom Pedro Casaldáliga do Araguaia (MT) e Dom José Maria Pires (Dom Zumbi), primeiro arcebispo negro do Brasil, integrante da Arquidiocese da Paraíba e quem presidiu a missa, uma celebração que é lembrada e faz parte do movimento negro na Igreja até a atualidade. Esse episódio que tanto impacta as ações da Pastoral Afro trataremos mais à frente.

e execução dos trabalhos foram a escolha do tema –A Fraternidade e o Negro”³⁹ com o lema –Ouvi o clamor deste povo”, o qual foi aprovado; a autonomia no tratamento da questão em cada estado brasileiro, isto é, a descentralização da discussão sobre o negro; a resistência da hierarquia da Igreja, do próprio segmento negro e da população em geral; a pouca atenção e divulgação pela imprensa escrita ou televisiva e a diluição da questão racial que foi contextualizada numa temática mais ampliada da luta dos marginalizados e das populações carentes por melhores condições de vida.

Só da Baixada Fluminense saíram mais de 400 cartas endereçadas a vários grupos negros e de direitos humanos pedindo que refletissem sobre a proposta e, caso achassem justa escrever à CNBB solicitando a ela que assumisse o desafio [...] Em uma reunião com representantes de todos os regionais dos Agentes de Pastoral Negros, em S. Paulo, chegamos à conclusão que não bastava a CNBB assumir o tema do negro na CF-88. Era fundamental termos participação na elaboração de todo material. Através de um assessor da CNBB, conseguimos esta garantia. Um mês depois recebemos a notícia de que a CNBB, sem a participação dos agentes de pastoral negros, já havia escolhido as letras das músicas para a CF-88. Infelizmente foram pessimamente escolhidas. Enquanto os cânticos da CF-87 —AFRATERNIDADE E O MENOR”, falavam 19 vezes a palavra *menor* os cânticos da CF-88, —AFRATERNIDADE E O NEGRO”, só citavam duas vezes a palavra *negro*. Protestamos e a CNBB, num gesto de diálogo, ouviu e acolheu, em parte, nossos protestos (Comissão dos Religiosos, Seminaristas e Padres Negros do RJ, 1988, p. 40-41).

Ainda no ano de 1984, Pe. Toninho assumiu a reitoria da Faculdade de Teologia da Arquidiocese de São Paulo, no bairro do Ipiranga. Em seguida, o Pe. Batista foi nomeado reitor da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, quando então os APNs passam a ter naquele local⁴⁰ o funcionamento de sua sede, que era chamado de Quilombo Central dos APNs.

Foi na Faculdade de Teologia que o Padre Jalmir Batista de Oliveira e o Padre Marco Barbosa Longuini (ambos hoje pertencentes à Diocese de São Miguel Paulista) conheceram o Pe. Toninho e o Pe. Batista. Segundo relatos do Pe. Jalmir⁴¹, Pe. Batista foi um dos responsáveis por trazê-lo à militância, quando em um se dirigiu a ele e disse: –E você? Você não me engana, viu! Com esse cabelo e esse beiço, você também é negro”!

Padre Batista atuou no Movimento Negro e sempre chamou a atenção para a presença diminuta de negros e negras nas universidades. Criou em 1987 o Instituto do Negro com a

³⁹ No texto do Documento 85 consta ainda que foram inúmeras e extensas reuniões, muita reprovação de texto até chegarem à efetivação da CEF-88, a qual procurou fazer um panorama social, econômico, político, cultural e religioso do negro no Brasil e firmar compromissos pastorais.

⁴⁰ Rua Tabatinguera, 320, centro velho de São Paulo, local também considerado marco negro da história da cidade.

⁴¹ Entrevista concedida ao Museu da Pessoa em 14 de outubro de 2020 para o Projeto Conte sua História Vidas Negras.

finalidade de qualificar negros para o mercado de trabalho e prepará-los para o ingresso em cursos profissionalizantes e universidades. O padre juntamente com Pe. Toninho, Frei David, Pe. Maurício, Deputado José de Souza Cândido (1942-2012), leigos e leigas atuantes no movimento negro e outros, fundaram o Quilombo Central, o Instituto Mariana dos Bispos e Padres Negros (IMA) e a casa da Menina Mãe, local em que eram abrigadas adolescentes grávidas; Agentes de Pastoral Negro – APN; Pastoral Afro-Brasileira⁴².

Todo esse apanhado histórico é necessário para chegarmos ao presente momento do Movimento Negro na Igreja Católica. O Documento 85 da CNBB ressalta que a Pastoral Afro-Brasileira surge como consequência de um longo processo de conscientização e militância de gerações de negros e negras que assumem viver a sua fé eclesial tendo como referência a realidade da população afrodescendente no continente e no país (cf. Documento 85 CNBB, 2003, p.11 e 38). Suas iniciativas são para infundir o espírito no povo negro, orientando-o para a afirmação de sua identidade cultural.

A Pastoral Afro, assim como intitula seus integrantes, atualmente faz parte das Pastoriais Sociais⁴³. Em sua estrutura conta com um secretariado nacional, assessorado pelo Grupo de Trabalho Afro (GTA) que presta serviços como instância técnica em vista dos projetos – em andamento ou a serem implementados – e ajuda o Secretariado a acompanhar as atividades afro-pastoriais nos Regionais, Dioceses e Paróquias. A Pastoral Afro-Americana está organizada em diversos países da América Latina (Colômbia, Equador, Honduras, Panamá e outros), articulada e animada pela Secretaria Latino Americano (SEPAFRO), que é vinculada ao Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), (CNBB, est. 85, p. 43).

Encontramos em nossas entrevistas a utilização do nome Pastoral Negro utilizado por pessoas de fora do movimento e até mesmo por integrantes mais antigos. Aqueles que participaram ou estiveram próximos da criação da PAB na CNBB, seja no Movimento Negro, seja na CNBB, vão entender que essa pastoral é composta em sua maioria por afrodescendentes e atua nos diversos âmbitos da vida social e cristã de negras e negros, respeitando toda sua diversidade e cultura.

Partindo dessa premissa, questionamos pessoas que participaram das discussões na década de 90 sobre a escolha do nome Pastoral Afro-Brasileira em detrimento do já usado

⁴² Ciberdiário do Professor Guilherme Botelho Júnior, membro da Pastoral Afro-Brasileira na Igreja Achiropita/São Paulo, articulador das Entidades Negras Católica em São Luís do Maranhão, MA, e membro da comissão de estudos para elaboração do Rito Amazônico – CNBB.

⁴³ Pastoriais Sociais têm como objetivo ser presença de serviço na sociedade, desenvolvendo atividades concretas que viabilizem a transformação de situações específicas (...). A missão das Pastoriais Sociais passa [...] pelo percurso da organização dos excluídos, pelas mobilizações sociais até o comprometimento político CNBB. (Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade da Justiça e da Paz. A missão da Pastoral Social. Brasília: Edições CNBB, 2008, p.36 e 40).

Pastoral do Negro ou Pastoral Negro. Nuno Coelho, coordenador geral dos APNs, antes mesmo de ser questionado sobre o assunto, pontua que não faz parte da Pastoral Afro e se reafirma enquanto um agente de pastoral, da mesma forma que José Geraldo da Rocha, participante do GRUCON e parte da parcela de negros atuantes nos APNs que defende independência doutrinária do grupo.

Tais reações podem nos direcionar ao pensamento de que o termo vem como uma diferenciação dos APNs (Agentes de Pastoral Negros) dado que muitos padres que participaram dos APNs lutavam por uma mudança de postura da Igreja Católica e por uma teologia negra. E na cisão houve padres que permaneceram sem apoiar a criação de uma entidade que tivesse total vínculo com a Igreja Católica e outros que acreditavam ser necessário uma Pastoral com integrantes que professam sua fé na Igreja Católica.

Nuno ainda ressalta que eles não podem ser confundidos com uma *_pastoral negra⁴⁴* e ainda coloca que devem ser entendidos como uma entidade marcada por valores inter-religiosos que agrupa qualquer pessoa independente de credo. Uma das maiores contribuições dos APNs em seus 40 anos de atuação foi o despertar de uma identidade afro nas igrejas cristãs e a formação sociopolítica do povo negro.

Sobre esse episódio, a irmã Lindaura Araujo, ao longo de seus 90 anos de idade e 70 de consagração relembra:

Tinha aquela história, os agentes de pastoral, os APN, eram um grupo que era da igreja, mas não faziam um trabalho de igreja, mas faziam trabalhos sociais. Então foi aonde decidiram fundar a Pastoral Afro e ter um trabalho dentro da igreja. (Re-encontro de Mulheres Negras, 2023 – Paróquia de Nossa Senhora Conceição e Santa Ifigênia/São Paulo).

Os membros da PAB, Cleide Vitorino e Guilherme Botelho⁴⁴, acreditam que as discussões quanto à terminologia estão para além da Igreja, dado que o imaginário da sociedade e das instituições brasileiras foi estruturado para manter negras e negros invisibilizados e uma das pautas da PAB é lutar para que a Igreja respeite o negro em toda sua diversidade.

O racismo no Brasil é extremamente sutil e essa sutileza faz parte da construção de nossa sociedade que no início do século XX opta por adotar a política do branqueamento. As correntes eugenistas, as quais surgiram em meados do século XIX na Europa, tinham como ponto de partida o desejo de que os descendentes de negros passassem a ficar mais brancos a

⁴⁴ Ambos estiveram muito próximos ao Pe. Toninho e estavam nos bastidores da fundação da Pastoral Afro Brasileira. E lembram em suas conversas que essa fundação ocorre na Igreja Nossa Senhora Achiropita localizada no bairro do Bixiga, São Paulo, SP.

cada nova geração. O governo brasileiro, em face da realidade do processo de miscigenação, viu no branqueamento uma perspectiva fenotípica para que não houvesse mais negros e negras no Brasil, dentro de um prazo aproximado de 200 anos (Munanga, 2019. p.111).

A identidade e a consciência étnicas são assim penosamente escamoteadas pela grande maioria dos brasileiros ao se autoanalisarem, procurando sempre elementos de identificação como os símbolos étnicos da camada branca dominante (Moura, 2021, p.91).

No recenseamento de 1980, os não brancos brasileiros utilizaram um total de 136 cores para se identificarem, quando questionados pelos pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, (IBGE). O mesmo comportamento foi identificado no censo de 2010.

Essa negação da identidade étnica em um país que por muito tempo afirmou ser uma democracia racial, segundo Clóvis Moura (2021), é atribuída aos mecanismos de alienação comandados por uma elite dominante, com os quais diversas classes de não brancos passam a operar. Dessa forma, podemos entender que essa falsa democracia racial não nos iguala socialmente, mas sim nos rebaixa.

Como vemos, a identidade étnica do brasileiro é substituída por mitos retificadores, usados pelos próprios não brancos e negros especialmente, que procuram esquecer e/ou substituir a concreta realidade por uma dolorosa e enganadora magia cromática na qual o dominado se refugia para aproximar-se simbolicamente, o mais possível, dos símbolos criados pelo dominador (Moura, 2021, p.92).

Dentro da semiótica, o termo *“afro-brasileiro”* irá nos remeter ao longo e vasto processo de formação da cultura do povo brasileiro. Verificando os documentos da Igreja Católica, encontramos o termo *“afrodescendente”*. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil utilizou o termo *“afro-brasileiro”*, tendo em vista que estamos tratando de uma instituição nacional.

O canto que foi tema da Campanha da Fraternidade de 1988 teve autoria da irmã Maria Raimunda Ribeiro da Costa (1937-2023)⁴⁵ e demonstra a discussão sobre a inserção não

⁴⁵ A Irmã partiu aos 86 anos deixando o legado de sua história de vida em conjunto com as Irmãs Missionárias do Jesus Crucificado. Ela reivindicou o reconhecimento das pessoas negras dentro da vida consagrada na Igreja Católica e também para toda a sociedade brasileira. Utilizou sua Arte para se conectar com sua ancestralidade e se aproximar da sua identidade negra. Quem a conheceu conta que, por meio de suas vestimentas, criadas por ela com tecidos de cores vibrantes estampados com traçados e símbolos africanos, ela consolidou sua imagem dentro da Igreja e fortaleceu a autoestima dela e de suas companheiras de jornada consagrada.

só do corpo negro na Igreja, mas de toda sua cultura. Essa religiosa, costureira, estilista, artista e militante teve uma atuação universalista.

Nas suas visitas a Angola, Moçambique e na sua participação na Conferência de Durban, na África do Sul, Norá, como era carinhosamente chamada, mostrou-nos um caminho possível. Infelizmente não tive a oportunidade de conhecê-la, mas posso dizer que, ouvindo sua história, me coloco a pensar se bell hooks não diria que ela representou o feminismo negro dentro da Igreja.

Nas estrofes do canto percebemos como a autora entende que a valorização da ancestralidade e resgate da história do negro é elemento importante para a construção da autoestima negra:

Olha que eu vim lá de
longe
Perdendo raízes, enchendo porões.
Olha, cruzei tantos mares.
Pisei novas terras, sofrendo grilhões.

Mas, meu canto bonito,
Nem dor, nem corrente jamais abafou.
Pois, ser livre eu queria.
Meu Deus, és a força de quem confiou.

Um outro elemento acentuado no canto é a luta dos movimentos de resistência negra, que se fortalecem na fé e na valorização de uma força vital presente no ser supremo e criador de todas as coisas. Presença de elementos importantes da oralidade e palavras que transmitem as dores, lutas, vitória e esperança:

Olha, vendido em leilão.
Moído em engenhos, plantei meu suor.
Olha, nos campos roçados.
Reguei com meu sangue, meu sonho maior.

Olha, eu venho sofrido.
Com todo oprimido cantar sem temor.
Olha, que vem tempo novo.
Trazer para o povo um dia melhor.

Olha, rompendo correntes.
Pra nós, liberdade enfim vai chegar.
Olha, trazendo esperança.
O Deus da aliança nós vamos cantar.

Não é objeto deste estudo verificar a formação histórica ou teológica da Igreja Católica. A relevância desta pesquisa está na verificação da permanência e desenvolvimento

dos grupos de resistência negra, assim como o registro da atuação daqueles que dela participam. Dentro desta proposta e após ter verificado como se estruturaram os grupos, passamos a verificar, por meio das narrativas dos integrantes, as especificidades deles, suas conexões e interseccionalidades.

Nos capítulos a seguir, entenderemos a metodologia utilizada para a construção dessa pesquisa e como as sujeitas aqui apresentadas, a partir de suas trajetórias, constituem o corpo e voz dos movimentos de resistência negra que atuam na Igreja. Para seguir nesse caminho foi preciso entender os paradigmas da construção da sociedade brasileira e a movimentação desse corpo social na expressão de sua fé e negritude.

CAPÍTULO III

“DANÇA AÍ, NEGRO NAGÔ” – HISTÓRIA DE VIDA INSTRUMENTO PARA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

“Dança aí, Negro Nagô” é o refrão de um cântico que embala e alegra as celebrações inculturadas da Pastoral Afro-Brasileira e Irmandades Negras. É possível dizer que as músicas cantadas no universo dos movimentos de resistência negra na Igreja Católica são apresentadas como estratégia para comunicar suas lutas e exteriorizar suas necessidades, demandas e também a alegria da celebração coletiva.

Eu vou tocar minha viola, eu sou um negro cantador.
O negro canta deita e rola, lá na senzala do Senhor.

Dança aí, negro nagô (4X)

2. Tem que acabar com esta história de negro ser inferior.
O negro é gente e quer escola, quer dançar samba e ser doutor.

Dança aí, negro nagô (4X)

3. O negro mora em palafita, não é culpa dele não senhor.
A culpa é da abolição que veio e não o libertou.

Dança aí, negro nagô (4X)

4. Vou botar fogo no engenho aonde o negro apanhou⁴⁶

Cantar o refrão “Dança aí, negro nagô” dentro dos movimentos de resistência negra na Igreja Católica retrata a força e a coragem impressa na luta por liberação, no grito dos excluídos, na conquista de uma teologia marcada pela trajetória dos grupos negros. A inserção dos símbolos da cultura afro-brasileira - dentre eles a musicalidade - é um grande marcador da inculturação.

Contudo, pesquisadores e alguns militantes do Movimento Negro entendem que essa canção reforça o esteriótipo do negro subalterno que atende a toda e qualquer sugestão ou orientação do dominador. Todavia, nos direcionamos para o pensamento apresentado nos parágrafos acima. Assim como há a compreensão de que todas as músicas soam como um grito de liberação, compreende-se também que as conquistas de uma teologia negra se deram a partir da exposição de suas demandas.

As músicas utilizadas nas celebrações, festejos, encontros, tanto pelas Irmandades Negras Religiosas quanto pela PAB são símbolos não só de resistência, mas também de valorização da ancestralidade. Ressalto que muitos dos encontros realizados com integrantes

⁴⁶ Letra da música que dá título ao Capítulo III, cantada frequentemente ao final das celebrações inculturadas.

desses grupos, a fim de apresentá-los às leitoras e aos leitores desta pesquisa, foram permeados de momentos de cantoria.

Um exemplo disso foi quando iniciamos um encontro com algumas anciãs da Pastoral Afro-Brasileira, que ocorreu na Paróquia Nossa Senhora da Conceição, no bairro Santa Ifigênia, centro de São Paulo. A religiosa Irmã Lindaura Araujo com suas 90 primaveras, chegou ao encontro puxando seu carrinho de mão, cheio de tecidos africanos para enfeitar a sala, um rádio gravador, sua bíblia já marcada no livro Cânticos dos Cânticos e uma torta de abacaxi. Ela iniciou o encontro com uma música, cuja letra remete à alegria de acolher as pessoas em sua casa. Assim, ela fez uma acolhida para todas as pessoas presentes. No decorrer do bate-papo, a Sra. Isaltina saudou os presentes cantando um ponto de jongo.

Esse encontro demonstra a importância que essas senhoras imprimem aos símbolos da cultura afro-brasileira e o quanto a música e a palavra falada ou cantada estão presentes na vida e ação pastoral dessas mulheres.

Dona Santinha criou seus filhos contando e cantando histórias. Dona Zulmira foi uma ativista na luta pela presença do atabaque nas celebrações inculturadas, enquanto um instrumento de comunicação para a comunidade negra. O padre Gabriel Gonzaga Bina (1965-2013) defendia a presença do atabaque nas missas inculturadas como símbolo de ancestralidade. Para ele, nas celebrações importa louvar a Deus com todo seu corpo, alma e música, o atabaque é elemento presente na cultura e na espiritualidade do negro (Bina, 2006).

Assim, vamos ao longo deste capítulo apresentar as escolhas metodológicas que apoiaram na construção desta pesquisa. E como as histórias de vida não só nos convoca a pensar a urgência de uma educação antirracista, mas também podem ser instrumentos para pensar sobre a importância e urgência de projetos políticos pedagógicos que discutam as relações étnico-raciais em nossa sociedade. Vamos verificar como a ancestralidade e a oralidade estão intrínsecas no processo da construção de uma identidade sociopolítica.

3.1 Histórias de vida: um caminho metodológico

–Primeiro conheça e entenda o pilão, faça a colheita do grão, pile o grão, depois sim, terá a farinha”. Essas foram as palavras ditas por tia Cida Ananias, quando solicitaram o empréstimo do seu cobiçado pilão talhado em madeira⁴⁷. Seu pilão era muito requisitado,

⁴⁷ O pilão foi utilizado na composição do pequeno cenário que nossa pesquisadora criava a cada apresentação de lives propostas pelo Museu da Pessoa. Nessa ocasião a história contada foi a da Dona Pequenita, nascida em

principalmente, para ornamentar as igrejas na ocasião das missas inculturadas. Tia Cida, uma senhora de 94 anos, não economiza quando o assunto é a valorização da cultura negra. Sua generosidade e vigor ao defender as tradições do povo negro marcam a personalidade dessa senhora.

No dia em que nos encontramos, ela ouviu atentamente o relato sobre qual seria a utilidade do seu objeto de ostentação. Em seguida, Tia Cida pegou o pilão, examinou-o lentamente, e, por fim, passou um escovão para tirar o excesso de pó e folhas caídas das plantas. O cuidado e dedicação dela ao realizar essa limpeza eram enormes; parecia um ritual. As duas pessoas que estavam à espera da sua resposta (o neto e a pessoa que solicitava o pilão), não conseguiram alcançar a simbologia e respeito impresso no ato daquela senhora. E na pressa em desenrolar aquela situação e fazer com que Tia Cida entregasse o pilão para ir descansar, o neto a interrompeu, pedindo que parasse a limpeza, porque o pilão seria utilizado somente como objeto de decoração, não seria utilizado para macerar. Tia Cida ergueu o corpo lentamente e seus olhos vívidos, como os de uma coruja, fixaram-se nos olhos da moça que ali a aguardava. Foi quando, com a voz calma, mas firme narrou como, durante a infância, ela observava sua mãe pilar mandioca para tirar a farinha, depois contou como ela mesma usou o pilão para pilar o milho, macerar as ervas e fazer os chás e banhos. Foi nesse momento que ela orientou: —pimeiro conheça e entenda o pilão...”.

O pilão carrega uma diversidade de memórias familiares. Está presente na cultura do povo brasileiro e na vida de muitos como Tia Cida. Ele já fez farinha de raízes, tirou óleo de muitos grãos, perfumou casas, inspirou cantigas de trabalho que alegravam, acalentavam e comunicavam estratégias de fuga do povo negro escravizado.

Por que tamanha sabedoria, generosidade e metodologia não são divulgadas?

Histórias de vida contemplam alguns aspectos gerais do comportamento social das escutadas (entrevistadas), por isso questões como vida social, cultura, situação econômica, política e religião compõem as narrativas apresentadas. Essas histórias nos permitem examinar o quanto uma pessoa pode ser forjada por todas as lembranças que carrega (Bosi, 1979). No relato de Cleide Vitorino – assim como no de outras mulheres presentes na pesquisa – é possível entender que essa afirmativa se aplica tanto às(aos) integrantes dos grupos da Pastoral Afro quanto das Irmandades Negras.

E nessa confluência de histórias e saberes caminhamos em busca de uma metodologia outra. No episódio que relatamos acima, a tia Cida Ananias chama a atenção para a

1941 na cidade de Pilão Arcado Velho, Bahia. Apresentação do dia 16/06/2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CCuBev2nD2g/?igshid=NjIwNzIyMDk2Mg%3D%3D> Acesso: 25 jan 2024.

responsabilidade de apresentar o elemento simbólico: o pilão. A paciência, a sabedoria e o zelo de tia Cida por aquela peça ampliaram o olhar desta pesquisadora e contadora de histórias. É essa apreensão do saber que o quilombola Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo) vai chamar de *–biointeração”* (Santos, 2015, p. 112).

Dentro da lógica biointerativa é desse contato com os mestres da terra, com os mestres da palavra, com as experiências coletivas, circulares, horizontais e oralizadas, que se estimula o saber orgânico. Santos diferencia *–saber orgânico”* – produzido na experiência vivida no campo com os mestres da terra – do *–saber sintético”* – produzido por meio de uma interação hierarquizada e verticalizada das universidades (Santos, 2015, p. 44-51).

Numa analogia entre as realidades políticas, sociais, históricas e emocionais, que observarmos nas histórias de vida dessas mulheres, com métodos já pré-estabelecidos e inicialmente pensados para a condução desta pesquisa (método da observação participante), percebemos a importância de reconhecer, apresentar e valorizar epistemologias outras, que enquadrem os saberes como os que Tia Cida Ananias gentilmente nos presenteia. Enveredar neste caminho é oportunizar que essas vozes reordenem o pensamento e quebrem a ordem eurocêntrica do conhecimento.

Transgredir essa ordem e lançar olhares para o cotidiano dessas mulheres, que compõem o movimento de resistência negra nos convoca a pensar sobre quem tem o direito à voz. Quem tem o direito à produção do conhecimento? Qual conhecimento é reconhecido e reproduzido? Esses saberes têm sido sistematicamente desqualificados e invalidados pela lógica do sistema racista existente (Kilomba, 2019, p. 29).

Todos esses elementos confluem para demarcar a reflexão sobre as permanências e continuidades das instituições negras, dentro da perspectiva que nos traz o conceito de Santos (2015): *–eomeço, meio e começo de novo”*. Como iremos nos reconhecer sujeitas ou sujeitos, se a realidade psicológica racista, constantemente opera com o propósito de apagar nossa história e nossa cultura?

Dona Santinha Santos em conversa com os compositores do samba que puxou que animou o bloco *–Santinha é a Mãe”* puxa da memória que o fato de não gostar de farinha, pimenta e coentro está relacionado às dificuldades vividas em sua infância.

Eu não gosto de pimenta, farinha, coentro e não gosto de cuscuz baiano. Comi muita farinha com água e muito cuscuz. Nunca passamos fome não. Mas quando a comida era pouca, mamãe fazia isso e nos dava para comer. Ficar trazendo muitas memórias do passado, para o pobre é sofrimento. A pobreza não é alegre, é triste. Eles falam que gostam do meu tempero. Gostam quando faço feijão bem temperado. Me preocupo muito com a

alimentação tanto em casa, quanto nos festejos. É muito bom sentar-se à mesa e comer uma boa comida. (Relato de Santinha Santos de Oliveira, 2022).

O racismo cotidiano, segundo Grada Kilomba, retratado na fala de Dona Santinha Santos (assim como das outras protagonistas desta pesquisa) opera como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada (Kilomba, 2019, p.78). Ouvir tais narrativas possibilita que elas retornem ao passado e ressignifiquem suas vivências.

A relação cronológica passado, presente e futuro foi absorvida, a partir de uma concepção europeizada. Segundo John Mbiti (1970) as sociedades africanas tradicionais entendem que existe o que passou e o tempo presente. O futuro não existe, já que são acontecimentos vindouros. Não se prevê o futuro, pois ele é incerto.

As narrativas das mulheres negras da PAB e das Irmandades deixam rastros da permanência dos movimentos de resistência negra e direciona para a continuidade dessas instituições, dado que as falas decorrem da relevância de suas trajetórias individuais e das relações sociais construídas na sua religiosidade, em determinado tempo e espaço. Um tempo que não é apenas presente, mas que congrega fatos do passado. Trajetórias que também auxiliaram no reconhecimento dos elementos, que contribuíram para a permanência dos grupos de manifestação popular e religiosa (Irmandades Negras, Congado, Maracatu e Reisado).

Atualmente, a história oral já se constitui em parte integrante do debate sobre a função do conhecimento social e atua em uma linha que questiona a tradição historiográfica, centrada em documentos oficiais [...] a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que marca a história oral como —*história viva*”. A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral (Mehiy, 2005, p.19).

Trazer as histórias de vida como fio condutor da pesquisa é, além de convocar a academia a se aproximar dos corpos que a compõem, se libertar do pensamento ocidental⁴⁸, que não reconhece a oralidade enquanto fonte de transmissão do conhecimento. Colocamos aqui a pessoa como parte fundamental para pensar o coletivo.

Embora houvesse certa transversalidade no processo de escuta das entrevistadas, é possível dizer que a escuta sensível (Barbier, 2002) foi de extrema importância para a

⁴⁸ É importante lembrar que esse pensamento ocidentalizado herda de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), filósofo alemão, a afirmação de que o continente africano por manter uma história viva na tradição oral seria a-histórico, ao contrário da Europa. Essa visão generalizada de África é duramente questionada e criticada em literatura específica sobre as relações étnico-raciais (Ki-Zerbo, 2010); (Santos, 2005).

construção dos resultados desta pesquisa, assim como foi base para compreender na prática a premissa de Roberto Sidnei Macedo quanto à construção do método. Somente com as especificidades de cada encontro – definindo e elaborando estratégias metodológicas para a escuta das histórias – que entendemos que o “método se constrói no campo” (Macedo, 2020, p. 69).

No processo das entrevistas, a sinergia dos corpos fizeram com que nem as pessoas que entrevistaram (a pesquisadora e um contador de histórias), nem as entrevistadas saíssem ilesas das alterações emocionais e corporais. O texto também foi afetado. Como imprimir à escrita os sons de cada fala, os gestos, as emoções, o desejo de rememorar a infância, a ansiedade em falar de suas inquietações? Como trazer para o texto a presença dessas mulheres?

Para isso, enquanto naquele momento houve a abstenção das ideias, valores ou julgamentos, foram necessários a entrega e o passeio pela história contada. Hampâté Bâ (2003) defende que é preciso ouvir várias vezes para que a memória registre uma história, enquanto Grada Kilomba (2019) defende que ouvir por muito tempo as experiências vividas por mulheres – sobre a presença do racismo e seus reflexos – pode ser prejudicial para a pesquisa, por causa da dificuldade de processar os inúmeros dados coletados. Entretanto, nossa pesquisa tem como objetivo apresentar o saber dessas mulheres, sendo assim não foi delimitado tempo para as conversas e respeitamos o tempo das narradoras.

Diante da metodologia engendrada para a feitura deste texto, é possível dizer que ele foi escrito por várias memórias e pela corporeidade das escutadas. Essa afirmação tem por base o respeito à ancestralidade que esteve presente em todo o processo da pesquisa.

As protagonistas apresentadas aqui escolheram o constructo da pesquisa, assim como a pesquisadora e não o contrário. Isso vale também para o método, porque a investigação sobre a continuidade dos movimentos – e também a importância de ter as narrativas das sujeitas e sujeitos que participam da PAB e das Irmandades – foi uma preocupação partilhada entre autora e coautoras, pois sem elas esse texto não existiria.

As Instituições são apresentadas e divulgadas, mas nem sempre aquelas e aqueles que dela participam têm a oportunidade de falar, escrever ou publicar sobre si próprios e/ou sobre o que pensam da Instituição da qual fazem parte.

Foi nas andanças entre encontros e reencontros que houve as autorizações para dançar conforme o ritmo de cada uma das mulheres presentes. Não foi possível avançar no diálogo com todas as mulheres que gostaríamos. O primeiro fator limitante foi o tempo destinado a

todo processo acadêmico e o tipo de conversa, que cada pessoa se sentia mais à vontade. Sim, elas decidiram como e quando ocorreriam cada encontro.

Basicamente, as entrevistas ocorreram nas residências das entrevistadas, sendo todas realizadas em 2023, pois anteriormente a pandemia do Coronavírus inviabilizou a ocorrência de encontros presenciais. Foram oito mulheres, uma delas moradora na cidade do Rio de Janeiro e as outras sete moradoras na cidade de São Paulo. Em geral, a família da pessoa a ser entrevistada ainda sentia receio de receber a pesquisadora em sua casa. Os motivos apresentados foram a segurança das idosas e também a exposição a uma possível contaminação por Covid-19. Por esse motivo entrevistamos seis mulheres presencialmente e duas online. Nas entrevistas presenciais, em 2023, pós-vacinação, o único protocolo utilizado foi a higienização das mãos.

Dona Santinha foi a única personagem que a pesquisadora não entrevistou, para garantir que a relação mãe e filha não interferisse nas escolhas dos assuntos a serem abordados. Dona Santinha foi entrevistada por Alessandro Santos de Carvalho, geógrafo e contador de histórias. As oito entrevistas foram registradas. Quatro com filmagem e quatro com registro sonoro (gravação de voz).

Magnólia de Sousa Campos, que estava ansiosa para falar sobre suas atividades na Pastoral Afro, optou pela entrevista via plataforma Google Meet. Face às suas atividades da militância e às do seu ofício como professora, o tempo livre era curto. Outro encontro online foi com a carioca Layla Costa da Silva Tosta, em suas 33 primaveras, a mais jovem entre as protagonistas.

Mas também contamos com pedidos de participação na pesquisa que não avançaram. Alguns pela dificuldade de datas para encontros presenciais. Nesses casos os encontros online não foram bem aceitos; percebia-se certo desconforto em conversar via telefonema ou por mensagens escritas ou gravadas no WhatsApp, isso por causa da falta de familiaridade com as novas tecnologias.

A abordagem foi variada. Houve casos em que o primeiro pedido de participação ocorreu via WhatsApp, outros foram em encontros promovidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pelo Conselho Nacional das Irmandades de São Benedito (CONISB) e pelo Grupo de Articulação da Pastoral Afro da Diocese de São Miguel Paulista (GAPAD).

Já relatamos que a média de idade dos grupos está entre 60 e 70 anos. No período da pandemia do Covid-19, essas mulheres promoveram ou participaram de muitos eventos e rodas de conversas virtuais, no entanto, para nossos encontros, todas se dispuseram a dar

entrevistas presenciais. Inicialmente teríamos a presença de pessoas envolvidas em grupos de duas cidades do sudeste do Brasil: Rio de Janeiro e São Paulo. O planejamento da pesquisa apontava para início das entrevistas em 2022, período em que os grupos estavam retornando do afastamento social e retomando suas atividades presenciais.

A pandemia, ou melhor dizendo os efeitos dela, mereceria um capítulo à parte neste trabalho, pois comprometeu o percurso metodológico planejado. O Governo Federal, segundo apuração da CPI da Pandemia, instituída pelo Senado Federal constatou que o Brasil poderia ser o primeiro país a iniciar o processo de imunização da população, já que o Instituto Butantan (situado na cidade de São Paulo) fez oferta da vacina CoronaVac⁴⁹ em 30 de julho de 2020 ao Ministério da Saúde, que optou por não responder e deixar de comprar a vacinas no início da pandemia. Essa postura, frente às demandas da população de uma forma geral, mas principalmente às demandas daquela parcela da população mais fragilizada do ponto de vista social, econômico e etário, contribuiu para que se instalasse um clima de medo e insegurança. Os membros atuantes de Pastorais e Irmandades Religiosas pertencem, em sua grande maioria, a grupos mais suscetíveis de serem contaminados e evoluírem para quadros mais graves de Covid-19, logo o contato pessoal para conversas e entrevistas com esse público foi prejudicado.

A Covid-19 chegou ao Brasil em fevereiro de 2020, espalhando-se de forma rápida. Em maio desse mesmo ano, os registros de mortes no país pelo novo coronavírus superaram a casa dos 700 por dia. Não demorou para que o sistema de saúde entrasse em colapso em muitas regiões. Talvez o melhor exemplo disso seja a crise de oxigênio na cidade de Manaus, cidade do Amazonas. Com a segunda onda da Covid-19, o país ultrapassou no início de 2021 a casa dos treze milhões de pessoas infectadas, com o recorde de mais de quatro mil mortos em apenas um dia.

O ano de 2021 marca também o início da vacinação no país, evento que contribuiu positivamente nas condições da saúde física da população, mas também foi de grande valor para o restabelecimento do equilíbrio psicológico do povo brasileiro, depois de meses de uma agonia coletiva.

⁴⁹ Fonte: Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito. Relatório final da CPI da Pandemia [Internet]. Brasília. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4> Acesso 26 out 2021.

Conforme dados do Ministério da Saúde⁵⁰, em janeiro de 2023 foram confirmados 36.362.366 casos de Covid-19 no Brasil. A região Sudeste sozinha contabilizou 14.418.657 casos desse total.

Passado esse período pandêmico, os grupos se reinventaram, muitas atividades online permaneceram. Relatos demonstram que o distanciamento social foi prejudicial para a manutenção do coletivo, pois algumas pessoas, principalmente aquelas que perderam entes queridos, se desmotivaram.

Duas irmãs colaboradoras do GAPAD, extremamente próximas e engajadas são exemplo disso. A mais velha, professora de Biologia, perdeu a luta contra o Covid-19; a mais nova conversa com a pesquisadora, pois gostaria que a irmã fosse uma das pessoas a ter sua bionografia divulgada nesta pesquisa. Infelizmente, ela não se sentiu forte o suficiente para narrar a trajetória da irmã e do grupo que ajudou que criaram juntas, na Zona Leste de São Paulo. Assim como naquele momento, ainda hoje o grupo que perdeu sua grande referência está paralisado.

A história de vida aqui não é meramente objeto, do qual coletamos informações para um estudo. A escuta e o registro da história de mulheres negras nos importam, pois precisamos urgentemente compreender e valorizar as heranças deixadas por nossos ancestrais.

3.2 – Ancestralidade e oralidade

O saber é uma luz que existe no homem. É a herança de tudo aquilo que nossos ancestrais puderam conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em suas sementes. (Bâ, 2013, p. 175)

Muitas vezes, ao pensar na palavra ancestralidade rapidamente pensamos em nossa herança biológica, mas é urgente perceber que ancestralidade é também a doação dos erros, acertos, expectativas e projetos de uma sociedade (Nascimento, 2018).

A obra *Amkoullel: o menino fula*, de Amadou Hampâté Bâ traz uma narração minuciosa de sua vida. Ele inicia dando ênfase às suas raízes e demonstrando a dupla herança do ser africano⁵¹. Em seu território (Bandiagara, no Mali), a pessoa é inseparável da sua linhagem, da qual ele é apenas um prolongamento, pois continua a viver através dela (Bâ, 2013, p.19). Aos 80 anos de idade, quando ele inicia a escrita desse livro autobiográfico, é

⁵⁰ Brasil. Ministério da Saúde. Painel coronavírus. Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude> – Acesso em 20 mai 2023

⁵¹ Aqui é preciso explicitar que Bâ, fala sobre a realidade vivida no seu território, Bandiagara, Mali, e que no livro citado ele vai retratar a trajetória de sua família.

possível perceber a destreza de um mestre da tradição oral que foi ensinado, desde a infância, a valorizar a escuta e a exercitar a memória.

Ao narrar os sons dos instrumentos, da mata e do vento que movia as areias de Bandiagara, ao captar com suas palavras os cheiros, os gestos e todas as experiências – não só as vividas, mas também as transmitidas pelos mais velhos por meio da oralidade –, Hampâté Bâ demonstra a valorização de sua ancestralidade. As histórias podiam ser contadas inúmeras vezes e nunca uma criança ou um jovem iria se esquivar da escuta, assim, a cada momento, algo diferente era registrado em sua memória. Segundo Hampâté Bâ, a criança fula aprende a exercitar a memória desde muito cedo. A angústia e a dor não se afastam do texto e são transmitidas em detalhes.

A tradição oral está intimamente ligada ao resgate e valorização das manifestações culturais afro-brasileiras e os movimentos de resistência negra na Igreja colaboram na divulgação dessas manifestações, por meio de suas atividades cotidianas e dos festejos.

Nos relatos da Tia Cida Ananias, por exemplo, ao contar sobre a utilização do pilão ou ao realizar oficinas para transmissão dos conhecimentos sobre as propriedades das ervas e seu uso, ela remete à sua ancestralidade e à sua descendência. Isaltina, ao relatar as curas que promoveu tanto em seus filhos quanto nela própria, utilizando as ervas que conheceu na infância, narra uma questão que lhe é bastante cara: deixar as suas raízes e vir para um lugar desconhecido. Foi ao perder o seu pai que ela, ainda adolescente, perdeu o elo com a sua ascendência e muito depois, já se dedicando ao trabalho voluntário na igreja, pôde se reconectar com a sua ancestralidade.

Dona Zulmira Gomes Leite era uma teóloga respeitada no Movimento Negro. Além de amiga de muitas lideranças da Pastoral Afro da Zona Leste de São Paulo, por muitos anos foi uma das pessoas que mais assessorou a criação de novos grupos de Pastoral Afro e Irmandades da cidade. Essa teóloga e artista plástica ministrou muitas palestras e auxiliou nas proposituras de formação para uma educação antirracista dentro e fora da Igreja Católica. Em conjunto com as lideranças da PAB e das Irmandades, em um desses encontros para agentes da Pastoral Afro-Brasileira da Diocese de São Miguel Paulista, – do qual foi oficineira e mediadora do bate-papo – propôs a leitura de um texto sobre os elementos primordiais da filosofia africana. Ela convidou para participar desse encontro o padre Fidèle Katsan Fodagni Kokouvi⁵².

⁵² Pe. Fidèle Katsan, nascido no Togo, nação da África Ocidental situada no Golfo da Guiné. Morou na sede do Instituto dos Missionários Combonianos do Coração de Jesus (MCCJ), em casa localizada na Zona Leste de

A atividade realizada no Herbário tradicional Aparecida Ananias Dofurêm começou com a leitura de um trecho do livro A Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente, do filósofo Eduardo David Oliveira. Este texto traz elementos imprescindíveis para entender a filosofia afrodescendente: a **palavra**, que segundo o autor é a manifestação da Força Vital, pois gera e movimenta a energia; o **tempo** que a partir de uma cosmovisão africana dá mais ênfase ao passado que ao futuro, pois no passado encontra todas as respostas para os mistérios do presente; a **ancestralidade** é a pedra fundamental da cosmovisão africana, o culto aos ancestrais está presente em toda África Negra; a **força vital** – é o suporte comum para que todas as coisas se conectem e formem um elo universal, que, sem ela, jamais poderiam manter sua unidade - fundamental na concepção de mundo africana” (Oliveira, 2003, p.40-46).

Naquele momento, Dona Zulmira considerou que esses elementos seriam os mais importantes a serem estudados. A leitura do texto que esmiúça cada elemento embasou a discussão. Dona Zulmira defendia que negras e negros precisavam urgentemente ampliar os conhecimentos sobre o continente africano, para assim conhecerem suas raízes. Somente após esse processo, os agentes de pastoral seriam capazes de fazer ressoar suas vozes e manter seu jeito de expressar a fé dentro da Igreja Católica.

O encontro se inicia com o canto:

Sou de lá de África! Se eu não sou de lá, os meus pais são de lá, de África.
 Sou de lá! De África! Se eu não sou de lá, os meus avós são de lá, de África.
 Sou de lá! De África! Se eu não sou de lá, os meus ancestrais são de lá, de África. Pela minha cor, pelo meu sorriso! Pelo meu andar, pelo meu sambar!
 Sou de lá! De África! Se eu não sou de lá, os meus pais são de lá, de África.
 Sou de lá! De África! Se eu não sou de lá, os meus avós são de lá de África.
 (Autor desconhecido)

Esse bendito tem letra e música da Ir. Maria José Ferreira, frequentemente cantado nas celebrações incultradas no momento que antecede as leituras da Bíblia, antes do Evangelho do dia, o qual é chamado de Entrada da Bíblia ou Entrada da Palavra, na Liturgia Católica. Essa senhora, como já apresentamos em sua bionografia, era apaixonada por Filosofia, especialmente pela Filosofia Africana, por isso seu grande interesse em passar o seu conhecimento ao outro. A cópia do texto trazido por Dona Zulmira continha desenhos de

elementos que remetiam à cultura africana e afro-brasileira, desenhos que ela mesma esboçou. O encontro termina com o canto *Fazei Ressoar*⁵³.

Dona Zulmira agia dentro da perspectiva da Filosofia Ubuntu, muito mais antiga que os Pilares da Educação (Delors, 2003). Todavia o pilar –Aprender a ser“ é carregado da proposta dessa filosofia. Ubuntu, popularmente traduzido como –eu sou porque nós somos”, segue a máxima zulu e *xhosa*, *umuntu ngumuntu ngabantu*: uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas (Nogueira, 2012). Dona Zulmira Gomes Leite defendia esse processo de conhecimento de si e do outro que é primordial para a criação de um pensamento crítico e analítico.

Muitas das atividades propostas por esta mulher de espiritualidade elevada consistia em ampliar o acesso ao conhecimento. Para ela, aprender sobre as nossas raízes e entender o processo da construção da nossa nação, calcado no acúmulo de riquezas e divisão da sociedade, traria uma participação mais efetiva na evangelização de Cristo, Rei dos pobres. Sua luta era fazer com que a Igreja Católica voltasse a ser mais presente nas demandas dos pobres e oprimidos.

Na ancestralidade busca-se o reforço necessário para o enfrentamento ao racismo. –Assim como o baobá já existe em suas sementes” (Bâ, 2013), a Pastoral Afro e as Irmandades Negras são compostas de pessoas que honram o que herdaram de seus ancestrais. A performatividade embutida nos encontros (sejam eles de cunho educacional, sejam litúrgicos) agrupa oralidade, escritura e movimentação dos corpos. É também elemento que remete à ancestralidade e à apreensão do saber, o que contribui para a compreensão do mundo e de si mesmo, como afirma Leda Maria Martins em –o que no corpo e na voz se repete é também episteme” (Martins, 2021, p. 25).

A questão do ser dual (Bâ, 2013) não representa somente que o indivíduo é inseparável de sua linhagem. Dona Maria Apparecida Amaral evidencia tal fato ao falar sobre as inúmeras Marias Aparecidas que existem em sua família. Sempre que uma delas era mencionada, dizia-se –a Aparecida da fulana”, fazendo, assim, referência ao ancestral ou ancestral da pessoa referida, para que houvesse a identificação da linhagem.

Segundo Paulina Chiziane, o ser africano é composto de consciente/subconsciente, corpo/espírito, masculino/feminino e essa dualidade traz o equilíbrio para a pessoa e também é parte motriz para a formação da identidade (Chiziane, 2022). Em sua fala na abertura do 14º Congresso Mundo de Mulheres em Maputo, capital de Moçambique, em 2022, Chiziane

⁵³ Letra inteira no apêndice 01.

afirmou que reconhecer a espiritualidade do povo negro é estar intimamente ligado à sua ancestralidade.

Magnólia, integrante da PAB – Grupo Anastásia – ao ser questionada quanto a energia que trazia para sua militância, respondeu que foi pelo conhecimento de suas ancestrais que encontrou forças para avançar na luta por direitos da população negra e periférica.

.... Eu me espelho nessas mulheres guerreiras. Aqui no nosso grupo a Dona Jovita, para quem faríamos uma homenagem se estivesse viva, iria fazer cem anos. Me espelho nelas que me ensinaram. Depois da minha mãe e da minha madrinha, essas foram peças fundamentais em minha vida... (Relatos de Magnólia de Sousa Campos – Dezembro/2022).

Dona Apparecida Amaral ao discorrer sobre a sua devoção e persistência na luta contra o racismo revela que foram herdadas de sua mãe, uma mulher negra que na década de 1930, a criou praticamente sozinha: perdeu o marido na Guerra Paulista, mais conhecida como Revolução de 1932.

...Ela tinha muita fé. Se eu tenho fé, eu devo muito a ela. Porque tivemos momentos muito difíceis na vida, difíceis de a gente estar, assim, num local e não saber se iria dormir naquela noite e naquele local. Mas ela tinha, assim, uma força muito grande, uma fé muito grande e ela não me passava essas dores dela, nesse sentido... (Relato de Maria Apparecida Amaral Silva – Maio/2023).

São essas mulheres que organizam grandes festejos aos santos de devoção da população negra, em seus espaços de luta. São reconhecidas enquanto lideranças em seus bairros. A sabedoria ancestral, aliada à experiência vivida são fermento que faz a massa crescer. Toda essa vivência e saber são transmitidos à medida que elas, em suas ações, conquistam novos corpos para auxiliar nos festejos das Irmandades e da PAB, de suas regiões.

Essas festas agregam crianças, jovens e adultos em celebrações que valorizam a presença e conhecimento dos mais velhos, a vida em comunidade, a partilha de alimentos e os símbolos da cultura afro-brasileira – a música, o toque do tambor, a dança e suas vestimentas festivas e a memória ancestral. Muitas vezes, em uma só festa, são reunidos grupos de Congadas, Marujadas, Cia de Moçambique, o Reisado (Folia de Reis) e o Maracatu, também participam a capoeira, assim como lideranças religiosas de matriz africana. As festas congregam todas essas pessoas num mesmo espaço, com mesmo sentimento e propósito: manifestar a fé em Deus e preservar as raízes. Exemplos disso são os festejos de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e São Benedito, na Penha de França, e a Festa da Mãe

Preta e a Festa de São Benedito na Paróquia Nossa Senhora Achiropita, no Bixiga. Todos esses festejos estão incluídos no calendário turístico da cidade de São Paulo.

A transmissão do conhecimento é realizada por meio da oralidade, nos momentos iniciais das festas, quando os mestres estão trocando suas vestimentas, afinando seus instrumentos, verificando se todos os chocalhos estão presos à bota, enquanto as bandeireiras estão alinhando suas bandeiras. Toda essa movimentação é acompanhada de perto pelo público presente, que logo na sequência se tornará parte integrante da festa. É um momento em que muitos passam a narrar aos filhos como eles também vivenciaram, em suas infâncias, eventos similares; é momento em que crianças pedem explicações para o tocador sobre o instrumento; são momentos de trocas e transmissão de conhecimento. Então, chega a hora do mestre se conectar com o território e se inspirar para dar início às cantigas, que são orações que traduzem o pedido de licença para a chegança, agradecimento pelo acolhimento e pedido de bênção aos santos padroeiros.

A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente (Bâ, 2010, p. 181).

Dentro desta perspectiva de aproximação das tradições por meio do estímulo à memória é que reafirmamos a importância em propagar as experiências vividas por nossos mais velhos. O contato com as manifestações da cultura popular e, nesse caso, religiosa, contribui para que elas se mantenham vivas não só na memória, mas que permaneçam em atuação.

Kiusam de Oliveira (2009) vai estruturar o que ela chama de Pedagogia da Ancestralidade. Para essa autora, que trabalha com literatura infanto-juvenil, tais conhecimentos ancestrais podem ser encontrados em diversas plataformas, como as histórias de vida, as músicas, as danças, as performances, as memórias e os territórios sagrados. As culturas africanas e afro-brasileiras foram desprezadas e, por conseguinte, quando finalmente puderam ser apresentadas foram reduzidas a representações estereotipadas (Oliveira, 2009). No combate dessa estratégia de dominação e alienação, negras e negros traziam para seus espaços as manifestações históricas transmitidas por meio da oralidade.

[...] A Folia? Ah, vem dos meus pais, desde pequena, eu já nasci dentro da Folia. Meu pai era sanfoneiro e o pai dele (**S. Ditão, o marido da Dona Rosinha – grifo nosso**) era palhaço. Nós morávamos em fazenda perto. As famílias se conheciam, as duas tinham Folia.... Os meus irmãos e meus dois

tios dançando São Gonçalo e todos cantavam, todos dançavam. Meu pai fazia os instrumentos: fazia viola, fazia as caixas e a caixinha, do meu pai eu tenho aí, até hoje (Rosalina Flauzino)⁵⁴.

O relato acima é de Rosalina Salomé Flauzino, a Dona Rosinha criadora da Companhia de Reis Estrela do Oriente da Vila Nhocuné, que tem sede no bairro da Vila Nhocuné, região Leste da capital paulista. Esse reisado, que tinha como mestre o senhor Benedito Flauzino (1944-2022), conhecido como S. Ditão, e a contra-mestre Dona Rosinha, chegou ao bairro em 1967 e desde então durante a semana do Natal até o dia 06 de janeiro, dia de Reis, as casas dos devotos dos Santos Reis recebem a bênção cantada e dançada pela Companhia de Reis Estrela do Oriente.

A presença deles no bairro instiga a memória dos mais velhos e de migrantes do interior do estado que cresceram acompanhando as procissões das Folias de Reis ou do Congado. Muitos relatam aos netos ou filhos o contato que tiveram quando criança com tais grupos da religiosidade popular. A presença dos grupos envolta na vida adulta, já que aquela realidade ficou no passado, eleva a autoestima do espectador, principalmente naquele momento, porque a memória ancestral vai fazer com que o corpo relembré o ritmo, a dança, as cantigas, a saudação à bandeira. Traz também um protagonismo e valorização do sujeito que está ali apresentando aquela manifestação da religiosidade popular.

Outra demonstração da valorização da ancestralidade que a Pastoral Afro herda das Irmandades Negras é o culto aos ancestrais. Nos encontros promovidos pelo Grupo de Articulação da Pastoral Afro da Diocese de São Miguel Paulista é comum abrir o encontro com um momento de mística. Nele toda a ancestralidade é louvada. Assim como acontece nas celebrações, essa ritualidade normalmente antecede o Ato Penitencial, que no rito romano católico é o momento em que a assembleia pede perdão pelos seus pecados e na sequência as senhoras mais idosas da comunidade aspergem água de cheiro nos fiéis, simbolizando a sua purificação.

3.3 – A construção de uma identidade sociopolítica

⁵⁴ A Companhia de Reis de dona Rosinha sofreu durante a pandemia do Covid 19, muitos integrantes faleceram e dona Rosinha que perdeu não só o marido e mestre S. Ditão, como relata em conversa com a pesquisadora, foram mais de cinco integrantes que faleceram durante a pandemia. Em respeito ao luto desse reisado e de dona Rosinha, não foi solicitado que ela participasse da pesquisa. Entretanto entendendo a importância da história desta Folia de Reis, para o território em que nossas protagonistas atuam, trouxemos esse trecho que faz parte de entrevista cedida à pesquisadora no ano de 2013, o qual pode ser acessado através do banco de TCC do Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação – CELACC/ECA/USP.

Oh, paz infinita, poder fazer elos de ligação numa história fragmentada⁵⁵ (Beatriz Nascimento).

Existe certa dificuldade em discutir ou verificar a construção da identidade do povo negro no Brasil, porque ela deve passar não só pela cor da pele, mas pela participação efetiva dos povos africanos na formação do Brasil. Dessa forma ao se pensar em identidade negra, é preciso repensar a economia, a religião e até a língua falada e dar maior visibilidade à história dos negros que chegaram e permaneceram aqui. Nesse ínterim, vamos chegar à ideologia da democracia racial⁵⁶, com a qual vem a dificuldade de pensar as relações raciais.

Tratar as relações raciais é assumir que a política do branqueamento apoiou e incentivou a miscigenação para que houvesse a eliminação de duas matrizes que estão na construção do Brasil: os povos originários e os negros. Um exemplo disso são as nomenclaturas usadas para designar os povos originários, as quais demonstram a discriminação e apagamento da cultura indígena desde a chegada dos colonizadores (Santos, 2015, p.48).

Na historicidade de nosso país, vamos encontrar que o Brasil foi “descoberto” após uma expedição em busca de especiarias, que certamente seriam encontradas nas Índias. Antônio Bispo dos Santos faz uma reflexão sobre esse momento de nossa “descoberta” e sobre a classificação dos povos. Ora se eles haviam chegado às Índias, faz sentido os povos encontrados habitando essas terras serem chamados de índios⁵⁷. O interessante é que eles descobriram que essas terras não pertenciam às Índias. A língua falada pelos povos originários⁵⁸ era o Tupi-guarani e dessa língua surge o nome dado ao Brasil: Pindorama (Terra das Palmeiras). Os nascidos nela, então, deveriam ser chamados de povos

⁵⁵ Trecho do filme e documentário *Ôri* (1989) de autoria de narração de Maria Beatriz do Nascimento.

⁵⁶ O termo foi explorado no Capítulo II, item 2.3, quando falamos sobre a criação e atuação da Pastoral Afro-Brasileira.

⁵⁷ É preciso abrir um parêntese para a palavra utilizada, pois quando Nêgo Bispo (2015) traz essa discussão e utiliza o termo “índio”, como ele mesmo explica em seu texto, tal terminologia parte de um erro dos colonizadores, que acreditavam ter chegado às Índias. Contudo, em tempos atuais, o uso da palavra índio evidencia a carga de preconceito e discriminação aplicada aos povos originários. Essa postura tende a ser alterada a partir das políticas públicas que o Governo Federal que assume o comando do país em 2023 passa a implementar para a proteção, reconhecimento e valorização dos Povos Originários. A Lei 14.402 de 08 de julho de 2022 define que o dia 19 de abril, destinada à comemoração destes povos, passa a ser chamada Dia dos Povos Originários. Muito antes da promulgação desta lei, ativistas e acadêmicos movimentavam-se para fazer alteração do uso do termo pejorativo “índio” para indígena, entendendo que esse termo contempla diversidade dos Povos Originários.

⁵⁸ O Censo Demográfico de 2010 aponta a existência de 274 línguas indígenas diferentes faladas por 305 etnias. Como os dados do Censo 2022 ainda não foram divulgados pelo IBGE, alguns linguistas ligados às Instituições renomadas no Brasil, como Museu Emílio Goeldi, no Pará, e o Museu do Índio no Rio de Janeiro, estimam que serão apresentadas como resultado de 160 a 180 a línguas indígenas faladas no país. Se forem contabilizados também os dialetos poderemos chegar ao número de 218. Disponível em: [Internet] <https://www.bbc.com/portuguese/resources/1dt-2779c755-7af1-495a-a41c-d02995e459b8>. Acesso em 16 jan 2023.

pindorâmicos, entretanto o termo utilizado até os dias atuais é índio. Já aos africanos foi dado o nome de negros.

Lélia Gonzalez (1982) vai chamar a atenção para essa política que exclui a população negra, e provoca no imaginário da sociedade a naturalização da subalternidade de pessoas negras; política que inicia no período colonial, mas avança até a atualidade, alimentando o racismo. Dessa forma, o lugar do poder, da intelectualidade, do bom salário, da universidade é naturalmente destinado ao branco (dominador).

Nossas personagens em seus relatos apresentam suas vivências nos espaços periféricos e apontam as dificuldades encontradas, tanto na periferia quanto no centro da cidade de São Paulo, pois neste centro em que viviam famílias mais abastadas também se encontravam os subjugados, que, paulatinamente, foram sendo empurrados para as periferias.

Casa mesmo era um quarto, às vezes a gente morava em quarto e cozinha, às vezes a gente... eu lembro que morei num cortiço, muito grande eu acho que não existe mais lá. Era na rua Adolfo Gordo, lá na Santa Cecília, era uma vila enorme, tinham não sei quantas famílias. Muitas crianças, espaço enorme. Ali dentro era assim um quarto saindo do quarto já estava na cozinha e então, ali se fazia tudo: dormia, cozinhava, banhava, lavava roupa etc. Eu cresci em cortiço e a gente chamava de cortiço; era grande e tinha famílias italianas, espanholas, japoneses, famílias negras, então era tudo misturado (Relato de Maria Apparecida Amaral – Maio de 2023).

Aos oito anos de idade, viemos para São Paulo – Zona Leste. Itaim Paulista, Jardim das Oliveiras, meu bairro de infância, meu primeiro bairro. Quando cheguei, o Jardim das Oliveiras era mato puro, hoje já vejo uma grande transformação do lugar. Os riosinhos daqui (Córrego Tijucó Preto, Rio Três Pontes) foram lugares em que tomei banho e hoje se você entra neles, sai de lá com várias “ites” - hepatite, meningite [...] Minha mãe era lavadeira, lavava roupa e lavava para pagar nossos estudos, para nos formar. Eu sou a oitava filha de doze filhos. É aquela coisa. Como todos migrantes que vieram e ainda vêm para São Paulo, a intenção é fazer a vida melhorar. Viemos para cá em 1975, imagina você cada um tinha um quarto. Tinha quarto para as meninas e quarto para os meninos e quando chegamos aqui em São Paulo todos tinham que viver em uma sala, quarto, cozinha. Isso era o que tínhamos para dez pessoas (Relato de Magnólia Campos – Dezembro de 2022).

E nesse caminho do apagamento dos corpos forma-se uma elite dominadora, que se autoidentifica como branca. Ela adota como modelo ideal de sociedade o branco europeu, além de classificá-lo como sendo um ser dotado de superioridade étnica. Por outro lado, ao negro é dado o status quo de inferior (Moura, 2019).

A estratégia da autodefinição enquanto ser superior tem a função de defender não só o território, mas também um grupo. Esse movimento protege os privilégios e resguarda um

grupo seletivo da sociedade brasileira, que vai gerar as barreiras que impedem a parte mais massiva da população de ascender socialmente. O sujeito miscigenado terá a falsa crença de fazer parte da classe dominadora que dará a ele uma mobilidade horizontal dentro da pirâmide das classes sociais (Moura, 2019). Como falamos no primeiro capítulo, o tema da identidade para o povo negro brasileiro é bastante caro aos movimentos de resistência negra na Igreja e fora dela.

Entre as preocupações de uma de nossas protagonistas está justamente a construção da identidade étnica do povo negro e periférico. Podemos pensar etnia como um grupo de pessoas que irá herdar de um ancestral – histórica ou mitologicamente – uma língua em comum, uma mesma crença ou cosmovisão, uma mesma cultura e que vive num mesmo espaço geográfico (Munanga, 2003).

[...] o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intacto. (Munanga, 2003, p. 12-13).

Isaltina Barbosa, mulher negra e nordestina nascida no Maranhão, em 2007 frequentou o curso de Introdução aos Estudos de África e Aspectos da Cultura e da História do Negro no Brasil, ministrado no Centro de Estudos Africanos (CEA) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) em busca de maior conhecimento sobre a história do negro no Brasil, porque ansiava encontrar textos e intelectuais que trouxessem maior empatia com as problemáticas da população negra.

A coordenação do GAPAD, que desde 2005 é composta por mulheres, tem como proposta de fortalecimento dos grupos de Pastoral existentes na Diocese de São Miguel Paulista criar espaços para troca de experiências e aprofundamento em questões que envolvam a Igreja e a população negra. Trazemos a experiência vivida num destes encontros que tinha como proposta a valorização da identidade negra. Para iniciar houve um momento de sensibilização que contava com música ambiente, incenso e velas. Foi colocado um espelho de mão à frente de cada pessoa, as quais foi anteriormente solicitado que estivessem com seus documentos de identidade. A Irmã Lindaura Araujo da MJC (Missionárias de Jesus Crucificado), que completou 90 anos de idade em novembro de 2023 e 70 anos de vida consagrada, animou o momento. Após a sensibilização por meio da música e oração foi solicitado às pessoas que trocassem seus documentos de identificação pelo espelho; cada

um(a), deveria mirar-se. Feito isso, a condutora do encontro pediu para que cada um(a) se apresentasse. Poderiam fazê-lo dizendo o que estava escrito em seu documento de identificação ou informando aos colegas da roda o que estavam enxergando no espelho.

Após essa dinâmica, a Ir. Lindaúra faz uma explanação sobre como os corpos foram educados a se apresentar, a partir de um número ou pelo documento de identificação (RG/RNE), reflexos do colonialismo que age para apagar a características dos afrodescendentes. Para além do intuito de fomentar a discussão sobre a construção da identidade da população negra, tais atividades inspiram a criação de novas proposituras nesse sentido.

Galeano (2005) em sua obra *As veias abertas da América Latina* traz a discussão sobre o quanto foi caro para os latino-americanos a dominação cultural e, segundo o autor, ela somente pode ser vencida se houver valorização da nossa identidade, já que fomos condicionados a valorizar a cultura do dominador. A identidade cultural é como árvore que deve ser regada para nascer e se fortalecer, contudo não somos regados por uma única mão e tampouco por uma única fonte. Somos múltiplos e nossas raízes podem ser de todo tipo: pivotantes ou fasciculadas. Somos seres construídos por múltiplas vozes.

É de extrema relevância que os movimentos sociais atuem no âmbito desta temática: a construção da identidade cultural e sociopolítica dos países colonizados. E para tanto é necessário considerar todo o processo histórico pelo qual passaram os povos que aqui já estavam e os que foram trazidos durante mais de três séculos: os povos afro-pindorâmicos (Santos, 2015).

[...] o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “e” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (Hall, 2005)

Se há 500, 600 anos, a humanidade vivia relativamente compactada em seus continentes, territórios e cidades, com o advento do capitalismo mercantilista e a era das grandes navegações, a globalização começou a dar os seus primeiros passos fazendo surgir um processo de homogeneização cultural e identitária, de forma lenta, porém contínua. Com a evolução tecnológica, ocorrida principalmente após a Segunda Guerra, esse processo de

homogeneização se acelera sem precedentes, fazendo com que o sentimento de pertencer a um determinado grupo social ou mesmo espacial (país) seja substituído de forma imperceptível por uma "cultura" universal e hegemônica, pautada em interesses de reprodução do poder daqueles que já são poderosos (Santos 2002).

Nilma Lino Gomes, em seu artigo construído para apresentação no XX Reunião Brasileira de Antropologia e I Conferência: Relações Étnicas e Raciais na América Latina e Caribe, em 1996, defende que “a identidade não é inata”, pois se constrói ao longo da história e está em constante construção (Gomes, 1998). A construção da identidade é um processo que se inicia com a família e se estende com as relações socioculturais.

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento [...]. Ao invés de falar sobre identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la com um processo em andamento (Hall, 2005, p.39).

Um dos princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é o “fortalecimento de identidades e de direitos” que orienta para:

o desencadeamento de processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida; - o rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação, contra os negros e os povos indígenas; - o esclarecimento a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal; - o combate à privação e violação de direitos; - a ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais; - as excelentes condições de formação e de instrução que precisam ser oferecidas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em todos os estabelecimentos, inclusive os localizados nas chamadas periferias urbanas e nas zonas rurais (Brasília, 2004, p.19).

Já apontamos no subcapítulo anterior quanto valioso é contar as narrativas individuais e o quanto isso pode interferir positivamente para a construção da identidade. Se a afirmativa de Nilma Lino Gomes é verdadeira, é preciso pensar como até aqui nós construímos nossa identidade. Quais os valores e tradições que reconhecemos? Como temos acesso à história da construção de nosso país?

A divulgação das trajetórias daquelas e daqueles que lutam pelo respeito às diferenças e pela igualdade de direitos em seus territórios corroboram com a afirmativa de Nilma Lino Gomes de que a cada encontro, a cada ação, a cada contato com histórias que foram negadas e/ou distorcidas, identidades são hibridizadas (Gomes, 1998).

Importante lembrar que muitas de nossas personagens tiveram pouco acesso à educação formal e que, segundo elas, os conhecimentos adquiridos ao longo da vida e da militância, transformaram suas realidades e tornaram-nas as ativistas de hoje. Dona Zulmira, ao acompanhar os filhos nas reuniões do Centro de Estudos e Resgate da Cultura Afro-brasileira (Nação Cercab), desperta para sua consciência negra e política. O que reforça o quanto – o movimento negro é ator político que constrói, sistematiza, articula saberes emancipatórios produzidos pela população negra ao longo da história social, política, cultural e educacional brasileira” (Gomes, 2017, p.24).

Isaltina e Zulmira são pessoas extremamente musicais. Em todos os encontros em que elas participam a música está presente. Sempre iniciam e finalizam os encontros com uma mística. Aparecida Ananias e Isaltina têm em comum o relacionamento estreito com a terra, com as ervas medicinais e com os temperos naturais. Elas transmitem todo esse saber nos encontros realizados e na organização dos festejos, em que levam suas peneiras, balaios e cestas cheias de ervas para que todos possam levar as plantas para suas casas. Elas fazem questão de sempre explicar a quem pergunta os valores medicinais ou as propriedades de cada folha, flor ou raiz. Todo esse conhecimento é doado gratuitamente. Essa é a educação orgânica sobre a qual Nego Bispo nos fala.

Apparecida Amaral apresenta certa indignação ao relembrar como alguns membros do Grupo Mariama se identificavam – grupo do qual ela participa desde os anos iniciais –, pois outros integrantes negros do coral, formado por pessoas idosas e de maioria negra, não se reconheciam enquanto negras e negros e não percebiam o quanto os não negros estavam monopolizando as decisões e participação política do grupo: “Ah eu sou negra, né. Eu sou preta, minha pele é preta, mas eu não sou tão assim...”.

As ações dessas mulheres estão intimamente relacionadas aos princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Em suas atividades promovem ações educativas no combate ao racismo, atuam no fortalecimento das identidades e direitos da população negra, a fim de acabar com as imagens negativas e estereotipadas do negro.

Dona Apparecida Amaral também fala sobre sua infância. Ela traz na lembrança as vezes que acompanhou sua mãe à casa da família de Tarsila Amaral. Dona Maria das Dores costurou por décadas para essa família pertencente à elite (eram fazendeiros) de nossa sociedade no século XIX. A memória de Dona Apparecida esqueceu alguns momentos da infância e juventude, mas registrou as passagens que a mãe de Tarsila lançava olhares de

reprovação a qualquer gesto que poderia denotar sua saída do espaço destinado a ela, que era aos pés da máquina de costura em que sua mãe cerzia belíssimos vestidos longos.

Histórias de racismo velado ou explícito foram contadas por nossas protagonistas (Kilomba, 2019). Havia vezes em que apresentavam indignação, outras soavam como sinônimo de aprendizado e crescimento ao rememorar o que, por algumas vezes, passou despercebido e hoje são experiências que traduzem um passado de desinformação.

A oitava série eu fiz na Força Aérea Brasileira, lá no Jardim Robru em 1990, onde fui morar com as Irmãs da Congregação Filhas da Providência para crianças surdas. Morei três anos numa experiência única e que passava pelo racismo. Ali também muita dificuldade na congregação [...] você tem na cabeça que você nunca iria escutar das freiras ou de padres palavras racistas, né. É por isso que eu falo que luto na Igreja Católica contra o racismo foi porque eu sofri muito racismo nesse meu lugar. [...] na Fraternidade e Esperança tinha umas coisas assim, que às vezes a gente tem até medo de falar, coisas do tipo —~~usa~~ o banheiro dos fundos”; —~~saia~~ pela porta dos fundos”. Eu dormia com uma irmã branca. E quando eu acordava, meu chinelo estava do lado de fora do quarto. Quando eu cansei de buscar meu chinelo eu perguntei: — Mas o que aconteceu? Porque meu chinelo está sempre do lado de fora? Daí ela me disse que o quarto fedia. E era porque eu tinha chulé. Eu já morei com outras pessoas e ninguém nunca havia reclamado disso, ela foi a primeira pessoa. Só que o chulé era de quem? Era da própria pessoa que colocava meu chinelo para fora (Relatos de Magnólia Campos – Dezembro de 2022)

Dona Apparecida Amaral demorou em saber o verdadeiro nome de sua mãe, a qual conhecia por Maria Borba do Amaral e era na realidade Maria das Dores Davi do Nascimento. O nome pelo qual Dona Apparecida conheceu sua mãe era na realidade o nome dos donos das terras onde ela cresceu.

...A gente não conversava muito, mas isso ficou na minha memória. Quando ela perdeu os pais. Primeiro foi a mãe dela que faleceu, depois foi o pai, assim ela foi criada pelos padrinhos, que moravam em um sítio e logo em seguida vieram a falecer. E minha mãe passou a conviver com os parentes, que eram da família Borba. Bom, Borba também é como a gente fala, era mesmo o nome dos escravizadores [...] com o tempo ela foi fixando o nome dela, como Maria Borba e até hoje os que são remanescentes chamam ela de Maria Borba. No meu registro também é Borba. Na realidade eu não sou filha da Maria das Dores, né. Sou da Maria Borba do Amaral. (Relatos de Dona Maria Apparecida Amaral Silva – Maio de 2023)

Algumas vezes a pergunta era: —Fulana, como a senhora se identifica?” Outras vezes começávamos pedindo para que se apresentassem e dissessem alguns dados como os nomes completos de mãe e pai e a data de seu nascimento, depois seguíamos o bate-papo. Houve relatos em que primeiro era contada a história do nascimento e só depois a entrevistada dizia

seu nome. Dona Apparecida Amaral, por exemplo, teve uma preocupação em pedir que seu nome fosse apresentado corretamente, pois por um tempo ela assumiu a grafia do nome somente com uma letra P, só quando foi registrar o nome de casada lhe foi revelado que seu nome originalmente teria duplicidade da letra, por isso ela sempre alertava: –Então meu nome deve ser escrito com dois pês”.

Todas as entrevistadas tinham um jeito de conversar e explicar que não dava conta do tempo contado no relógio. O tempo era medido vendo se já havia escurecido ou se o neto começava a intervir na conversa, mostrando que o estômago estava dando pistas de que era hora do almoço ou da janta. Como já falamos aqui, tudo isso são marcas de uma ancestralidade, heranças dos antepassados, sejam dos negros africanos ou povos originários.

...Santinha Santos de Oliveira, esse é meu nome de casada. O meu nome de solteira era Santinha Almeida dos Santos [...] Meu nome ia ser Maria José... Isso aí vai chegar no meu nascimento. Quando o meu pai ficou doente, eu tinha três meses, mas naquela época a minha mãe falava que meu pai morreu de uma dor de cabeça, mas há setenta e três anos atrás, eu acho que ele morreu foi do coração, porque naquela época a medicina não estava tão avançada como está hoje, né? [...] Meu tio assumiu tudo sobre a morte do meu pai... e tinha que me registrar. Ele foi lá e me registrou como se eu tivesse com dois anos e o nome veio na cabeça dele e colocou Santinha Almeida dos Santos. (Relato de Santinha Santos de Oliveira – Março, 2023)

...Eu sou Magnólia de Sousa Campos, tenho cinquenta e sete anos, fiz dia 05 de dezembro. Sou de 1965, nasci em Ibicaraí, estado da Bahia...Fui com dois anos para Itororó...Fiquei até oito anos de idade. Vim para São Paulo, Zona Leste, meu primeiro bairro...Itaim Paulista, Jd das Oliveiras [...] era mato puro, hoje está tendo uma evolução muito grande, né? Os riozinhos daqui: Córrego Tijuco Preto, Rio Três Pontes... Eu tomei banho lá, hoje você toma banho pega várias –ites”: hepatite, meningite, todas –tes”. (Relato de Magnólia Campos – Dezembro, 2022).

...Todo mundo me conhece por Isa, mas meu nome é Isaltina. Eu venho de uma caminhada. Nasci em uma família católica cristã, meu pai era católico praticante e minha mãe não, não gostava. Meu pai, pescador e minha mãe, analfabeta e eu nasci depois de dez anos de casados. [...] E o dia que eu nasci [...] era dia da Exaltação da Santa Cruz, por isso que tantas dores, as minhas e as dos outros, me acompanham. (Relato de Isaltina Barbosa Farias – Outubro, 2023)

Foram alguns minutos de narrativa para elas informarem seus nomes. Todas trouxeram as histórias que permearam esse momento da nominação desses corpos. Falas vagarosas forçavam suas memórias para trazer detalhes que transmitissem verdade sobre os nomes delas.

A minuciosidade apresentada a cada informação é herança da tradição oral dos povos africanos e estava explícito tanto nas feições quanto nas palavras delas a delícia em fazer esse retorno.

Isa, embora trouxesse o peso das dores que passou em sua caminhada, o qual atribuía e relacionava ao motivo que deu origem ao seu nome, fez seu relato de forma muito descontraída e com risos ao narrar como ele foi escolhido, mesmo quando apontou que carregava –tanto suas dores quanto a dos outros”.

Dona Romana falou que nem sempre se entendeu preta, ela sabia que era escura, mas não tinha o entendimento do que sua tez provocava de positivo e negativo nas pessoas. Diferente de Dona Apparecida Amaral que –desde muito pequena sabia o que era ser preta” e o que isso significava. Num encontro com as senhoras da Pastoral Afro da Diocese de São Miguel Paulista, realizado em 2018, uma das provocações para elas se conectarem com suas histórias foi pedir que narrassem a história de seu nascimento ou de seu nome. Uma das participantes compartilhou que não verbalizava seu sobrenome na infância porque tinha vergonha e que somente depois de conhecer a história de sua ancestralidade passou a assumir e se orgulhar do sobrenome –Boa Morte”.

CAPÍTULO IV

—TÁ CAINDO FULÔ”: TRAJETOS DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Tá caindo fulô
 Tá caindo fulô
 Tá caindo fulô
 Lá no céu, cá na terra
 Cá na terra
 Oi le le tá caindo fulô⁵⁹

—Tá caindo fulô” é uma canção popular brasileira, da qual podemos encontrar muitas versões e adaptações na internet. Os afro-católicos adaptaram essa canção dando a ela um tom de louvor e glorificação da presença de Deus entre o povo. Ao nomear esse capítulo —Tá caindo fulô” imprimo a alegria em presenciar e participar de ações, cujos objetivos são gerar processos de valorização da cultura africana e afro-brasileira, promovendo a participação do negro na Igreja e na sociedade e infundir o espírito do povo negro orientando-o para a afirmação de sua identidade cultural (CNBB, 2008)⁶⁰.

As ações das personagens que conhecemos nestas páginas podem gerar conhecimentos novos e capazes de se articularem com os saberes emancipatórios existentes no seio dos movimentos de resistência negra.

Uma educação antirracista atende aos princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004), que são: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos e ações educativas de combate ao racismo e discriminações.

As ações que vamos conhecer neste capítulo evidenciam o quanto as Irmandades Negras e a Pastoral Afro agem dentro desses princípios e colaboram para uma educação antirracista em seus territórios. Teremos maiores dados de como a conexão entre os grupos se fez a partir da trajetória de cada uma delas. Documentos e relatos nos trazem o histórico das atividades em que Irmandades Negras e Pastoral Afro se uniram a órgãos estaduais e municipais e a outras organizações de fomento à cultura e educação.

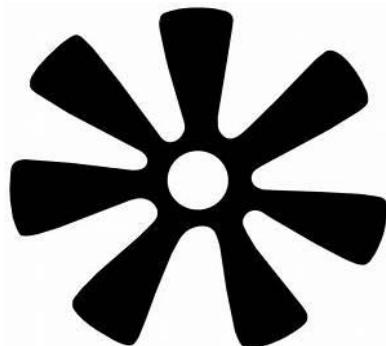
4.1– A rede de Ananse: tecendo encontros de educadoras negras

⁵⁹ Cantiga popular brasileira de domínio público.

⁶⁰ Documento da CNBB 2008 - Pastoral Afro-Brasileira: Princípios de Orientação.

Ananse ntontan⁶¹ (teia de aranha) é para os povos Assante símbolo da sabedoria, da criatividade e das complexidades da vida (Nascimento, 2022, p. 39). A aranha é também reconhecida pelos contos populares africanos.

Figura 10 – Adinkra Ananse ntontan



Fonte: Nascimento, 2022, p. 39

A personagem Ananse, a aranha, queria muito ser lembrada entre os grandes e cantada como herói/heroína. O desejo de Ananse chegou aos ouvidos do rei das florestas, que nunca ouvira falar que Ananse teria algum feito ou habilidade que a fizesse merecer tal título. Como a aranha pediu um desafio ao rei, ele não demorou muito para propor que ela capturasse com vida três coisas *Wowa*⁶², a família inteira de abelhas melíferas; *Aboatía*, da floresta de gnomos, e *Nanka*, a píton. Ananse se apressou e informou ao rei que em três dias teria a prova da superioridade dele/dela.

Passou uma noite inteira traçando seus passos para alcançar seu objetivo. A primeira de suas investidas foi com as abelhas. Chegando à colmeia, iniciou um diálogo com a abelha operária-chefe. Usou de uma artimanha para ludibriar todas as abelhas e assim as capturou.

No dia seguinte, foi até uma parte da floresta onde viviam os gnomos. Esses corriam muito rápido, os olhos não conseguiam enxergá-los de tão rápido que eles corriam, mas também tinham o dom de ficarem estáticos, tão imóveis que podiam ser confundidos por tocos de árvores. Mas Ananse sabia que outra atribuição dos gnomos era a gulodice. Então, usou uma penca de bananas. Falou alto que deixaria suas bananas, pois estavam pesadas para carregar, mas que voltaria mais tarde para pegar. Assim, os gnomos ficaram tranquilos para

⁶¹ Para saber mais sobre os símbolos adinkra acesse: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/imagens/adinkra/>

⁶² *Wowa*, palavra assante para abelha; *Aboatía*, palavra assante para gnomo. Os gnomos pertencem ao universo da cultura popular desse povo. Já *Nanka* é um tipo de serpente. Entre alguns povos da África Ocidental é tabu matar um exemplar dessa espécie (Badaue, 2006, p. 34).

comer o tanto de bananas que os satisfizessem, mas a gulodice não deixou que eles parassem. Comeram até não conseguirem mais caminhar, e a aranha conseguiu capturá-los.

A única que faltava era a píton. Ananse se dirigiu até o rio em que Nanka se banhava e a convenceu a deixá-la medir seu tamanho, dizendo que suspeitava que ela não era lá tão grande. Sabendo de sua prepotência e arrogância, propor a medição seria certeiro. Pois ele/ela ainda a convenceu de amarrá-la no cipó que ele trazia! Ela, muito metida, deixou.

Assim, Ananse concluiu os pedidos do rei das florestas. Ele ficou estupefato com a astúcia de Ananse, que foi consagrada dona das histórias.

Nesta dissertação, aproximo as nossas personagens aos herdeiros de Ananse, que irão, por meio de suas ações e estratégias, tecer encontros, expandir a teia, criar novas conexões entre os movimentos de resistência negra e divulgar as histórias coletivas e individuais.

A autora Zélia Amador de Deus apresenta pesquisa aprofundada sobre os Movimentos Negros no Brasil e suas lutas políticas para a conquista do direito às políticas de Ações Afirmativas, sobretudo as cotas nas universidades. Metodologicamente, o trabalho desta autora inova o relato científico ao aproximar dados históricos e políticos ao mito de Ananse.

O ativismo negro aceita desafios e investe qualitativamente na busca e acesso aos direitos. Zélia de Deus apresentou-nos o protagonismo de Ananse, mas também nos apresentou o seu antagonista: o racismo. Em sua obra, ela faz uma reflexão do quanto o racismo foi o responsável por gerar o apagamento da verdadeira história de África, que comprometeu a preservação de sua cultura, assim como o processo de criação, invenção e –re-criação” da memória dos africanos na diáspora. (Deus, 2011).

Como sabemos a afrodiáspora no continente americano decorre do processo do colonialismo europeu e, em particular, do tráfico transatlântico e do sistema de escravidão. Entretanto, uma vez instalados em quaisquer dos continentes, por mais que as tradições fossem represadas ou aniquiladas, pela cultura hegemônica, os descendentes de africanos davam início a um processo de criação, invenção e re-criação, da memória cultural para preservação dos laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade. Nesta rede de interação, as múltiplas culturas africanas que se espalharam pelo mundo preservaram marcas visíveis dos traços africanos. Marcas que exerceram importância fundamental para que esses africanos e seus descendentes realizassem sua reconstrução pessoal e coletiva. (Amador de Deus, 2011 p.1)

Com essa pequena introdução, passo a conversar com minhas leitoras e leitores em primeira pessoa, já que neste subcapítulo narro os encontros e as práticas vivenciadas por mim. Esta escrita está permeada por outras vozes e olhares às ações de nossas protagonistas, que chegam até mim, antes e durante o processo de pesquisa. Fatos e fotos irão nos apresentar

como o cotidiano dessas mulheres nos revela a presença do racismo cotidiano e como as práticas delas buscam promover ações afirmativas no combate ao racismo.

Importante aqui retornar à minha própria história. Início minha participação e a contação, a partir da educação e direcionamento que recebi de minha mãe, Dona Santinha Santos. São inúmeras as estratégias que Dona Santinha criou para dar maior visibilidade à Pastoral Afro de Vila Nhocuné em sua paróquia e no bairro. A representatividade de negras e negros que participaram e participam desse grupo foi grande incentivador para que muitas meninas e meninos encontrassem sua religiosidade e afirmassem sua identidade. Nas quermesses essa senhora era a responsável pela equipe e organização da Barraca da Batata, a mais movimentada da festa, por conseguinte a que mais lucrava, fato esse que gerava um desconforto na comunidade.

A barraca, que era o carro chefe da quermesse, era coordenada por uma família negra, de posicionamento político partidário de esquerda; Dona Santinha, ainda que não fosse filiada, mantinha fidelidade ao Partido dos Trabalhadores, assim como o pároco da paróquia. Embora tal fato no período de 1980 a 2002 não destoasse de grande parte dos fiéis daquela paróquia, o ciúme e o incômodo por uma família negra ocupar esse lugar de “destaque” ficavam evidentes.

Dentro dos festejos que duravam cerca de três meses – iniciava em meados de maio e terminava em meados de julho – a barraca era ferramenta para divulgação dos festejos da Pastoral Afro de Vila Nhocuné e de outras ações do Movimento Negro (UNEGRO), do qual os filhos participavam, assim as panfletagens e decorações alusivas à cultura afro-brasileira era frequente e tudo acontecia muito tranquilamente. A fila na barraca era gigantesca, pois a coordenadora fazia questão de entregar a batata quentinha e crocante. Para que os clientes não ficassem entediados na fila e desistissem da compra, o grupo de jovens e as colaboradoras da barraca estavam sempre dispostas a uma boa conversa e a informar sobre os panfletos que eram entregues.

Tais ações reverberaram em uma maior consciência crítica da comunidade, que passa a cobrar da Igreja envolver-se mais profundamente nas questões da população negra. O eco dessa movimentação ressoou nas paróquias vizinhas. A participação a cada missa, cada encontro, cada oficina criada pela Pastoral Afro na Vila Nhocuné aumentava e os visitantes buscavam meios de criar novos grupos em seus espaços de congregação de fé. E assim o grupo passou a visitar outros bairros da Zona Leste de São Paulo. Começaram a visitar as Casas de Cultura da região, as associações de bairro e qualquer outro lugar em que houvesse eventos que valorizassem a cultura africana e afro-brasileira.

E nas andanças, buscando fortalecimento e apoio, Dona Santinha se aproxima do grupo que atuava no Santuário de Santa Edwiges no Sacomã, o qual tinha uma forte liderança: Dona Josefina, conhecida por Jô. Essa senhora era uma moradora antiga no bairro que viu as transformações do local e da igreja. Ela tinha o apoio de alguns seminaristas do Seminário de Teologia dos Oblatos de São José. Nos porões da igreja funcionava também uma obra social, pois aos arredores do Santuário fica o bairro de Heliópolis e a ação dos agentes pastorais sempre foi muito importante ali.

Assim como todos os grupos de Pastoral Afro, Dona Jô encontrava resistência dentro da comunidade. O encontro entre elas foi providencial para ambos os grupos. Dona Jô auxiliou Dona Santinha nas conversas com os seminaristas e com o padre responsável pelo Seminário de Teologia, que auxiliava em toda elaboração das celebrações. As longas conversas eram aulas de cidadania, negritude e evangelização. As primeiras missas com decoração mais apropriada, contava com muitos tecidos africanos e vestimentas para toda equipe de liturgia.

Em contrapartida, o grupo de Dona Jô podia contar com a presença da PAB de Vila Nhocuné em suas celebrações. Uma delas foi muito marcante, a igreja havia acabado de ser elevada a santuário (em 1998) e para comemorar o dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, foi preparada uma grande missa, cuja preparação litúrgica reunia muitas apresentações de elementos simbólicos da cultura africana e afro-brasileira. Um desses momentos foi a procissão de entrada, em que foram apresentados reis e rainhas do continente africano. A escadaria do Santuário é bastante grande e imponente, o interior da igreja é bem amplo. E o grupo que iria compor este momento seria a PAB de Vila Nhocuné. Dona Jô separou muitas roupas, vestidos, ternos de veludo, leques etc, foi uma procissão com mais de 20 pessoas, vestidas com roupas da realeza, subiram pela escadaria e adentraram a igreja com o corredor iluminado por muitas velas. Foi declamado um poema ao final da declamação, um grito “Zumbi Vive!” ecoou e iniciou-se a santa missa.

Todos sentiram a energia da ancestralidade naquela ocasião da procissão de entrada. Se colocar na posição de reis e rainhas fez com que muitos integrantes da PAB de Vila Nhocuné percebessem como seus visitantes se sentiam ao serem acolhidos e valorizados.

A partir desse momento a Pastoral Afro de Vila Nhocuné passou a preocupar-se com a vestimenta do pároco, dos ministros e de todo o grupo, assim como com a decoração da igreja e também com os símbolos a serem apresentados na liturgia. Além disso, houve uma maior dedicação dos integrantes em cursos sobre liturgia inculturada, fé e política e também oficinas livres propostas pela própria Pastoral Afro.

Fomos a muitas paróquias, eles pediam ajuda para fazer as missas. E a gente ia. Era muito bom ver a igreja cheia, ver os pretos com batas africanas, todos rezando, cantando e dançando. E isso incentivou a gente a levar essa novidade para outros lugares. Então onde chamavam a gente, a gente ia. Se não conhecia, falava com meus filhos, eles ajudavam ou traziam gente para ajudar (Relato de Santinha Santos – Março, 2023).

O protagonismo de Ananse está presente na fala de Dona Santinha: o grupo se reconhecia protagonista em seus espaços de oração, se conectavam com sua ancestralidade, divulgavam suas histórias e assim a rede aumentava.

A presença do Movimento Negro dentro e fora da Igreja denunciava o antagonista do protagonismo negro. O racismo e os grupos iam se conectando e criando formas de combate a este mal. A movimentação dessas mulheres fazia com que as histórias de luta circulassem de norte a sul e de Leste a Oeste, da cidade de São Paulo.

A Pastoral Afro da Paróquia Nossa Senhora Achiropita contava com a presença do Pe. Toninho e ali também era palco para reuniões de muitos militantes, intelectuais, padres, políticos, artistas, pessoas de religião de matriz africana, o que tornava o local palco central do fortalecimento dos movimentos de resistência negra na Igreja Católica. Dessa forma, os movimentos da Zona Leste foram se conectando uns com os outros, o que leva a filha de Dona Santinha a conhecer Cleide Aparecida Vitorino, o teólogo Guilherme Botelho Júnior, Eloá Pimenta, Dona Carlita e Maria Cândida de Paula Thomaz de Sousa, todos da paróquia Nossa Senhora Achiropita. E foram essas pessoas que auxiliaram os grupos da Zona Leste a incentivarem os párocos a realizarem cerimônias de batizados, casamentos, bodas de ouro ou prata aplicando a liturgia inculcada.

As histórias de vida podem ser comparadas aos fios da teia de Ananse, se entrelaçam, expandem a teia, criam novas conexões e caminhos, umas são resistentes, outras alimentam, outras servem de escudo contra inimigos. E nesse fiar e cruzo das histórias chegam até a Dona Marisa Moura, mulher preta, católica e estilista que além de preocupar-se com a estética negra mantinha o compromisso com sua ancestralidade. Sua arte consistia em produzir peças inspiradas na herança e memória familiar. Dona Marisa diz que suas peças são uma releitura daquilo que negras e negros faziam e usavam nas senzalas, ela utiliza sementes, palha da costa, búzios etc. Sempre ao iniciar uma criação, ela primeiro pede licença e bênção aos seus antepassados. Dona Marisa traz em sua memória a presença de uma prima que contava histórias familiares e também das lutas de negras e negros ao mesmo tempo em que criava peças de roupas com retalhos, pintava e bordava roupas. Sua prima foi uma grande inspiração

para Dona Marisa. Ela acredita que “quem não valoriza o passado não avista futuro”⁶³. Assim, essa artesã se dispôs a apresentar sua arte em todo lugar onde é chamada. Quase todos os salões paroquiais das igrejas que mantêm grupos de Pastoral Afro na cidade de São Paulo, receberam a inventividade dessa artesã que diz: “minha criação e trabalho é uma homenagem à minha ancestralidade, pois o DNA do negro é a arte” (relato de Marisa Moura, 2014). Em todos os desfiles ela narrava as histórias de sua infância. Trazia os elementos base de sua criação: as sementes, os búzios, a palha da costa e o barbante.

O encontro das artesãs Zul + e Marisa Moura oportunizou aos grupos de pastoral da Diocese de São Miguel Paulista a ampliação dos trabalhos. Foi assim que Dona Santinha entrou em contato com Dona Zulmira Gomes.

Momento mais propício para esse encontro não havia. Santinha tinha amizade dentro do bairro e muita gente batia à sua porta pedindo ajuda por causa de filhos, de dificuldade no relacionamento conjugal ou até pedindo chás para gripe forte. Os chás de Dona Santinha ficaram conhecidos quando seu filho pegou uma pneumonia profunda que virou tuberculose e foram os chás – o mentruz macerado – e muita reza que o curou. Ela tinha o hábito de levar os filhos para benzer e assim aprendeu com cada benzedeira que conhecia uma reza ou um chá, conhecimento que ela partilhava. E foi nessas batidas de porta, que soube do movimento que alguns paroquianos estavam fazendo: um abaixo assinado e uma carta para informar ao bispo, na época Dom Fernando Legal, que o padre estava fazendo “macumba” dentro da Igreja.

Em comunicação com Zulmira, que era teóloga, pediu ajuda para encontrar caminhos e desfazer esse mal-entendido. Estava próxima a realização da Missa de Zumbi. Dona Zulmira se reuniu com Dona Santinha e explicou a situação informando que a ocorrência não era “mal-entendido”: era racismo religioso. Entretanto Dona Zulmira em sua sabedoria e diplomacia, sugeriu que o grupo não deixasse de realizar a missa, mas alterassem a reverência feita a Zumbi dos Palmares e buscassem reverenciar um santo negro. Conversaram com o padre e ele sugeriu fazer uma missa em ação de graças a São Benedito, o santo negro.

Assim foi feito. No rito nada mudou, pois a inculturação permaneceu, porém com outra roupagem. A batina do padre era feita de tecido branco e tecido africano, combinando com o filá. Para a missa de São Benedito, o filá foi feito de crochê — linha branca e enfeitado

⁶³ Fala recorrente em suas apresentações. Para ouvir um pouco mais sobre essa estilista e artesã da Pastoral Afro Brasileira, Dona Marisa Moura, acesse a entrevista concedida em 2014 à Revista O Menelick especialmente produzida para o texto: Descolonizar a Estética, publicado na edição zero 14 da revista O Menelick 2º Ato. Disponível em: <http://www.omenelick2ato.com/audiovisual/video/entrevista-marisa-moura> Acesso em 26 fev 2024.

com fita de cetim marrom — representando as cores de São Benedito; os ministros também usavam filá idêntico. Todos os gorros ou filás foram feitos por Dona Cida Ananias. Já na decoração da igreja, foram utilizados somente tecidos coloridos, como juta e chita, enquanto na missa de Zumbi era feita com tecidos e folhas. A imagem do santo entrava na procissão de entrada, com andor enfeitado com muitas flores e trigo.

Passaram entre três a quatro anos realizando desse jeito a missa do dia 20 de novembro, que tinha como tema principal a comemoração ao Dia da Consciência Negra. As Irmandades Negras se faziam presentes e os grupos de outras paróquias que se identificavam com essa celebração também compareciam. Todos os grupos de fora da comunidade recebiam convites via correio. Os paroquianos começaram a demonstrar sua devoção neste santo e mais uma ação aconteceu: a visitação de São Benedito nas casas. As histórias contadas nesses encontros revelaram ao grupo que muitos dos paroquianos já mantinham devoção em São Benedito: a comunidade guardava essa devoção dentro de suas cozinhas. O santo era conhecido de muitos já de longa data, de festejos presenciados por alguns na infância, outros na juventude, outros ouviam os pais contarem como eram as festas do santo cozinheiro na cidade natal, com a presença de Folia de Reis e Congadas. A revelação fortaleceu o grupo que solicitou nova data para festejar a presença do santo na Igreja e na comunidade.

Dona Zulmira, orientou que solicitassem uma data no calendário oficial do Conselho Nacional das Irmandades de São Benedito (CONISB), a fim de celebrar a vida do santo que também era de devoção daquela comunidade. A aprovação foi concedida e o calendário oficial do CONISB, para o mês de setembro, ficou assim:

- Pastoral da Vila Nhocuné - 1º domingo;
- Irmandade de São Benedito do Jaçanã - 2ª domingo⁶⁴;
- Irmandade São Benedito da Vila Formosa - 3º domingo;
- Irmandade de São Benedito da Cidade de Tietê - último domingo.

Os convites se estenderam às Irmandades cadastradas no CONISB e os festejos contavam então com representantes das Irmandades de outros municípios e estados.

Dona Santinha lembra-se pouco dessa época, mas alguns paroquianos, em conversas ou reuniões na casa dela, a munem com pitacos de histórias e auxiliam o resgate da trajetória

⁶⁴ Essa Irmandade foi criada no ano de 2009, ocasião em que os representantes desta Irmandade entraram em contato com a Pastoral Afro de Vila Nhocuné, para confirmar a disponibilidade do segundo domingo do mês de setembro, para então solicitar ao CONISB a confirmação desta data, enquanto data permanente para a realização dos festejos desta Irmandade. Essa atitude é recorrente e histórica entre as Irmandades, o que demonstra o respeito e valorização daquele que lhe antecede. Assim a filha de Dona Santinha, responsável pelo calendário e relações públicas da Pastoral, confirmou a disponibilidade e apoiou o pedido da recém-criada Irmandade de São Benedito do Jaçanã, junto ao CONISB. Para saber mais sobre a história desta Irmandade acesse: <http://paroquiasaobenedito.org.br/newsite/irmandade-de-sao-benedito/>

da PAB na Zona Leste. A comunidade parou de cantar algumas músicas nas missas de São Benedito, músicas que faziam reverência a Zumbi dos Palmares. Uma das primeiras músicas para Zumbi foi de autoria da cantora Leci Brandão, a qual foi trazida pelo padre Marco; uma outra foi trazida pela Dona Zulmira.

Com mais uma intervenção de Dona Santinha, a missa da Consciência Negra passou a ser celebrada no último domingo de novembro. Passando a Pastoral a manter duas grandes festas nas paróquias, as quais permanecem até hoje.

Essa amizade colaborou com a restituição de uma grande festa que acontecia no bairro da Penha de França, Zona Leste de São Paulo: a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de São Benedito na Freguesia da Penha. As atividades da PAB na Vila Nhocuné cresceram e foi preciso encontrar recursos para manter a festa e as atividades sociais e culturais. Assim Dona Santinha foi em busca de auxílio na subprefeitura da Penha de França, que a encaminhou para a Casa de Cultura da Penha⁶⁵. Ali encontrou a parceria e amizade de duas mulheres negras que estavam à frente do equipamento cultural, que ao participarem dos festejos na Vila Nhocuné vislumbraram novos rumos para o movimento que acontecia no bairro da Penha para a revitalização das festas promovidas pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

Dona Santinha, ao participar das reuniões com os movimentos culturais que estavam realizando uma grande mobilização para revitalização do Largo do Rosário e de sua igreja, percebe a ausência de representantes dos movimentos de resistência negra atuantes na Igreja, pois somente ela e um senhor penhense (Sr. José Morelli) estavam fazendo essa representação.

O convite se estendeu à Dona Zulmira, que apresentou duas preocupações. A primeira delas era a necessidade de retomada dos festejos e a segunda a necessidade de reativação da Irmandade ou a criação de uma Pastoral Afro, para auxiliar na comunicação entre população negra local e a Igreja, a fim de que ambas trabalhassem, conjuntamente, pela manutenção da fé cristã e pela valorização do patrimônio material e imaterial ali presente.

Por alguns anos, essas duas mulheres auxiliaram os movimentos culturais e alguns membros da sociedade civil tanto no trato com a Basílica da Penha quanto na comunicação entre os diversos grupos de manifestação cultural e religiosa da cidade. Em dado momento, elas trouxeram a Sra. Isaltina para conversar e aumentar a rede. Isaltina mantinha uma relação

⁶⁵ As Casas de Cultura foram criadas na cidade de São Paulo na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1993). Em 2012, a então Casa de Cultura da Penha passou por uma ampla reforma e engloba o Espaço Cultural Mário Zan, a Biblioteca José Paulo Paes, o Teatro Martins Pena, o FabLab, o estúdio de gravação Itamar Assumpção e as salas de estudos nos três andares do prédio.

estreita com as Pastorais e outros grupos que atuavam na periferia junto à Diocese de São Miguel Paulista.

Toda essa movimentação para reunir os grupos na luta pela preservação daquele território negro deu visibilidade aos grupos de Pastoral Afro existentes na periferia da Zona Leste da cidade. Assim como colaborou para o estreitamento entre grupos de resistência negra, grupos de manifestação cultural e religiosa e pastorais sociais (figura 11).

Contudo a Diocese de São Miguel Paulista, ainda não reconhece a deferência, concedida à Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Penha de França, pelos grupos de Pastoral Afro e Irmandades Negras, vinculados a ela.

Foto 11 – Estandartes e Bandeiras Irmandades Negras e Pastorais



Fonte: Arquivo pessoal

O encontro dessas mulheres aumentou a presença negra nos festejos realizados tanto pelos grupos de Pastoral Afro quanto pelas Irmandades Negras. Considerando o princípio da Filosofia Ubuntu (Ramos, 2010), elas mantêm a prática de conciliar seus calendários de atividades. E essa expansão da rede colabora com a ampliação e visibilidade das lutas e conquistas da população negra (figura 12).

**Figura 12 – Missa Inculturada Afro -Dia da Consciência Negra – GAPAD
Paróquia São Pedro – Cidade Líder, São Paulo / SP**



Fonte: Jornal Notícias de Itaquera – Zona Leste, 26/11 a 02/12 de 2008, p. 06

Em 2005 a Pastoral Afro de Vila Nhocuné, já em contato com outros grupos de Pastoral Afro e Irmandades Negras, convida representantes de diversos grupos, para participar de uma tarde de integração, a fim de promover, divulgar suas ações e abrir espaço para ampliação das atividades conjuntas do movimento de resistência negra na Igreja Católica.

Irmandades Negras e Pastoral Afro-brasileira engrossam a luta do Movimento Negro na cidade de São Paulo. Todas com calendário próprio, buscando a inserção das comunidades na luta contra o racismo em seus territórios e comunidades. Por isso, no dia 20 de novembro, todas se encontraram na Catedral da Sé, num ato de comunhão e resistência, para mostrar à CNBB que a cada dia cresce a consciência política da população negra.

A rede criada por Dona Santinha Santos de Oliveira, Zulmira Gomes Leite e Isaltina Farias Barbosa, foi o fermento e o apoio necessário para que esses grupos saíssem de todos os

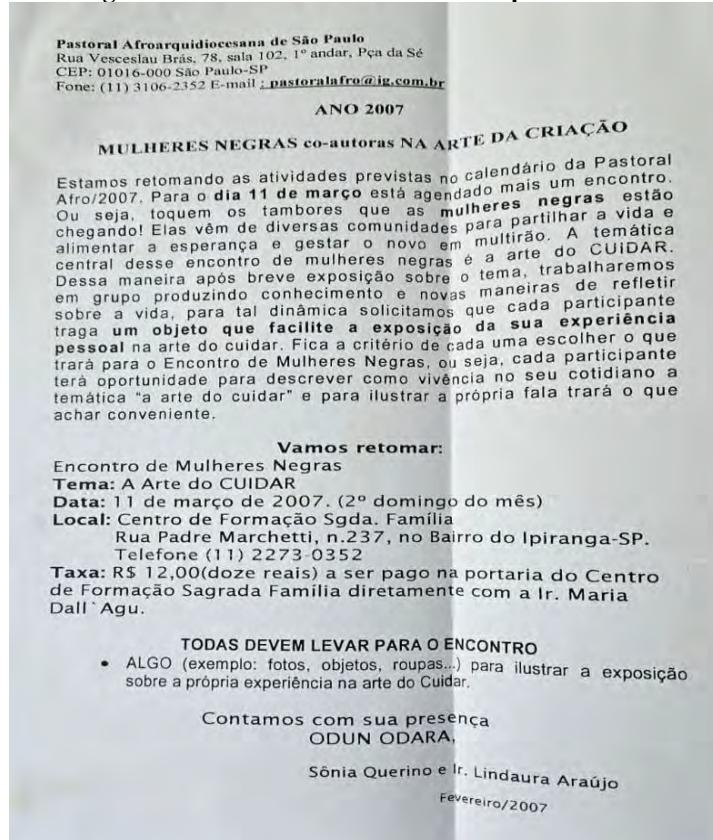
cantos e tomassem o centro das discussões em congressos nacionais e internacionais sobre a ação destes grupos.

Figura 13 – Convite Formação Pastoral Afro Achiropita



Fonte: Arquivo Pastoral Afro Achiropita - cedido à pesquisadora

Figura 14 – Convite Pastoral Afro Arquidiocesana



Fonte: Arquivo da Pastoral Afro de Vila Nhocuné - cedido à pesquisadora.

A rede criada por Dona Santinha Santos de Oliveira, Zulmira Gomes Leite e Isaltina Farias Barbosa, foi o fermento e o apoio necessário para que esses grupos saíssem de todos os cantos e tomassem o centro das discussões em congressos nacionais e internacionais sobre a ação destes grupos.

O padre Luiz Fernando de Oliveira, hoje assessor da Pastoral Afro-Brasileira na CNBB, e Vera Lúcia Lopes, coordenadora estadual da PAB no Regional Sul 1⁶⁶, também fazem parte da resistência negra dentro da Igreja Católica. Vera Lúcia, que estudou Ciência da Religião na mesma época em que Dona Zulmira Gomes, frequentava as aulas do curso de Teologia na Faculdade Assunção; ela foi uma das grandes motivadoras para construção de conteúdos digitais e registros fotográficos para compor a página no site da CNBB, que expunha a realidade dos grupos.

Figura 15 – Missa Incultrada Afro - Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Assunção e São Paulo⁶⁷



Fonte: Arquivo pessoal – Jornal O São Paulo Ano 55, nº 2826 de 23 a 29, novembro/2010

⁶⁶ O Regional Sul 1 é composto por 6 Arquidioceses, 36 Dioceses e 6 Regiões Episcopais, divididas em 7 sub-regiões Pastorais: Aparecida, Botucatu, Campinas, Ribeirão Preto I e II, São Paulo e Sorocaba. Disponível em: <https://cnbbsul1.org.br/arqui-dioceses/> Acesso em 28 jan 2024.

⁶⁷ A Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Assunção e São Paulo é informalmente chamada como Catedral da Sé.

Os grupos se organizam, crescem e se modernizam. Tradição e tecnologia aliam-se e muito na divulgação dos eventos, que antes era feita em mídia impressa regional e setorizada. Hoje os eventos são apresentados no site oficial da CNBB e em outras mídias, televisivas e digitais, como as redes sociais.

No ano de 2011, a ONU estabelece o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes com a finalidade de trazer, para o debate político mundial a discussão sobre a superação do racismo e encontrar, conjuntamente estratégias para erradicar a discriminação racial e garantir os direitos básicos da população negra. A Pastoral Afro e o Instituto do Negro Padre Batista, firma parceria com o Conselho da Comunidade Negra para organizar um calendário de atividades não só em comemoração ao Ano Internacional dos Afrodescendentes, mas também de conscientização tanto da Igreja quanto da sociedade paulista e paulistana, sobre a necessidade de maior cobrança junto aos governos para a criação de políticas públicas para o racismo.

Figura 16 – Missa Inculturada Dia da Consciência Negra Catedral da Sé



Fonte: Arquivo pessoal – Jornal O São Paulo Ano 55, nº 2826 de 23 a 29, novembro/2010.

Figura 17 – Missa Inculcada Afro - Catedral da Sé, São Paulo.

B2 11 a 17 de janeiro de 2011

O SÃO PAULO

Geral

PJ realiza Ampliada Nacional até dia 15
Delegados dos 17 regionais da CNBB participam até 15 de janeiro da Ampliada Nacional da Pastoral da Juventude (ANPJ), em Imperatriz (MA). O tema dessa edição é “PJ: Missão e Profetismo” e o lema “Vamos juntos/as gritar, girar o mundo. Chega de violência e extermínio de jovens!”. O evento pode ser visto em tempo real em www.pj.org.br

ONU declara ano a afrodescendentes

Entidade quer compromisso político dos países para erradicar discriminação racial e garantir direitos básicos

ELVIRA FREITAS
REDAÇÃO

Um grande passo em direção ao fim das desigualdades que pesam sobre as comunidades negras foi dado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que acaba de declarar 2011 como Ano Internacional para Descendentes de Africanos. A medida, de acordo com o secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, durante assinatura de protocolo (em Nova Iorque, dia 12 de dezembro), tem como objetivo reforçar o compromisso político das nações do mundo para erradicar a discriminação racial, principalmente contra os afrodescendentes, que quase sempre veem negados seus direitos básicos à saúde de qualidade e educação.

A ministra chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Luiza Helena de Bairros, três dias após assumir a SEPPIR, conversou por telefone com a reportagem de O SÃO PAULO sobre a questão. Segundo ela, a celebração do Ano Internacional para Descendentes de Africanos é uma ocasião para chamar atenção para as persistentes desigualdades que ainda afetam essa parte importante da

população, inclusive no Brasil. “Entendo a iniciativa como uma política importante de combate ao racismo. Acredito que os governos ainda fazem pouco para eliminá-lo. Sem falar que ainda confundem racismo com exclusão social, com pobreza. Aos pobres afrodescendentes, em geral, só resta a vitimização do racismo”, disse a ministra.

Luiza Helena, que vem de experiência à frente da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI), lembrou também que a erradicação da pobreza é a principal meta de governo da presidente Dilma Rousseff e que ela não responde às reivindicações do movimento negro, mas vai ao encontro da inclusão das minorias étnicas. A ministra também defendeu as cotas como instrumento de ação afirmativa eficiente para que se realize a inclusão dos negros em diversos setores e aproveitou a oportunidade para convocar o movimento negro para ajudar nesse processo.

Especialistas aplaudem a medida da ONU, entre os quais a representante assistente do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Tânia de Freitas Santos. De acordo com ela, a medida vem corrigir um erro histórico, já que o tráfico transatlântico de escravos foi uma tragédia apavorante não apenas por causa das barbáries cometidas, mas pelo desrespeito à humanidade. “A comunidade internacional não pode aceitar que comunidades inteiras sejam marginalizadas por causa da sua cor de pele”.

A Prefeitura de São Paulo, por meio do Conselho Negro (CONE), saiu à frente e está firmando parceria com a Pastoral Afro e o Instituto Padre Batista, para organizar uma série de atividades em comemoração ao Ano Internacional dos Descendentes

de Africanos, como: realização de Seminário Internacional de DH/Racismo e Homofobia; lançamento do Protocolo de Cooperação entre a Secretaria Municipal de Participação e Parceria (SMPPP) e demais secretarias; Seminário Medidas Socioeducativas e as questões étnico-raciais; Campanha Discriminação Institucional; Seminário Mulher Latino-americana e do Caribe; curso de Capacitação e Formação de Funcionários Públicos e Gestores sobre Políticas Públicas Etnicoorraciais e Gênero; e Prêmio Luiza Mahim.

A celebração do Ano Internacional dos Afrodescendentes é para nós muito bem-vinda, pois assim podemos chamar atenção para as persistentes desigualdades econômicas e sociais que ainda afetam esta população”, disse Maria Aparecida de Laia, coordenadora da CONE.

Também padre Luiz Fernando de Oliveira, assessor arquidiocesano da Pastoral Afro, aplaudiu a medida. “Para nós é um incentivo muito grande, principalmente se conseguirmos colocar as pessoas a par desta iniciativa e de tudo que está acontecendo no mundo e, sobretudo, se nossas comunidades souberem aproveitar a ocasião para criar atividades ao longo deste ano.”





Comunidades afro comemoram Dia do Zumbi na Catedral da Sé, clamando por mais conscientização aos negros; no det., padre Enes e Laia debatem atividades para 2011

Lucinéia Marlin/O SÃO PAULO - 20.nov.2010

Fonte: Arquivo pessoal – Jornal O São Paulo. Ano 55. nº 2832. p. B2 de 11 a 17, janeiro/2011

O movimento de resistência negra na Igreja Católica atua na ausência do governo criando ações afirmativas, que possam preencher a lacuna deixada por um governo estadual, que por décadas esteve à frente do Estado e somente enxerga a população negra em tempos de eleições.

Suas demandas são previstas, pelos Movimentos Sociais e Movimento Negro, com o GAPAD, que em 2011 criou ações específicas para a região de São Miguel Paulista. Uma delas foi a criação de um panfleto a ser distribuído em pontos de grande circulação da população negra e não negra em horários de maior movimento (figura 19).

O grupo se dividiu em uma agenda mensal para a distribuição dos panfletos. A ação contou com o apoio de comerciantes da região, que autorizaram a colagem em quadros de avisos e portarias dos seus estabelecimentos e também da Coordenadoria de Assuntos da População Negra (CONE), que contribuiu com a tiragem de 10.000 panfletos.

Vimos na bionografia de Dona Zulmira Gomes Leite seu amor pela Filosofia, em especial pela Filosofia Africana. A teóloga Zulmira tinha trânsito livre no movimento de resistência negra, era uma liderança muito forte e reconhecida entre os afro-católicos. Essa senhora conectou-se em suas andanças na militância com diversas pessoas, grupos e instituições. Uma delas foi o Abaçai Cultura e Arte, entidade que defende o ecumenismo e a cultura de paz. Numa parceria em 2011, época em que foi eleita presidente da Irmandade Nossa Senhora Aparecida e São Benedito do Lauzane Paulista, Zulmira idealizou e coorganizou o evento Ubuntu.

Figura 18 – Missa Inculturada Afro – Catedral da Sé - São Paulo

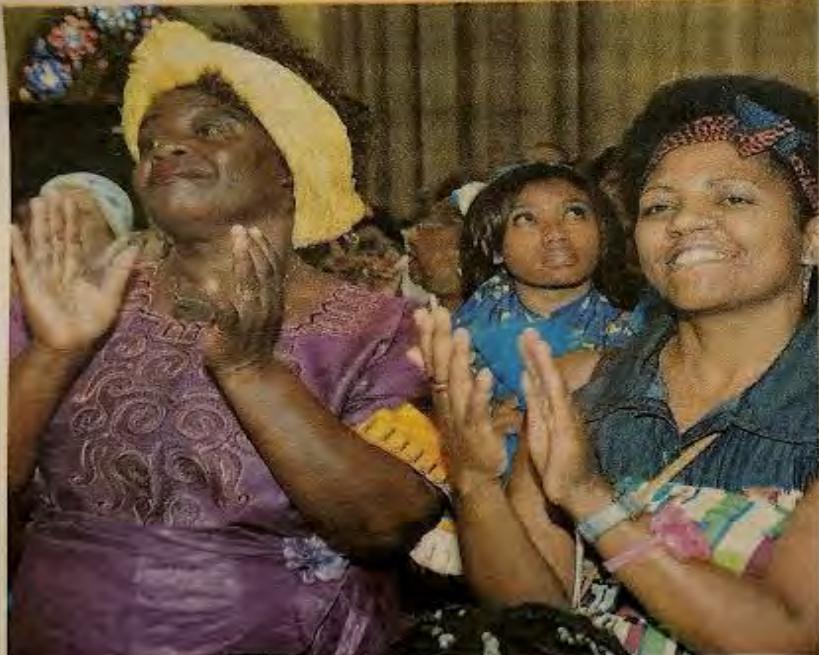
ONU institui medida contra racismo

Organismos e comunidades afro do país já se preparam para comemorar o Ano Internacional dos Descendentes de Africanos, proclamado pela ONU para vigorar em 2011.

A medida tem como objetivo reforçar o compromisso político das nações do mundo para erradicar a discriminação racial.

Página B2

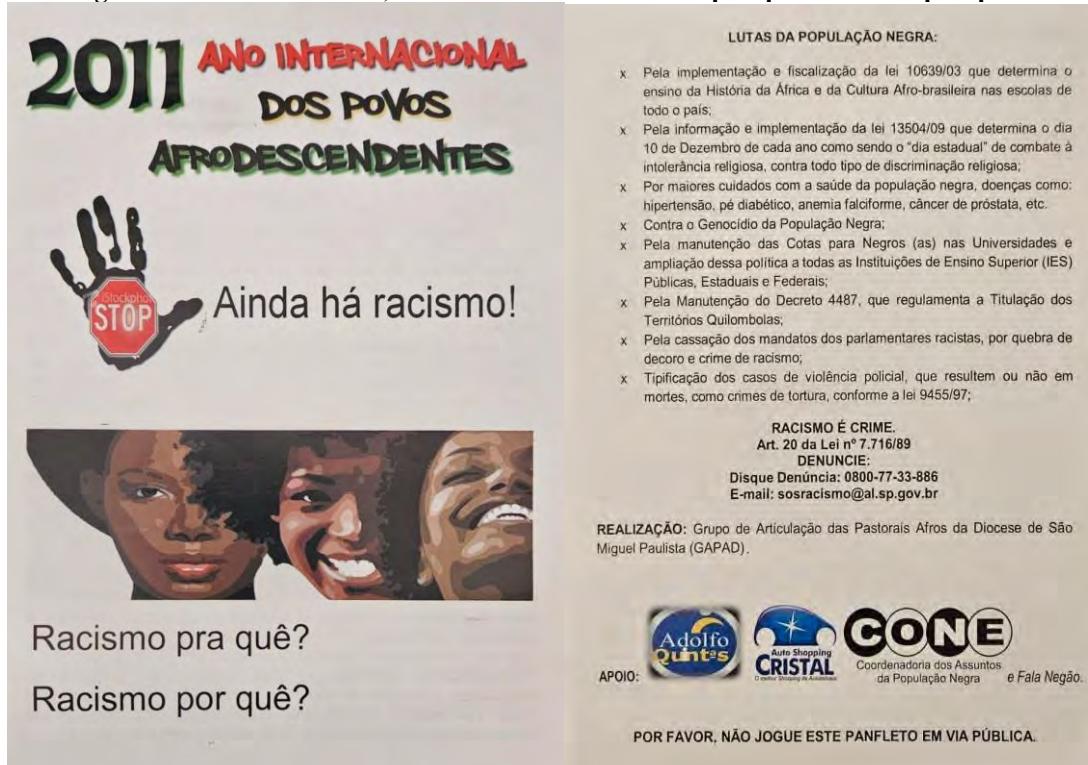
Luciney Martins/O SÃO PAULO



Comunidades afrodescendentes celebram Consciência Negra na Sé

Fonte: Arquivo pessoal – Jornal O São Paulo. Ano 55. nº 2832. p. B2 de 11 a 17, janeiro/2011

Figura 19 – Panfleto – Pare, ainda há racismo! Racismo pra quê? Racismo por quê?



Fonte: Arquivo GAPAD, cedido à pesquisadora.

Foto 20 – Vista da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=5680819075262848&set=t.100071495790335>

4.2 - Ubuntu - Irmandades e Pastorais unidas na luta contra a intolerância religiosa

Para a organização desse evento, ela contou com o auxílio de Dona Santinha e Isaltina, que se responsabilizaram pela mobilização das Pastorais Afro para a participação do evento e, junto a Dona Apparecida Amaral, organizaram a participação das Irmandades Negras.

O evento abriu o Revelando São Paulo⁶⁸ que é um festival criado pela Abaçai Cultura e Arte em parceria com o Governo do Estado de São Paulo. Nesse festival, participaram aproximadamente 300 grupos de cultura tradicional, que envolvem danças e música, como batuques, folias, jongos, congos, cururus, trança fitas, bandas e fanfarras, violeiros e orquestras de violas, fandangos, entre outros. Destaca-se também a participação de grupos folclóricos de comunidades de imigrantes, assim como a importante presença de povos originários, quilombolas e ciganos, sem deixar de lado, é claro, a presença das Irmandades Religiosas. Além disso, o evento abre espaço para a diversidade da culinária e artesanato paulista.

O evento Ubuntu teve participação no Revelando São Paulo em edições da capital e também do interior. Numa dessas edições, na cidade de Iguape, uma das diferenças entre Pastoral Afro e Irmandade Negra ficou muito aparente. Como já dissemos as Irmandades Negras têm um perfil de militância voltado mais para o social e as Pastorais Afro atuam dentro de uma perspectiva sociopolítica que engloba o legado das Irmandades Negras, das Comunidades Eclesiais de Base e dos Agentes de Pastoral Negro (APNs). Por causa dessas diferenças, ao decidirem sobre a liturgia da missa, ponto alto da parte litúrgica da festa em que todos os grupos estariam presentes, houve certo desconforto por parte de representantes do Conselho Nacional das Irmandades de São Benedito (CONISB) com a presença do atabaque entre os instrumentos utilizados pelo coral.

A mediadora dessa situação foi Dona Zulmira e junto de suas auxiliares, entre elas Santinha, Isaltina e a própria filha da Dona Zulmira. O discurso utilizado partiu da própria filosofia que deu origem ao nome do evento. Tal fato ficou marcado na memória da comunidade e, ainda que Dona Zulmira não esteja mais participando fisicamente dos festejos da comunidade afro-católica, a filosofia Ubuntu permanece como uma verdade entre os grupos.

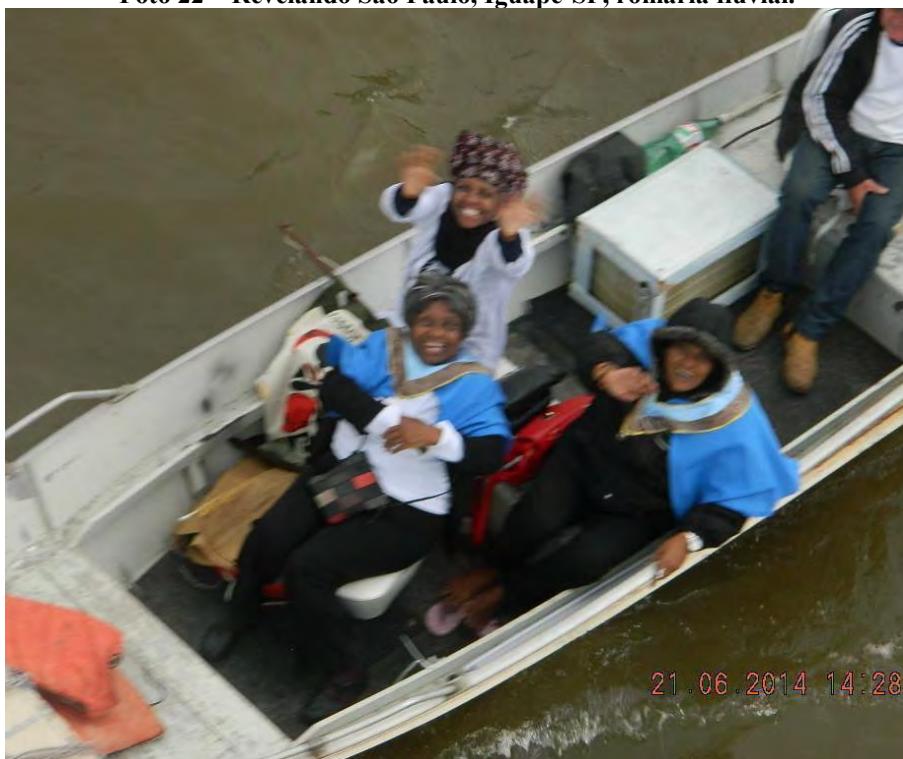
⁶⁸ Informações do portal do Festival: <https://revelandosp.com.br/>

Foto 21 – Evento Ubuntu Revelando São Paulo na cidade de Iguape-SP.



Fonte: Arquivo da família Malachias, cedido à pesquisadora (da esquerda para a direita: Rosangela Malachias, Zulmira Gomes Leite, Agenir Correa, Rei e Rainha Congo-São Paulo)

Foto 22 – Revelando São Paulo, Iguape-SP, romaria fluvial.



Fonte: Arquivo pessoal da família Malachias cedido à pesquisadora.
(Da esquerda para direita Simone Oliveira, Zulmira Gomes Leite)

Foto 23 – Integração dos grupos na Capela de Adoração a Nossa Senhora Peregrina no evento Revelando São Paulo, em 2014.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, Comunidade Cigana, Grupo Pérola Negra, PAB e Irmandade de Nossa Senhora Aparecida e São Benedito.

No ano de 2012, o evento Ubuntu abriu o Revelando São Paulo. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandu estimulou o encontro de outras Irmandades, Pastorais Afro, Reinados de Congo, Moçambique, Marujadas e Reisado. Todos saíram em procissão do Largo do Paissandú, centro da cidade de São Paulo, rumo ao Parque da Água Branca.

Dona Apparecida Amaral recorda que Dona Zulmira Gomes, juntamente com outras mulheres atuantes nos diversos grupos de resistência negra na Igreja Católica, realizaram várias e longas reuniões com todos os grupos. O único objetivo, naquele momento, era fortalecer e incentivar a presença conjunta de todos os grupos, no Festival Revelando São Paulo, que traria um novo ânimo, principalmente para as Irmandades Negras Religiosas. Dona Apparecida ainda acrescenta que a ideia do evento Ubuntu era de extrema relevância para a sociedade. As manifestações culturais e religiosas no estado de São Paulo necessitam ter maior visibilidade dos órgãos que atuam na preservação do patrimônio histórico material e imaterial. E a proposta iria contribuir para essa visibilidade e união dos grupos.

Dona Apparecida Amaral participa da Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos no Paissandú (figura 24), que é a terceira Irmandade mais antiga no Brasil, fundada em 1711.

Ela conta como por muito tempo resistiu em participar dessa Irmandade, todavia foi a militância e a fé que a levaram para lá.

Foto 24 – Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos do Paissandú



Fonte: Arquivo pessoal

Foto 25 – Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandú



Fonte: Arquivo Pessoal – Procissão - Festa em honra a São Benedito realizada pela Irmandade de São Benedito do Jaçanã, Setembro, 2017.

Ela diz que as Irmandades, antigamente, eram as grandes responsáveis pela propagação da doutrina católica, sem esquecer suas raízes e a filantropia social fizeram com

que afrodescendentes, obtivessem a dignidade negada pelo sistema escravagista. Entretanto, na atualidade, em muitas Irmandades ela percebe somente a primeira das ações, a propagação da fé nos santos negros. Segundo ela, a criação do evento Ubuntu, “eu sou porque nós somos”, proposto por sua amiga Zulmira vinha na direção do resgate da essência em ser “Irmandade”.

Figura 26 – Reportagem – Zulmira Gomes Leite e Maria Lúcia

06

Festival de Cultura Tradicional Paulista

UBUNTU – Encontro das Irmandades de...

“Nós estudamos a Revolução Francesa, a monarquia inglesa nas nossas escolas. É importante que se estude também a história e as culturas africanas porque pertencem à nossa cultura. Isto poderia diminuir o preconceito racial porque os negros e a cultura afro estão presentes em toda nossa história, não só como dominados e como parte da escravidão, mas de forma humana, rica em cultura e conhecimento.

Precisamos de ações que nos ajudem a superar as barreiras de 500 anos de história equivocada”.

Antônio Olinto

Maria Lúcia e Dona Zulmira da Irmandade de Lauzane Pta

da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos, do Paissandu, a 3ª mais antiga no Brasil (sua fundação é de 1711*), como catalisadora das demais em nosso estado. Catalisadora de nosso Reinado de Congos. O Rei Congo e a Rainha Conga de São Paulo, um Reinado Perpétuo, saíram do seio de nossa Irmandade tricentenária, e serão coroados aos pés da Senhora do Rosário no dia 23 de setembro, em seu templo no Paissandu. Serão solenemente acolhidos e aclamados por todos, em meio ao XV Encontro de Congos e Moçambique, no palco do Revelando São Paulo.

Causa espanto ao contemplarmos, em pleno sec. XXI, a vivacidade e complexidade das Irmandades Religiosas no Brasil, e dentre elas poucas alcançaram maior popularidade que as do Rosário.

As documentações mais antigas da devoção ao Rosário de que se tem conhecimento datam de 1478, e seu escopo, afora a devoção incondicionada à Senhora do Rosário, já estava expresso em sua própria denominação: “Irmandade de Confraria entre

Veradeiras comunidades fraternais, as associações religiosas constituíram-se na Baixa Idade Média (a partir do século XIII) como grupos que, além de cultivarem a devoção aos seus santos/oráculos, prestavam assistência material a seus associados. Assim é que o surgimento desses grupos religiosos era uma forma de reação contra a exclusão a que estavam submetidos no espaço urbano. E não foi diferente na cidade de São Paulo.

Neste momento nos voltamos para este importante patrimônio de nossa cultura em São Paulo: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandu. Patrimônio Imaterial da Cultura paulista. Da cultura brasileira. Um verdadeiro Quilombo Cultural no centro da cidade de São Paulo.

Portanto, Ubuntu!!!
Toninho Macedo

Fonte: Jornal dos Romeiros, Ano XV- N° 128, Dezembro, 2012, p. 06

Figura 27 – Reportagem – Maria Apparecida Amaral

Segundo o bispo sul-africano Desmond Tutu, ubuntu é a essência do ser humano: você não pode viver isoladamente, você não pode ser humano se é só. É isto, mas muito mais que isto: este termo corrente na África de tradição bántua é de uma enorme complexidade. Fácil de ser experimentalada, compreendida, mas difícil de ser explicada. Implica, em linhas gerais, na crença no compartilhamento que conecta toda a humanidade, o que equivale a reconhecer as relações como fator do crescimento humano. Para ser feliz é preciso viver em coletividade, em harmonia com quem está à sua volta. Com tudo que esteja à sua volta.

Desmond Tutu e Nelson Mandela, grandes responsáveis pela difusão deste conceito, explicam que uma pessoa com ubuntu está aberta e disponível aos outros, não preocupada em julgar os outros como bons ou maus, e tem consciência de que faz parte de algo maior e que é também diminuída quando seus semelhantes são diminuídos ou humilhados, torturados ou oprimidos.

Explicam a palavra é de origem bántua, e que o conceito ubuntu, assentando na máxima Zulu umuntu ngumuntu ngabantu (uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas), foca as alianças e relacionamentos das pessoas, umas com as outras. Define um indivíduo em termos de seus relacionamentos com os outros.

Assim a propagação desse estado de ubuntu é o que se busca com o encontro das Irmandades que acontece na abertura do Revelando. Mais do que um simples evento, a construção e propagação de uma outra forma de estar no mundo.

A denominação se deu em reunião das irmandades e simpatizantes, em que também ficou consignado o reconhecimento

Maria Aparecida Silva do Grupo Mariama

ção genérica, irmandade (parentesco entre irmãos, confraria, confraternidade), bem como sua função básica, irmanar (tornar irmão, igualar, igualar-se).

Constituídas, sobretudo, por leigos, tinham por escopo a propagação da doutrina e a filantropia social, como forma de promover integração e aceitação na sociedade, instituindo formas de solidariedade, principalmente frente à morte e à doença.

Momento de respeito e devoção

Imagen peregrina reverenciada durante missa

AS IRMANDADES MAIS ANTIGAS NO BRASIL:

- 1640 Rio de Janeiro - Fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário
- 1708 Em São João Del Rei (MG) - Fundação da Irmandade de N.S. do Rosário dos Homens Pretos
- 1711 Em São Paulo (SP) - Fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que existe até hoje por Irmandade da Senhora do Rosário dos Homens Pretos, do Paissandu

Fonte: Jornal dos Romeiros, Ano XV- N° 128, Dezembro, 2012, p. 06

Figura 28 – Reportagem – Zulmira Gomes Leite e Toninho Macedo

12

Festival de Cultura Tradicional Paulista

Jornal dos Romeiros

U'a mão no céu...

A paz se faz quando o céu encontra a terra, e a terra encontra o céu - Este é o momento planetário

“Faz tempo que os indivíduos e as coletividades sonham com a humanidade. A despeito das muitas adversidades, sonham com o céu, o paraíso, o elorado, o nirvana, a terra sem males, a região mais transparente, a utopia. São idéias, noções, sonhos e fantasias que se sucedem no curso dos tempos, das idades ou eras. Estavam na antiguidade dos povos, culturas e civilizações, em suas sabedorias e religiões; e continuam ressoando nos tempos modernos.”

Octávio Ianni (1)



Festa é a quadragésima quinta edição do Revelando São Paulo: 16 anos de um

da, não reconhecida. Daí a metáfora da revelação, que serviu de inspiração ao programa,

o caipira, o único a ser identificado isoladamente, com toda adjetivação preconceituosa.

No tangente ao caipira, até mesmo ao buscar-se explicar o étimo, optou-se, tantas vezes, à associação cômoda a uma corruptela de caipira, com intercorrência de curupira, indicando o diabo, entre os indígenas, ou um ente fantástico que, segundo a credicne popular, vive nas matas e tem os dedos dos pés voltados para trás e o calcanhar para frente.

Carlos Rodrigues Brandão, entre tantos que muito têm contribuído para a mudança desse foco, reforça a visão de Cornélio Pires, este caipira da cepa, lembrando que os caipiras nunca foram percebidos pelos viajantes estrangeiros como trabalhadores da terra e sim como vadios, sujos e preguiçosos, até bem pouco caracterizados como

Homens tidos sem instrução, sem cultura ou trato social, que não sabem vestir-se ou apresentar-se em público, canhestros, tímidos, desajeitados, sonhos... designados pela alcunha injuriosa de caipiras.

O mesmo podemos dizer dos nossos caícaras, os homens do litoral, que também já foram comparados a caranguejos a revolver a lama do mangue com suas patas, e nossos piracurás, os moradores das beiras de rio, estes nem percebidos minimamente.

Daí a mesma humilhação, daí a mesma

sem associações que favoreçam uma imagem errônea do seu modo de vida, da singularidade de suas relações, as interpessoais e com o mundo. Singularidade de suas diversas expressões culturais (a viola e as modas que ponteia, danças, culinária, religiosidade...). Singularidade na sinceridade, simplicidade e ingenuidade do caipira ao explicar e entender o mundo.

Que se diga o mesmo dos caícaras, e igualmente dos piracurás.

Hoje é possível perceber-se resultados desse esforço: está em curso a difusão de uma imagem diferente a partir da compreensão dos caícaras, piracurás e caícaras, como os homens da terra, profundamente envolvidos com o meio que lhes possibilita, e possibilita a nós todos. Que conversam com a Terra, que trabalham e vivem da terra.

Falamos do Revelando São Paulo. Entretanto, neste interstício, muito mais do que produzir feiras, festivais, e eventos, estes já bastante numerosos Brasil afora, temos no esforçado, nos entregado a perscrutar e a nos exercitarmos no trânsito entre o céu e a terra, entre o tangível e o intangível, entre a prosa e a poesia, entre a realidade imanente e a utopia.(2)

Sim, ao mesmo tempo em que nosso foco

Fonte: Jornal dos Romeiros, Ano XV- N° 128, Dezembro, 2012, p. 12

O Revelando São Paulo acontece entre a primavera e o verão, estações esperadas por muitos paulistas e paulistanos que têm o desejo de ver a cidade florida e iluminada, o que também ocorre na expectativa de receber o Festival da Cultura Tradicional Paulista.

É o encontro de toda a cultura paulista, local em que se derrubam estereótipos e desmistifica a imagem do caipira. –O caipira muitas vezes é representado como uma pessoa sem instrução, sem cultura ou trato social, que não sabe vestir-se ou apresentar-se em público, tímidos, desajeitados, sonhos... designados pela alcunha injuriosa de caipiras” (Ianni, 2022)⁶⁹.

Dona Apparecida Amaral, durante a entrevista para essa pesquisa sugere a realização de um encontro, em que outras mulheres tivessem a mesma oportunidade, concedida a ela, naquele momento: contar sua história e compartilhar inquietações de sua trajetória.

Recordo então, que outras vozes chegaram aos meus ouvidos com o mesmo pedido. Ananse tecia ali novos entrelaçamentos. Foi mesmo Dona Apparecida Amaral, quem sugeriu e se propôs a convidar algumas mulheres, as quais antes mesmo do período de pandemia haviam esmorecido em suas lutas. Uma delas foi a Rainha do Congo Paulista (figura 29). Não a encontramos para a realização da edição do encontro (figura 31) que aconteceu na Paróquia

⁶⁹ Trecho da reportagem da Figura 28. O reencantamento do mundo, Ianni, O - in: A arte e identidade cultural na construção de um mundo solidário, Publicação Pólis, 41 – São Paulo, 2002.

Nossa Senhora da Conceição – Santa Ifigênia, em outubro de 2023. Dona Apparecida não pôde comparecer. Mas pediu que não adiasse o encontro marcado, pois era urgente resgatar vozes que ecoam e fortalecem as lutas cotidianas.

Figura 29 – Rainha e Rei Congo – Revelando São Paulo/2012



Fonte: Jornal dos Romeiros, Ano XV- N° 128, Dezembro, 2012, p. 20.

Figura 30 – Congadas e Irmandades – Abertura do Revelando São Paulo (Ubuntu)



Fonte: Jornal dos Romeiros, Ano XV- N° 128, Dezembro, 2012, p. 24.

Figura 31 – Convite Re-encontro de Mulheres Negras



Foto 32 – Reencontro de Mulheres Negras - Igreja Santa Ifigênia



Fonte: Arquivo da pesquisadora – Bernadete da Silva, Simone Oliveira, Cleide Aparecida Vitorino, Ir. Linda Araujo, Sandra Aparecida dos Santos, Maria Aparecida de Paula Leôncio, Isaltina Farias Barbosa, Maria Edna Marinho da Silva e Maria José Moreira de Sousa

Foto 33 – Anciãs da PAB



Fonte: Arquivo pessoal Dona Maria Edna (PAB Par. São Sebastião/Grupo Zumbi) e Ir. Lindaura Araujo

4.3 – F z R ” - Negras vozes tecendo novas histórias na Educação Formal

Refrão: Fazei ressoar a Palavra de Deus em todo lugar.

1- Na cultura, na história, vamos expressar,
levando a Palavra de Deus em todo lugar.
Vamos lá!

2- Com o negro e com o índio⁷⁰, vamos louvar
e, com toda a comunidade, vamos festear.
Vamos lá!

3- Juventude caminho aberto, vamos construir
fraternidade, renovação, vamos transmitir.
Vamos lá!

4-Na cultura popular, vamos catequizar,
celebrando fé e vida em todo lugar.
Vamos lá!

5-Com o pandeiro e com a viola, vamos cantar,
animando a nossa luta em todo lugar.
Vamos lá!

⁷⁰ Atualmente a palavra é alterada por indígena ou povos originários (Lei 14.402 de 2022) dependendo do tom, que cada músico ou banda aplica à música, cantada muitas vezes no ritmo do baião.

6-O Evangelho é a Palavra que Deus Pai
proclamou.
Só Ele é o Caminho, Verdade, Vida e Amor.
Vamos lá! (Ir. Maria José Ferreira)⁷¹

Esse cântico permeia os encontros e celebrações dos grupos de Pastoral e Irmandades, entretanto nem sempre ele é cantado na íntegra.

Pode-se encontrar grupos que alternem ou suprimam versos, assim como se encontra variações da letra do canto, como, por exemplo, a troca da primeira estrofe: –Na cultura, na história, vamos expressar levando a palavra de Deus em todo lugar...” por –Na cultura, na escola, vamos expressar, com fé e dignidade, em todo lugar...”. Outras vezes existe a supressão de algumas estrofes. Tais escolhas dependem do local em que acontece o encontro ou celebração. Na maioria das vezes, o canto é entoado no momento da Entrada da Palavra ou Entrada da Bíblia, todavia os movimentos de resistência negra, ao entoar este canto desejam, com toda força, que seja retomado os propósitos da Teologia da Libertação: fazer ressoar a luta por direitos e dignidade dos mais pobres, dos negros, indígenas, mulheres e crianças.

Para fazer ressoar o desejo de emancipação dos saberes, nossas personagens transgridem os limites da ação pastoral e encontram caminhos para a ampliação de uma ação educativa que culmine na eliminação do racismo, fazendo dos seus espaços de atuação, espaços de transmissão do saber por meio da educação informal.

Gohn (2006) informa que a educação formal é aquela que é institucionalizada, regida por leis e metodicamente organizada. Sua estruturação segue um currículo, divide-se em áreas de conhecimento e segue leis e regras. Já a educação promovida no contato com as histórias de vida, pode ser entendida como uma educação informal e, dentro das proposituras de eventos voltados para a Educação com parceiras de instituições privadas ou governamentais, podemos dizer que está classificada como educação não formal, seguindo o raciocínio de Gohn:

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende —no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas (Gohn, 2006, p. 28).

⁷¹ Letra e Música da religiosa Ir. Maria José Ferreira.

Ações como as promovidas por Dona Santinha Santos de Oliveira, Aparecida Ananias, Magnólia Sousa Santos, Isaltina Farias Barbosa, Zulmira Gomes Leite, Layla Tosta, Apparecida Amaral e Cleide Vitorino atendem diretamente aos eixos do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para as Relações Étnico-Raciais e para ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasília, 2004): fortalecimento do marco Legal; política de formação para gestores e profissionais de educação; política de material didático e paradidático; gestão democrática e mecanismos de participação.

Dona Zulmira realizou diversas oficinas nos CEUs (Centros de Educação Unificada da Secretaria de Educação do Município de São Paulo) junto ao Projeto Africanidades⁷² da Coordenadoria Especial de Assuntos da População Negra, órgão da Secretaria Municipal de Participação e Parceria de São Paulo.

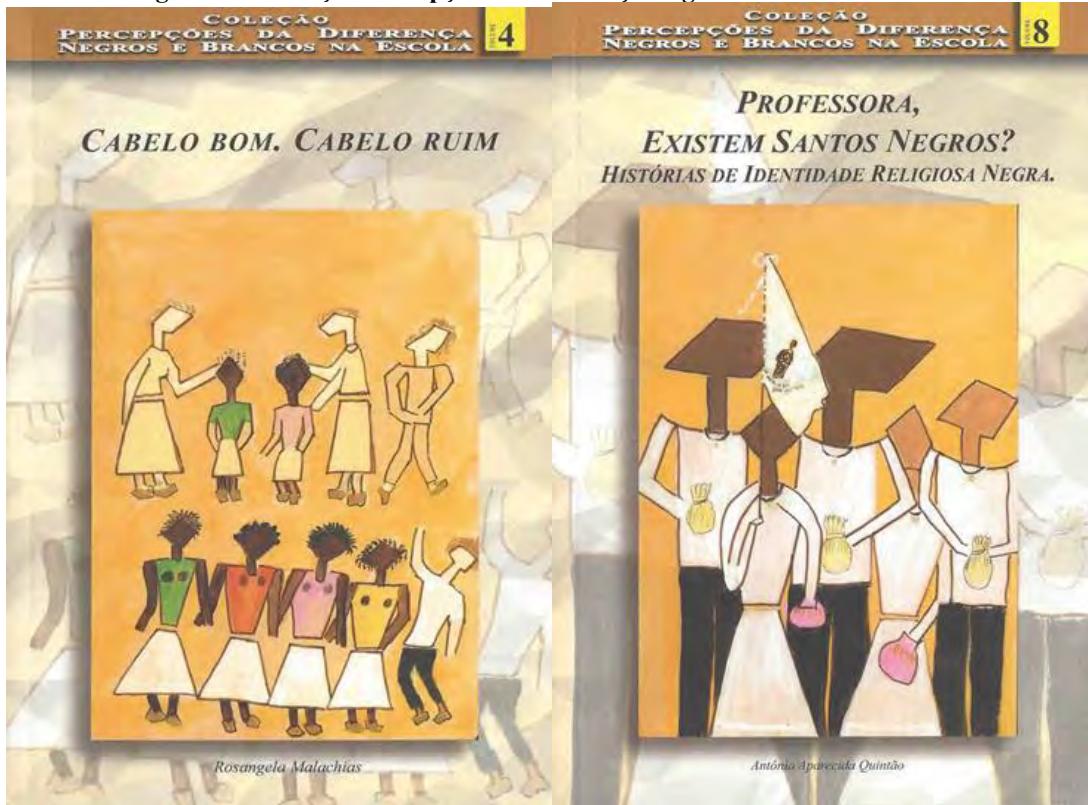
A artista participou de comissões e grupos de trabalho em escolas, universidades e secretarias de ensino e incentivou muitas e muitos a serem atores na promoção de um projeto político pedagógico que construa uma educação voltada ao exercício da cidadania e ao combate ao racismo.

Essas mulheres dentro ou fora das comunidades escolares sensibilizam e impulsionam novos corpos a colaborarem com a implementação das DCNs das relações étnico-raciais em seus territórios.

A artista plástica Zul + foi escolhida como ilustradora das capas da Coleção Percepções da Diferença Negros e Brancos na Escola (figura 34), realizada por pesquisadores e pesquisadoras do NEINB-USP (Núcleo de Apoio à Pesquisa e Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro da Universidade de São Paulo). Ao todo, Dona Zulmira Gomes Leite produziu dez capas diferentes.

⁷² Disponível em: <https://zulmirazulmais.wordpress.com/2015/07/24/zulmira-gomes-leite-zul-biografia/> Acesso em: 27 jan 2024

Figura 34 – Coleção Percepções da Diferença Negros e Brancos na Escola



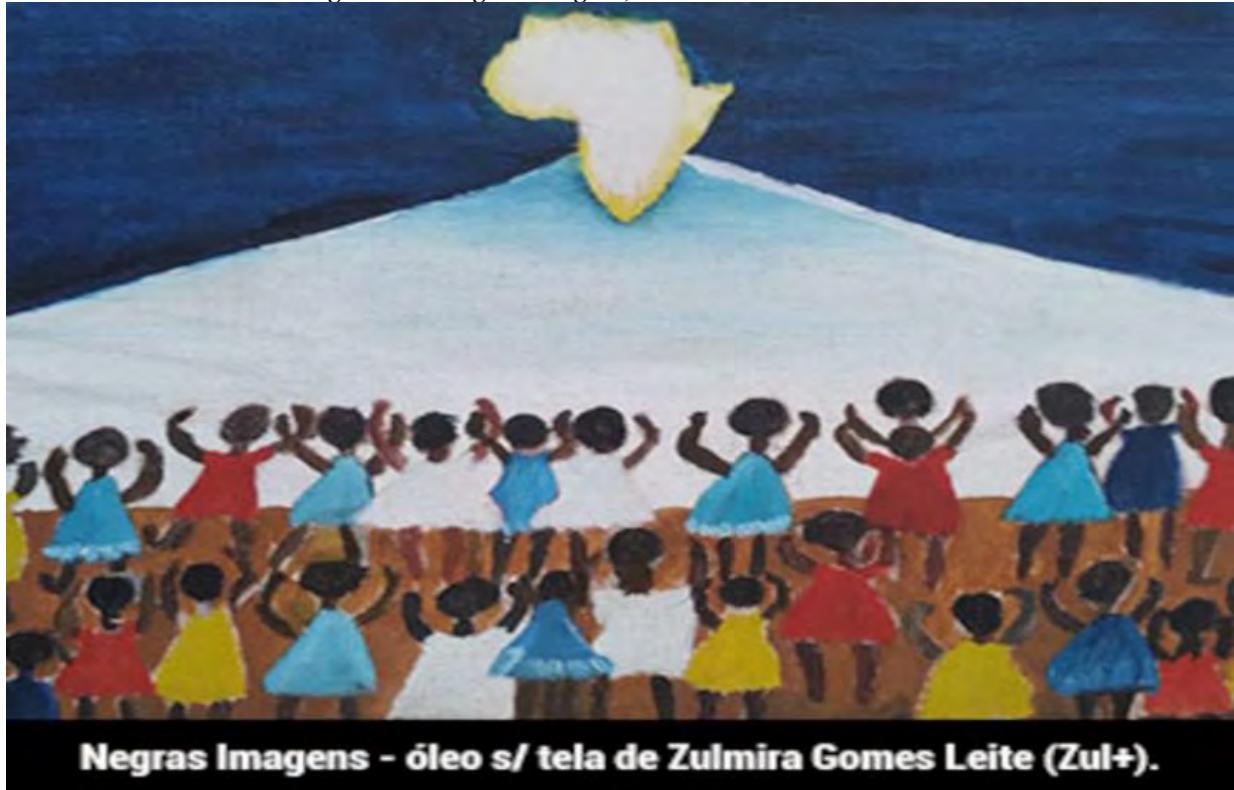
Fonte: <https://zulmirazulmais.wordpress.com/2015/07/24/ilustracoes/#jp-carousel-230>

A partilha da trajetória de vida de nossas protagonistas com a comunidade oportuniza o contato com saberes emancipatórios impressos em suas narrativas. Ainda que tais mulheres não tenham avançado dentro da perspectiva da educação formal, não significa que elas não sejam dotadas de conhecimento suficiente para ser conferido a elas o grau de intelectuais. Com base no pensamento de que o intelectual elabora as ideias numa vital relação com a cultura política mais ampla, o que lhe transgride os limites impostos por uma sociedade patriarcal e sexista (hooks, 1995, p. 468).

A tela “Negras Imagens”, de Zul+ (figura 35), que apresento enquanto exemplo vivo dessa criação transgressora, foi escolhida como logo do Núcleo de Pesquisas sobre Mulheres Negras, Cultura Visual, Política e Educomunicação em Periferias Urbanas – Afrodiáspora⁷³, fundado em 2016, três anos antes do falecimento de Zul+. A imagem mostra crianças com roupas coloridas vislumbrando o futuro, representado pelo mapa da África, que irradia luz sobre as crianças” (Malachias, 2022).

⁷³ O grupo de pesquisa foi idealizado e criado pela filha de Dona Zulmira Gomes Leite, do qual a autora desta pesquisa é membro. Para saber mais sobre o Afrodiáspora, acesse: <http://www.promovide.febf.uerj.br/projeto-afrodiasporas.html>

Figura 35 – Negras Imagens, 1999-2000 - óleo em tela.



Fonte: <http://www.promovide.febf.uerj.br/projeto-afrodiásporas.html>

São muitos os corpos que tecem essa teia. O “fio-ação de Ananse”, como Zélia Amador de Deus (2022) nos apresenta: o movimento negro brasileiro. E aqui trago a ação dessas oito mulheres, que como Ananse foram tecendo teias e contribuíram com a ampliação do movimento de resistência negra na Igreja Católica. Suas ações desvendam os olhos da sociedade e da Igreja, fazendo-as enxergar suas próprias mazelas. Layla conta que o maior presente ao participar do CONENC - Duque de Caxias/RJ foi estar numa relação igualitária com os padres e bispos. Ela revela que a Igreja ainda rechaça a entrada de seminaristas negros e quando isso ocorre pouco é trabalhado sobre as relações étnico-raciais dentro e fora da Igreja.

Essa mulher preta retinta foi tolhida na escola, em sua infância, por que tinha sede de saber, o que, para uma sociedade patriarcal, não é atitude a ser incentivada em uma menina como ela. No entanto, isso não foi impeditivo para que Layla ingressasse em uma universidade pública, na qual cursou Licenciatura em Física e Mestrado em Educação. Outra questão importante que Layla Tosta vai trazer são suas experiências dentro da escola, e sobre sua entrada no mundo acadêmico.

A representatividadeposta na vida e ação das mulheres que integram o movimento de resistência negra na Igreja Católica, no invoca refazer o desenho da história intelectual de

mulheres negras e neste considerar a produção de alternativas epistemológicas que possibilitam expandir as formas de ver, interpretar e pesquisar a história de grupos subalternizados (Xavier, 2022, p. 361).

Numa perspectiva historiográfica dentro e fora da universidade a ação dessas mulheres, que integram o movimento de resistência negra, abre a espaço para verificação de novas agendas e subjetividades, assim como garante à população o direito de conhecer outras histórias, outros pontos de vista no que se refere a formação de identidades individuais, coletivas e nacionais (Xavier, 2022).

Minha paixão é a Física. Eu, eu e minha amiga do Novo Mundo estudamos com uma professora negra, né? Professora de Física, isso foi por um tempinho. A professora sofreu um acidente e ficou um tempo sem conseguir ir para o trabalho, né? E passamos o restante do período com um outro professor, no meio do terceiro ano, a gente falou para ele que íamos prestar vestibular para Física. Ele falou que Física não era para mulher. Ele estava substituindo uma professora de Física, formada pela UFRJ e o cara nem se deu conta disso. Queríamos entrar na área, mas ele impulsionou ainda mais, porque era um ponto de honra. Eu fui para a UERJ e minha amiga para a UFRN. Hoje sou colega de rede da minha professora (Relato de Layla Tosta – Agosto de 2023).

O relato da nossa protagonista nos ajuda a perceber que desde a infância o corpo negro é desqualificado e silenciado. A bionografia de Layla nos apresenta com muita elucidação essas ações. Na infância, quando os professores de Layla Tosta se incomodam com a menina preta questionadora quanto na juventude a tentativa de impedir que ela e a amiga, também negra, adentrem espaços reservados à uma elite não negra. Dentro das trajetórias de cada uma das protagonistas apresentadas neste estudo é possível perceber quais corpos são subalternizados na sociedade brasileira. Dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) demonstram que, embora os movimentos sociais tenham avançado em suas lutas e conquistas, o quadro da desigualdade social no Brasil revela que a desigualdade no Brasil tem cor (figura 36).

Dona Apparecida Amaral vai estudar piano por insistência de Dona Maria das Dores, sua mãe. É provável que essa costureira da alta-costura, em contato com a elite paulistana, vislumbrava na arte um diferencial para a ascensão financeira e social de sua única filha. Postergou a Educação Básica e priorizou a formação por meio da arte. O estudo do piano, para essa mãe solo, projetaria uma situação mais estável para sua menina, do que a costura proporcionou para ambas. Nossa protagonista, em sua militância, procurou levar

conhecimento e conscientização para seus pares. Sua ferramenta foi sua arte e com ela fez a luta por mais espaço, cultura e educação para a população negra.

Figura 36 – Gráfico Presença Desigual

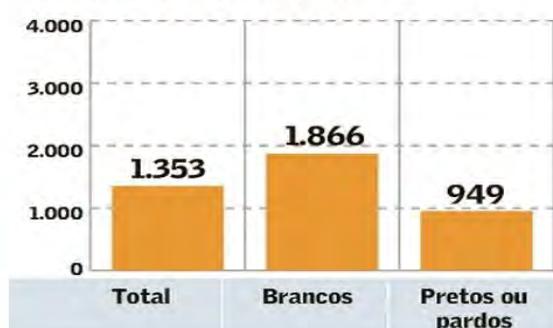
Presença desigual

Participação no mercado de trabalho no Brasil, por cor ou raça*

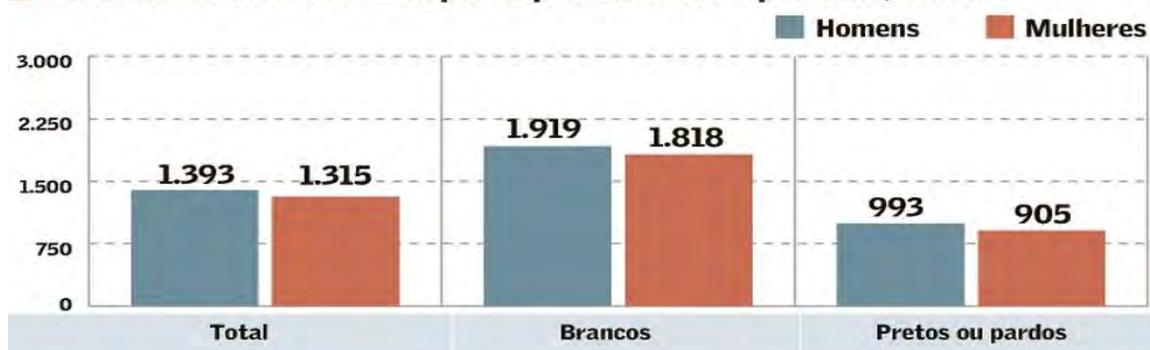
Rendimento médio habitual do trabalho**, em R\$



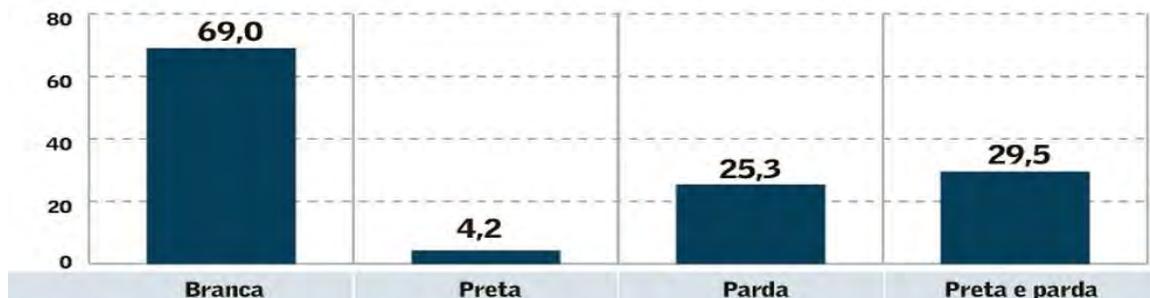
Rendimento médio mensal per capita domiciliar, em R\$



Rendimento médio mensal per capita domiciliar por sexo, em R\$



Participação em cargos gerenciais, em %



Fonte: IBGE, Pnad Contínua 2021; * pessoas acima de 14 anos; ** formal e informal, entre pessoas ocupadas com mais de 14 anos

Fonte: Revista Valor Econômico⁷⁴

⁷⁴ Disponível em: <https://images.app.goo.gl/TfmDDfu55zbeUVZL9> Acesso em: 31 jan 2024.

Figura 37– Bloco Unidos da Melhoridade

Fonte: Arquivo Dona Apparecida Amaral (cedido à pesquisadora)
Jornal da 3º Idade, fevereiro de 2011, p.10

Dona Apparecida Amaral, que chamo aqui carinhosamente de dona Cida Maestra, depois de ter levado o Coral do Grupo Mariama para concorrer em diversos concursos e participar em muitos concertos, enxerga em suas andanças e parcerias mais uma oportunidade de criar um espaço de valorização e representatividade para os negros mais idosos. Apesar da luta com a família, visto que sua idade já avançava, mas o corpo e a mente de Dona Cida Maestra não entendem que possam existir limitações quando o assunto é a conquista da dignidade e dos direitos da população negra. Primeiro ela e mestre Zuza do GRCES Vai Vai iniciam uma escola de ritmistas idosos e posteriormente chega a bateria da Melhoridade, que ensaia toda semana no Vale do Anhangabaú, mais especificamente no Centro de Referência da Cidadania do Idoso (CRECI). O Bloco Unidos da Melhoridade teve sua primeira apresentação na extinta Pholianafaria, que acontecia na Av. Brigadeiro Faria Lima, parte nobre da cidade de São Paulo, depois passou a desfilar na Pholia na Luz e, em 2023, desfilou ao lado da estação de metrô Tamanduateí, na região do Ipiranga.

Figura 38 – Do piano ao Surdo de terceira

Dona Cida uma veterana de muitos carnavais incentivou a criação da Bateria da 3^a Idade

Maria Apparecida da Silva, uma das fundadoras do Grupo Mariama, tem 83 anos e é uma das mais respeitadas veteranas do carnaval paulista. Ela participa há mais de 20 anos de alas de baianas de escolas de sam-

ba: por 10 anos desfilou na Gaviões da Fiel, por 10 anos na Mocidade Alegre, até se apaixonar de vez pela Vai Vai.

“Eu sempre tive vontade de participar de uma bateria, mas quase sempre é uma ala para os mais jovens, por isso fiquei feliz ao surgir à oportunidade, em 2008, de criarmos uma Bateria da Terceira Idade”, conta Dona Cida, como é conhecida por todos.

O desafio foi convencer a família de que apesar do peso do instrumento e do esforço de participar, a alegria compensa. Ela passou por um rodízio de instrumentos e se adaptou melhor ao rebolo, um surdo de terceira, como se diz no jargão carnavalesco.

Dona Cida foi quem intermediou o apoio da Vai Vai para ela ajudar a criar a Bateria.



10

Fonte: Arquivo Dona Apparecida Amaral (cedido à pesquisadora)
Jornal da 3º Idade, fevereiro de 2011, p.10

Divulgar a história de vida dessas personagens e apresentar o impacto de suas ações nos seus territórios de atuação é garantir que a história da sociedade brasileira seja revista e divulgada de outra maneira.

A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política. O racismo, segundo o Artigo 5º da Constituição Brasileira, é crime inafiançável e isso se aplica a todos os cidadãos e instituições, inclusive, à escola (Brasília, 2004).

Dona Cida Maestra mostra a preocupação com o acesso à brincadeira e o cerceamento da população quanto à ocupação da rua enquanto lugar de socialização e produção de arte e cultura.

Tive uma infância interessante. Eu tive uma infância muito grande, porque eu brinquei muito. A gente brincava na rua, porque naquele tempo a rua era livre, não passava automóvel, não tinha nada. Passava um ou outro carro, mas a gente brincava, nós meninas brincávamos com os meninos também. Era assim uma turma. Chegava a noite, né, depois de jantar assim daí nós íamos brincar. De tudo a gente brincava, era mãe da rua, pula corda...nós brincavámos de tudo. Eu brinquei muito, muito! Eu tive infância! Eu acho que isso ajuda muito no crescimento, na vida da gente.... Mais tarde, quando

se é jovem assim a gente não percebe, mas quando nós chegamos, assim, nos pegamos com mais idade é que a gente vê o quanto aquilo foi bom, para sua vida. Eu acho assim que as crianças hoje não têm infância. Eu vejo assim, pode ser que eu esteja errada. Mas para mim foi muito boa a infância. Me deu muita vida (Relato de Apparecida Amaral – Maio de 2023).

Dona Santinha Santos de Oliveira, quando inicia um Gritinho de Carnaval para os pequenos de seu bairro, provoca a discussão sobre o acesso à rua, o direito à segurança pública e ainda questiona o espaço de lazer entregue à comunidade pelo poder público. Insistência e sabedoria, dois ingredientes que Dona Santinha soube dosar por aproximadamente dez anos, até que, em 2019, a então Deputada Leci Brandão apoiou a ideia da criação de um bloco carnavalesco, amadrinhando o Bloco Santinha é a Mãe.

Foto 39 – Festa de Amadrinhamento do Bloco Santinha é a Mãe



Fonte: Acervo pessoal (da esquerda para a direita - Selma Casemiro, Santinha Santos de Oliveira, Angela, Leci Brandão, Cleusa)

O desfile pelas ruas do bairro é um manifesto e declaração de agradecimento às mulheres negras, que foram e são alicerces para a sociedade brasileira. Quando bate o tambor, chegam os devotos dos santos, os filhos de santos e o quintal da casa dessa senhora se estende para a rua que se transforma num grande terreiro de afeto e samba. Faz-se um espaço em que há o acolhimento das rodas de conversas, em que os mais velhos trocam saberes com os mais

novos. E a história do bairro vai sendo revelada, preservada e valorizada na interação da diversidade local.

Foto 40 – Bloco Santinha é a Mãe, nas ruas da Vila Nhocuné



Fonte: Arquivo pessoal

Foto 41– Família Bloco Santinha é a Mãe



Fonte: Arquivo pessoal

Conforme o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP n. 03/2004), a formação da pessoa deve dar subsídios para que haja compreensão da dinâmica sociocultural da sociedade brasileira, –visando a construção de representações sociais positivas que encarem as diferentes origens culturais de nossa população como um valor” (Brasil, 2004).

O eixos do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História da Cultura Afro-brasileira e Africana, (Brasil, 2004) – 1. Política de formação inicial e continuada; 2. Gestão democrática e mecanismos de participação social – foram a base para a elaboração de grande parte das atividades do GAPAD, principalmente no ano de 2023. Citarei três que seguem a perspectiva da biointeração de Santos (2005) e são exemplos a serem seguidos: a visita ao Quilombo da Farinha, ao Quilombo Cafundó e a Conferência sobre Educação Antirracista com Educadores e Educadoras da Zona Leste, SP.

Foto 42 – Visita ao Quilombo da Fazenda



Fonte: Arquivo GAPAD, cedido à pesquisadora – maio 2017

Em 2017 uma das ações do GAPAD foi realizar uma visita ao Quilombo da Fazenda. Um ônibus com 48 pessoas, grande parte educadores, parte para Ubatuba. Durante a visita, o líder quilombola José Vieira (1938-2021), conhecido como Sr. Zé Pedro, fez uma roda de histórias (figura 43), para apresentar a história de sua vida e a história do Quilombo da Fazenda, que após a fazenda ser abandonada, a roda d'água e engenho de cana, feitos de ferro fundido importado da Inglaterra, foram reformados para abrigar uma casa de farinha, construída na década de 1950.

A visita ao Quilombo Cafundó levou um grupo de quarenta e quatro pessoas, entre elas lideranças comunitárias, educadores e alunos do MOVA. O quilombo está situado na cidade de Salto do Pirapora, em São Paulo. O lugar vive do Agroturismo, produção de

hortaliças, polinização de abelhas, artesanato e, em especial, da confecção de Abayomis⁷⁵. Com a exposição sobre a prática do quilombo em preservar a língua falada (Cupópia) entre as vinte e quatro famílias que vivem lá, uma das educadoras presentes indignou-se ao perceber que os quilombolas não se preocupavam com catalogação ou registro escrito da língua. A sua preocupação passa pela presença de sua formação básica e acadêmica, pois todo o processo de ensino no Brasil está pautado no modelo ocidental. Preocupar-se em manter a transmissão do conhecimento por meio da oralidade é, como traz o quilombola Nego Bispo, assumir o “saber orgânico” e assumir um pensamento contra-colonial.

Foto 43 – Sr. Zé Pedro faz roda de contação de histórias



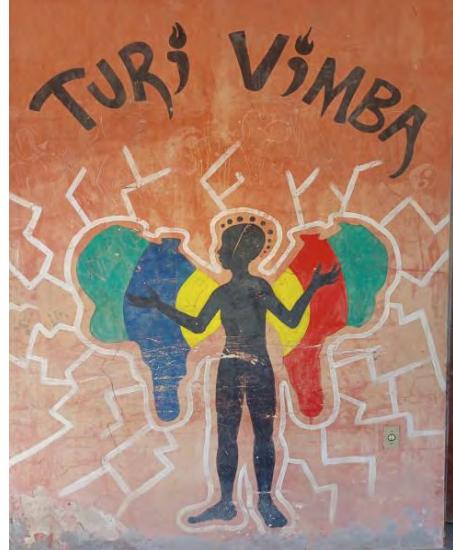
Fonte: Arquivo GAPAD - cedido à pesquisadora

No Quilombo do Cafundó todas as crianças em idade escolar e os jovens frequentam a escola, os outros que já concluíram o ensino superior, o fizeram dentro da área de interesse de cada família. Na fachada da sede comunitária do Cafundó encontra-se o desenho de uma pessoa negra, ladeada por duas cabeças coloridas para as quais flui, de cada lado da figura humana, um brilho dourado em forma de cone, como se fossem asas de luz e sobre o desenho há a inscrição Turi Vimba, escrita em cupópia, que significa “terra de negros” (figura 44). O

⁷⁵ A Boneca Abayomi é símbolo de força, resistência e poder feminino, contribui para o fortalecimento dos afrodescendentes, para eliminação do racismo e para a divulgação da cultura afro-brasileira. Para acalentar seus filhos durante as terríveis viagens a bordo dos navios que realizavam o transporte de escravos(as) entre a África e o Brasil, as mães africanas rasgavam retalhos de suas saias e a partir deles criavam pequenas bonecas que serviam de amuleto de proteção. Estas bonecas são confeccionadas com tiras de tecidos pretos, suas vestes e turbantes com tecidos coloridos, não é usada cola, linhas ou agulhas, apenas com nós ou tranças. A palavra Abayomi do Iorubá significa aquele que traz “felicidade e alegria” (Geledés, 2015).

quilombo existe, segundo os dados oficiais, desde o ano de 1988. O casal Joaquim Congo e Dona Ricarda são as lideranças do local.

Figura 44 – Pintura na parede - Turi Vimba



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 45 – Baobá de 15 anos – Quilombo do Cafundó



Fonte: Arquivo pessoal

Incentivado pelas professoras e pesquisadores que integram o GAPAD, o padre Jalmir Matias apoiou a criação de uma conferência sobre as relações étnico-raciais voltada aos docentes da região de São Miguel Paulista.

A realização dessa atividade foi fomentada por muitos anos e gestada por quase seis meses. Tal preparo foi necessário para que o grupo estivesse alinhado em seus objetivos e preparado para conversar com as Secretarias de Ensino Municipal e Estadual, assim como com as respectivas diretorias e escolas; tudo isso para garantir que o encontro tivesse participação mínima, pois a data encontrada para o evento caiu num sábado, dia de folga dos professores, mas de muito trabalho para os grupos que atuam em movimentos sociais.

A justificativa da presença de um grupo de articuladores da Pastoral Afro-brasileira chamar as escolas para esse momento não poderia ser outra se não apresentar a necessidade de uma educação antirracista, não só para dentro das Pastorais, mas também evidenciar a necessidade de apoiar a educação formal na aplicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9.394/1996) que teve seus artigos 26º e 79º alterados pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Os objetivos apresentados foram:

- Questionar e provocar o corpo docente das Instituições de ensino formal quanto à aplicação de uma Educação Antirracista;
- Verificar como os professores estão colocando em prática a Lei de Diretrizes e Base, após a alteração pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, nas escolas;
- Contribuir com a desconstrução de visões homogêneas, preconceituosas, caricatas e estereotipadas sobre a população negra por meio de ações e narrativas;
- Fomentar experiências e iniciativas de preservação de memórias, expressões culturais e artísticas da população negra, das periferias, assentamentos, ocupações.

Foto 46 – Conferência sobre Educação Antirracista com Educadores da Zona Leste de SP



Fonte: Arquivo do Centro de Referência da Pastoral Afro Diocese de SMP

A conferência aconteceu em 19 de agosto de 2022, no SENAC São Miguel Paulista e teve a certificação da Universidade Zumbi dos Palmares. Os conferencistas eram da Universidade Federal do ABC, Universidade São Paulo (USP) e da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo. Tivemos 253 inscritos. A rede foi lançada. No encontro, ao invés de colher, contamos histórias. Com a participação de professores especialistas no assunto. O papo rendeu.

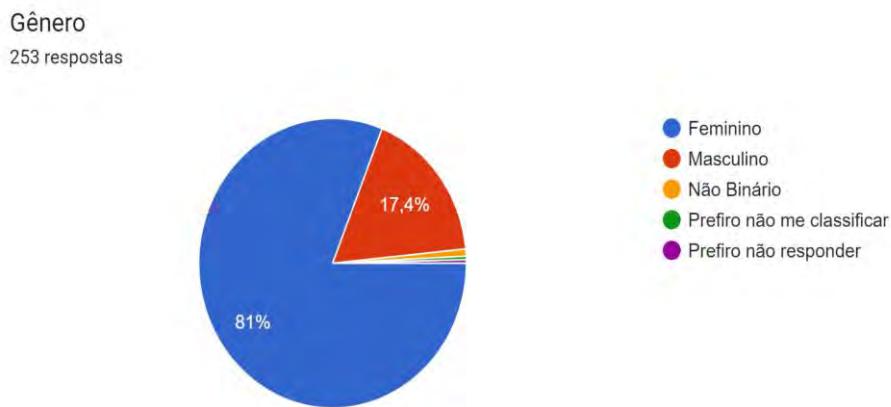
Foto 47 – Auditório-Conferência sobre Educação Antirracista com Educadores da Zona Leste de São Paulo (Auditório do SENAC - São Miguel Paulista)



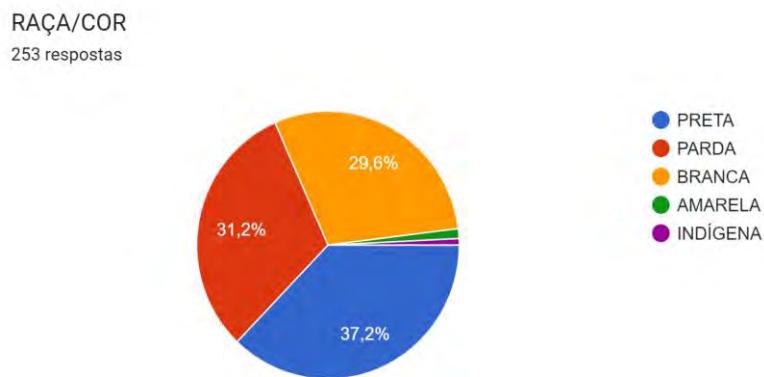
Fonte: Arquivo do Centro de Referência a Pastoral Afro da Diocese de SMP

Os dados coletados serviram de base para elaboração de novas propostas de trabalho junto às escolas da região, assim como foi importante para a integração comunidade escolar e movimentos sociais (gráficos 48, 49, 50).

A conferência aconteceu em 19 de agosto de 2022, no SENAC São Miguel Paulista e teve a certificação da Universidade Zumbi dos Palmares. Os conferencistas eram da Universidade Federal do ABC, Universidade São Paulo (USP) e da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo. Tivemos 253 inscritos. A rede foi lançada. No encontro, ao invés de colher, contamos histórias. Com a participação de professores especialistas no assunto. O papo rendeu.

Gráfico 48 – Gênero – Conferência Educação Antirracista

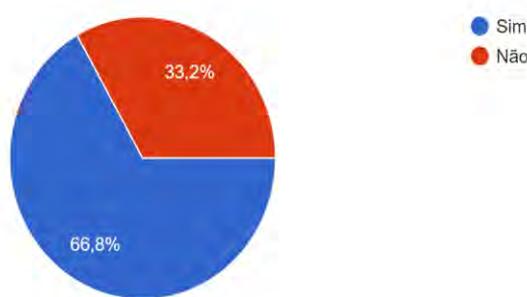
Fonte: Centro Referencial da Pastoral Afro da Diocese de São Miguel Paulista

Gráfico 49 – Raça/Cor – Conferência Educação Antirracista

Fonte: Centro Referencial da Pastoral Afro da Diocese de São Miguel Paulista

Gráfico 50 – Racismo na Escola – Conferência Educação Antirracista

Já viveu ou presenciou algum ato racista no ambiente escolar ?
253 respostas



Fonte: Centro Referencial da Pastoral Afro da Diocese de São Miguel Paulista

Abaixo deixamos alguns comentários trazidos, via formulário Google, durante o período de avaliação, que permaneceu aberto por cinco dias, para a manifestação dos participantes e colaboradores, referente à fala dos assessores:

● **Racismo Estrutural**

1. –A forma como aborda a simplificação do racismo estrutural, trazendo para nosso cotidiano seu real significado.”
2. –Ele pontuou sobre o desafio, como fazer com que a universidade não seja só para branco. Até porque a universidade é um espaço de formação, de saberes e o negro tem direito.”
3. –O sonhar poderá ser realizado e não podemos desistir de lutar e resgatar a nossa história.”
4. –Negros só são chamados para falar sobre o racismo, mas o racismo não é um problema do negro e sim da branquitude.”

● **Educação Étnico Racial na Instituição de Ensino Superior**

1. –O assessor conduziu a fala valorizando a presença da ancestralidade e dos valores culturais da sociedade africana e afro-diaspórica.”
2. –A escola tem sido um espaço de encurtamento das pessoas devido o mau uso das palavras.”
3. –Trazer as vivências pessoais.”
4. –Sua história pessoal, as questões sobre as lutas / pautas dos movimentos, currículo das universidades.”

● **20 anos da Lei 10.639/03: Práticas Pedagógicas Antirracistas na Educação Básica**

1. –Falou sobre a importância de valorizar as manifestações de cultura nos ambientes escolares, sobre a fala ser um meio de expressão das inquietudes do povo negro.”
2. –A "Turma do Fundão" é o quilombo da sala de aula, me identifiquei muito com essa fala dela.”
3. –Não sabia da existência da Lei por isso achei bacana saber da existência da mesma.”
4. –Achei que a Profa. glamourizou um pouco o "Fundão". Mas gostei da provocação, de que os estudantes têm demandas outras e que a rebeldia é expressão de vivacidade.”
5. –A fala mais prática e próxima da sala de aula que foi feita.”

Foto 51 – Equipe de Gestão e assessores da Conferência Educação Antirracista



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (da esquerda para direita: Magnólia Sousa, Yuri Motohashi, Dennis Oliveira, Isaltina Barbosa, Cosme, Renata, José Vicente, Rosana, Raquel Augusta, Jaqueline, Ana Regina Spinardi, Maiara Leôncio, Marlei Madalena, Simone Oliveira, Acácio Sidnei Almeida Santos, Vinicius Nascimento e Ir. Cleusa)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que os livros escondem
 As palavras ditas libertam,
 e não há quem ponha
 Um ponto final na história
 (Conceição Evaristo⁷⁶)

Esse foi o caminho que trilhei em busca da personalidade do movimento de resistência negra na Igreja Católica: buscar nas palavras ditas por nossas protagonistas – que revelam qual corpo e voz compõe o movimento de resistência negra na Igreja Católica –, aquilo que os livros escondem. Esse caminho me levou a passear em outros espaços e ao comprometimento de divulgar as vozes que fizeram a oralidade que habita em mim se enamorar da Oralitura escondida em meu corpo.

A tentativa foi de encontrar o corpo orgânico das Irmandades Negras Religiosas, que são bastante pesquisadas por antropólogos, historiadores e sociólogos. Para tanto, utilizamos essa vasta área de abrangência das pesquisas sobre os movimentos de resistência negra, principalmente das Irmandades Negras, que são centenárias.

Já a Pastoral Afro-Brasileira, frente às Irmandades, é uma bebê crescida, que conta com seus aproximados 40 anos. No entanto, quem são as pessoas que estão atuando nesses espaços? O que pensam e como chegaram aqui? Essas foram as minhas primeiras perguntas. Segui nesse percurso e estruturei meu pensamento de forma que necessitaria conhecer, primeiro a historiografia dos movimentos negros e de resistência atuantes na Igreja Católica passando então a encontrar as vozes e corpos atuantes, nesses espaços de luta. Conhecê-las significa compreender a construção de suas identidades interseccionais.

Impossível não considerar o período em que a pesquisa foi efetuada, em meio à pandemia de Covid-19 no Brasil. Nesse contexto é inegável dizer que os corpos se movimentaram e ampliaram suas possibilidades de atuação e até mesmo estratégias pedagógicas, para formação de seus integrantes, que passam muito tempo na organização e gestão de grandes festejos e atividades voltadas às relações étnico-raciais, dentro e fora da Igreja Católica.

Divulgados os corpos negros que compõem os movimentos de resistência negra na Igreja Católica, tanto as falas e referências das parcerias firmadas quanto as mulheres entrevistadas nos contam que esse é um ambiente majoritariamente mantido por mulheres e gerido por homens, ou seja, a Igreja Católica se mantém conservadora e patriarcal. Num

⁷⁶ Poema do Velho ao Jovem in **Negro em Versos** (2005)

ambiente em que o patriarcado impera, temos a força e a sabedoria das mulheres que utilizam de diversas estratégias para subverter a ordem imposta por séculos, entretanto isso não significa que as vozes delas sejam abafadas ou caladas. Elas sabem gritar e o barulho que fazem é grande e ressoa longe.

Essas mulheres nos mostraram que sua devoção aos santos e santas da Igreja Católica não as afastam de sua ancestralidade e enfatizam o respeito a outras denominações religiosas, quando não nos apontam sua dupla pertença. E essa estreita relação com as religiões de matriz africana, quando não é legado deixado por seus ancestrais, é marcado pelo reconhecimento, já na vida adulta, de sua ancestralidade.

Nesse sentido podemos voltar à pergunta: a ação dessas mulheres pode contribuir para permanência e continuidade dessas Instituições? A história de vida da protagonista mais nova indica que o estreitamento com o cotidiano dos movimentos de resistência negra e aproximação com seus integrantes, faz com que seja possível pensar que o movimento negro se manterá ainda presente na Igreja por longa data.

Primeiro porque a Igreja Católica tem um processo de mudança lento, como demonstra a presença das Irmandades Negras, dos Movimentos Sociais e do Movimento Negro. E depois podemos perceber pelo relato de cada uma delas o quanto ainda há de se fazer para acabar com os diversos tipos de racismo existentes na sociedade e dentro da própria Igreja.

As Irmandades Negras e a Pastoral Afro se configuraram como atores políticos que constroem, sistematizam e articulam saberes emancipatórios produzidos pela população negra ao longo da sua história social, política e religiosa.

São essas mulheres que auxiliam na luta contra a intolerância religiosa. A partir de suas histórias de vida apontam caminhos para a efetivação e acolhimento da Teologia Negra, que é fruto de suas lutas. Deixam escancaradas as cotas para não negros ingressarem nas instituições religiosas. Dentro do processo vocacional, mulheres negras já se deparam com o racismo e a exclusão devido à classe social. A dificuldade apresentada por Magnólia para se manter dentro dos conventos que passou causou adoecimento e revolta. Essa revolta se transforma em resistência que também a incentiva quebrar as amarras do patriarcado e a hegemonia do conservadorismo na Igreja Católica e a aproxima de sua ancestralidade, sem que ela perca a devoção aos santos negros.

As narrativas de nossas protagonistas são recheadas de estratégias para o combate ao racismo cotidiano, institucional e religioso. E com essas experiências apresentadas e relatadas nos aproximamos das escrevivências. Tendo em vista, que os princípios das Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos orienta a promover uma consciência política e histórica da diversidade, incentivar ações para o fortalecimento de identidades e direitos e promover ações educativas de combate ao racismo e a discriminações (Brasil, 2004), encontro em nossas personagens o meio mais propício para o incentivo e manutenção das manifestações religiosas e populares de nossa cultura.

Aqui o formato inicial seria apresentar a cultura africana e afro-brasileira por meio da literatura e realizar um encontro entre tradição oral e literatura. A oralitura me conduz para o encontro das escrevivências e como já dito o campo altera tudo. Elas me disseram como chegar na verificação da permanência dos grupos e foi então que as histórias de vida deram outro rumo à resposta.

Muitas histórias atravessaram meu caminho metodológico, sendo que muitas delas preencheram o vazio que minha veia intelectual necessitava para reconhecer que nem tudo necessita de validação pela escrita; o que papel não registra a voz fala.

Com isso passei a considerar e a entender como verdade que existem outras formas de transmissão e apreensão do conhecimento. Assim, exalto a oralidade como possibilidade de expansão de saberes ancestrais, residentes em corpos negros, que não estão dentro das Universidades e para dentro de seus territórios estão invisibilizados. O que considero trágico, pois apresentamos como esse corpo e voz evoca a oralidade, que tem estado em permanente “namoro” com a escrita.

Apresentar a história africana e afro-brasileira é possibilitar que novos protagonismos surjam. As histórias de vida das pessoas atuantes no movimento de resistência negra viabilizam a ressonante promoção do contato entre as lideranças negras e os mais novos, de um determinado território ou comunidade. Ação que pode abranger a educação formal e a educação não formal.

Estou convicta de que esta pesquisa não se esgota com a apresentação das personagens presentes neste texto. O caminho aqui foi entender, que nossas personagens produzem saberes orgânicos (Santos, 2005), e se configuram em seus espaços e para além deles como grandes intelectuais.

Suas histórias me fizeram compreender o quanto posso ser, e SOU, uma intelectual negra que permanece em constante aprendizado e emancipação, que agradece o empirismo calcado na solicitude de minhas anciãs e parceiras, que nos presentearam com sua voz. E essa deitada em papel, permaneça sendo ferramenta na luta por libertação de aprisionamentos hegemônicos.

APÊNDICES

1- Invocação à Mariama (Dom Hélder Câmara)

Mariama, Nossa Senhora, mãe de Cristo e Mãe dos homens!

Mariama, Mãe dos homens de todas as raças,

de todas as cores, de todos os cantos da Terra.

Pede ao teu filho que esta festa não termine aqui,

a marcha final vai ser linda de viver.

Mas é importante, Mariama,

que a Igreja de teu Filho não fique em palavra, não fique em aplauso.

Não basta pedir perdão pelos erros de ontem.

É preciso acertar o passo de hoje sem ligar ao que disserem.

Claro que dirão, Mariama, que é política, que é subversão.

É Evangelho de Cristo, Mariama. Claro que seremos intolerados.

Mariama, Mãe querida, problema de negro

acaba se ligando com todos os grandes problemas humanos.

Com todos os absurdos contra a humanidade,

com todas as injustiças e opressões.

Mariama, que se acabe,

mas se acabe mesmo a maldita fabricação de armas.

O mundo precisa fabricar é Paz. Basta de injustiça!

Basta de uns sem saber o que fazer com tanta terra

e milhões sem um palmo de terra onde morar.

Basta de alguns tendo que vomitar para comer mais

e 50 milhões morrendo de fome num só ano.

Basta de uns com empresas se derramando pelo mundo todo

e milhões sem um canto onde ganhar o pão de cada dia.

Mariama, Senhora Nossa, Mãe querida,

nem precisa ir tão longe, como no teu hino.

Nem precisa que os ricos saiam de mãos vazias

e os pobres de mãos cheias. Nem pobre nem rico.

Nada de escravo de hoje ser senhor de escravo de amanhã.

Basta de escravos. Um mundo sem senhor e sem escravos.

Um mundo de irmãos. De irmãos não só de nome e de mentira.
De irmãos de verdade, Mariama.

2 – Música - Ô aiê-aô (Música e letra de Frei Fabretti)

Ô aiê-aô! A mesa está pronta. O Senhor já me chamou. (2x)

Co‘a flor do trigo, co‘a flor do trigo

O Senhor me alimentou!

Com vinho santo (2x)

O Senhor me saciou!

1. Venha! Veja a obra de Deus, /seu amor nos
valeu / tanta coisa bonita! / Eu canto! Ah! Eu
canto! / É o louvor do meu povo / esse povo que
é santo.

2. Venha! Veja obra tão bela: / transformar mar
em terra/ pra meu povo passar. / Vitória! Ah!
Vitória! /É o cantar do meu povo, / que constrói
a história.

3. Venha! Veja as obras do Rei: / suas façanhas
direi/ ao meu povo que clama./ Justiça! Ah!
Justiça!/ É o clamor do meu povo,/ este povo
quer vida.

4. Venha! Traga bem na lembrança/ tantos
cantos e danças,/ tanto choro e sorriso/ Escuta!
Ah! Escuta!/ O clamor deste povo,/ povo pobre
que luta.

3 – Música - Foi Olorum

Refrão: Foi Olorum quem mandou

Celebrar nossa história

e festejar as vitórias,
conquistadas por quem lutando tombou

Povo negro, trazido de longe
 Escravo, a riqueza gerou
 Não aceitou a chibata
 Quilombo, liberdade de uma gente com valor

R f á : F O u qu u ...

Leis forjadas, grandes favorecidos,
 E o negro, foi pra periferia
 Sofrimento e muita resistência
 Nosso povo lutando pra chegar um novo dia

R f á : F O u qu u ...

Palmares, Canudos, Chiapas
 Grandes glórias e lutas da gente

Nosso sonho de liberdade
 construir nova história dos
 povos deste continente

R f á : F O u ...

Favelas, presídio, cortiço
 Senzala atuais do sistema
 Sem terra, sem teto e trabalho
 Cria novos quilombos,
 sem racismo, povo irmão.

R f á : F O u ...

4 – Música: Fazei ressoar (Letra e Música: Ir. Maria José Ferreira)

Refrão: Fazei ressoar a Palavra de Deus em todo lugar (2x)

1 – Na cultura, na história, vamos expressar, / levando a Palavra de Deus em todo lugar.

Vamos lá!

2 – Com o negro e com o índio, vamos louvar, / e com toda a comunidade vamos festejar.

Vamos lá!

3 – O Evangelho é a Palavra que Deus Pai proclamou. / Só Ele é o Caminho, Verdade, Vida e
 Amor. Vamos lá!

4 – Juventude, caminho aberto, vamos construir / fraternidade, renovação, vamos transmitir.

Vamos lá!

5 – Na cultura popular, vamos catequizar, / celebrando fé e vida em todo lugar. Vamos lá!

6 – Com o pandeiro e com a viola, vamos cantar, / animando a nossa luta em todo lugar.

Vamos lá!

5 – Música: Senhora Negra (Mariene de Castro)

Refrão: Senhora negra, Yá querida

Soberana quilombola, Mãe de Deus, Aparecida (bis)

1 – Preta pobre, Maria mãe Yayá

Fé em Deus nosso Pai vem ensinar (bis)

2 – Com seu filho Jesus vamos seguir

Seu quilombo Oxalá vai ressurgir (bis)

3 – Padroeira dos negros do Brasil

Olorum nosso Deus nos preferiu (bis)

4 – Na partilha do amor e do axé

Companheira, guerreira, mãe, mulher (bis)

5 – Irmã negra na luta e na cor

Peregrina, divina, Yaô (bis)

6 – No seu canto alegria dos pequenos

Anuncia feliz, nós já vencemos (bis)

FIGURAS

Figura 52 – Santinha Santos de Oliveira –concentração do Bloco Santinha é a Mãe (2022)



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Foto 53 – Pastoral Afro de Vila Nhocuné – Visita do padre Fidèle Katsan Fodagni Kokouvi ao Brasil



Fonte: Arquivo PAB de Vila Nhocuné - cedido à pesquisadora (da esquerda para direita Angela, Aparecida Ananias, Bianca Oliveira, Simone Oliveira, Antonieta, Wilson, Pe. Fidèle Katsan Fodagni Kokouvi, Agenir Correa, Nice, Santinha Oliveira, Alzenir Neves)

Foto 54 – Missa Afro – Entrada de Nossa Senhora - Par. Nossa Senhora Aparecida de Vila Nhocuné



Fonte: Arquivo PAB Vila Nhocuné – cedido à pesquisadora (da esquerda para direita, Dona Aparecida Ananias conduzindo a coroa e Agenir Correa conduzindo Nossa Senhora Aparecida)

**Foto 55 – Grupo Capoeira Almada Santos do Mestre Ananias
Encerramento da Missa Afro Par. Nossa Senhora Aparecida de Vila Nhocuné (1994)**



Fonte: Arquivo PAB Vila Nhocuné – cedido à pesquisadora

Foto 56 – Milharal do Herbário Aparecida Ananias Dofurê



Fonte: Arquivo da família Ananias (cedido à pesquisadora)

Figura 57 – Dona Aparecida Ananias e seu pilão



Fonte: Arquivo Pessoal da pesquisadora

Foto 58 – Cia de Reis Estrela do Oriente da Vila Nhocuné (1990)



Fonte: Arquivo PAB Vila Nhocuné – cedido à pesquisadora.

Figura 59 – Isaltina Farias Barbosa em sala de aula (MOVA)



Fonte: Arquivo pessoal de Isaltina Farias Barbosa – cedido à pesquisadora

Foto 60 – Família de Layla Costa da Silva Tosta



Fonte: Arquivo de Layla Tosta (Sra. Cecília, Sr. Cremildo, Ébano e Layla) - cedido à pesquisadora

Foto 61– Arturzinho e Sr. Cremildo – PAB/RJ



Fonte: Arquivo de Layla C. S. Tosta – cedido à pesquisadora

Foto 62 – 1ª Comunhão de Maria Apparecida Amaral Silva



Fonte: Arquivo da família Amaral – cedido à pesquisadora

Foto 63 – Dona Apparecida Amaral (bate papo e memória na cozinha)



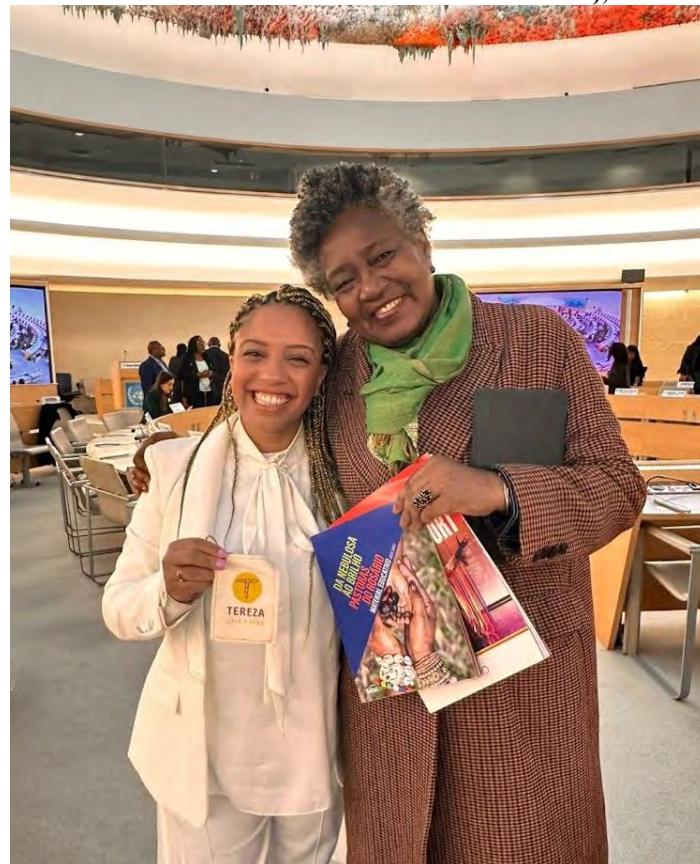
Fonte: Arquivo e fotografia da pesquisadora

Foto 64 – Adorno de Cabeça (Artesania Família Amaral)



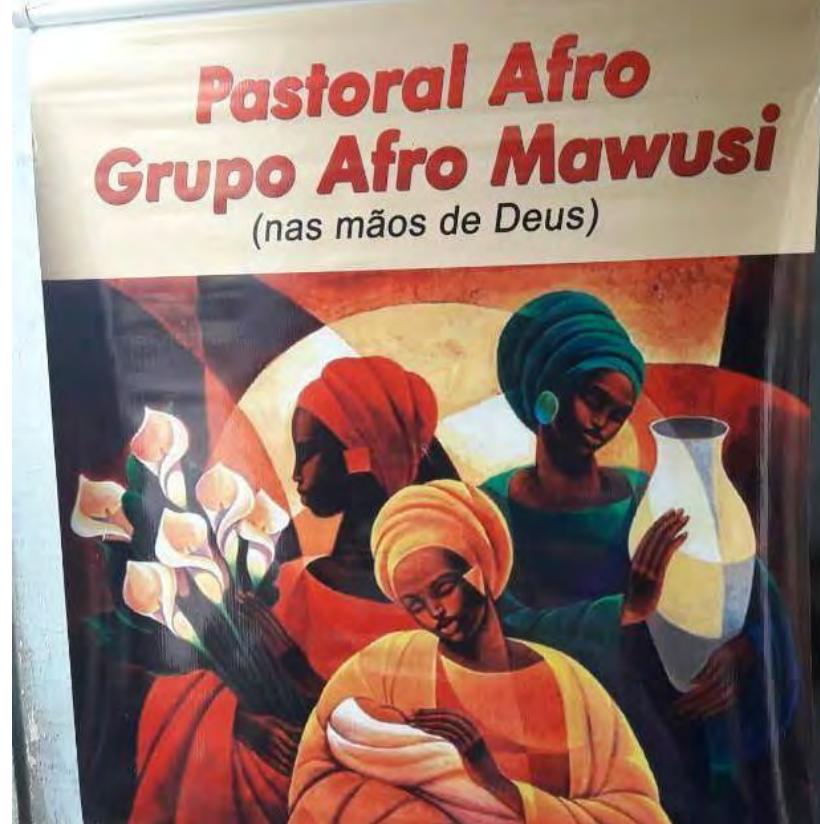
Fonte: Arquivo e fotografia da pesquisadora

Foto 65 – Cleide Aparecida Vitorino e Ana Carolina (OAB–Fórum Permanente das Pessoas Afrodescendentes), Genebra/2024



Fonte: Arquivo pessoal de Cleide Vitorino - cedido à pesquisadora

Figura 66 – Estandarte PAB - Grupo Mawusi, fundado por Cármem Lúcia Oliveira



Fonte: Arquivo pessoal da Família Oliveira cedido à pesquisadora

Figura 67 – Folder Encontro de Jovens Negros - GAPAD



Fonte: Centro Referencial GAPAD, cedido à pesquisadora

Foto 68 – Encontro de Jovens Negros Católicos – GAPAD (2016)



Fonte: Centro Referencial GAPAD, cedido à pesquisadora

Foto 69 – Equipe Cozinha do Encontro de Jovens Negros – GAPAD (2018)



Fonte: Centro Referencial GAPAD, cedido à pesquisadora (Senhoras PAB de Vila Nhocuné)

Foto 70 – Anciãs no Encontro de Formação para as relações étnico-raciais



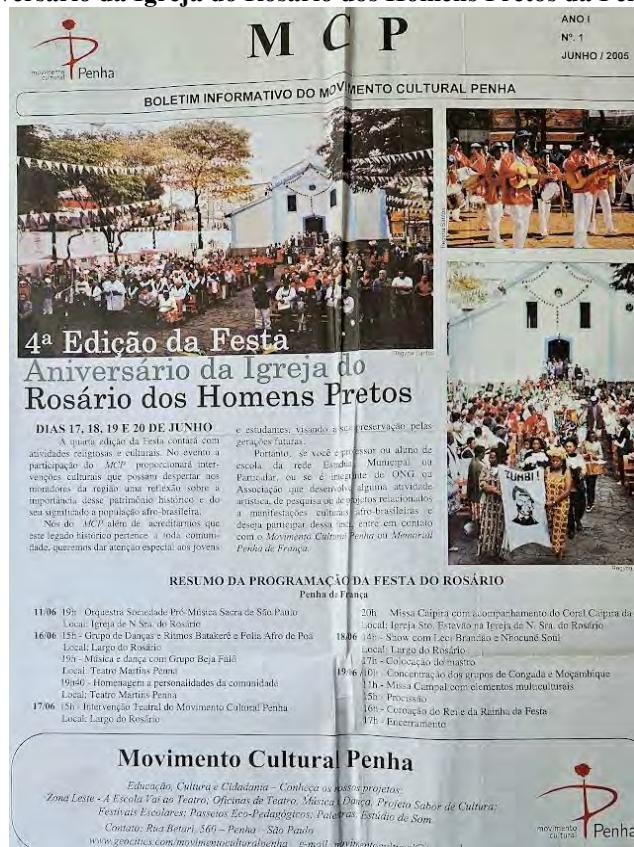
Fonte: Arquivo e fotografia da pesquisadora (da esquerda para direita Simone Oliveira, Santinha Santos, Isaltina Barbosa, Eloá Pimenta, Cleide Vitorino, Maria Cândida Tomáz, Margarida Adão, Vilminha)

Foto 71 – Irmandade de Nossa Senhora Aparecida e São Benedito do Lauzane Paulista



Fonte: Arquivo PAB Vila Nhocuné, cedido à pesquisadora (fotografia de Joel Novaes, 2017)

Foto 72 – Boletim Movimento Cultural Penha
Festa de Aniversário da Igreja do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França



Fonte: Acervo do Movimento Cultural Penha de França, cedido à pesquisadora

Foto 73 – Altar Missa Inculturada Afro - Par. Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Arquivo PAB Vila Nhocuné - cedido à pesquisadora (da esquerda para direita Pe. Luis Fernando, Pe. Marco Longuini Barbosa e coroinhas)

Foto 74 – Encontro de Integração 2017 - GAPAD



Fonte: Arquivo Centro Referencial GAPAD, fotografia de Simone Oliveira – (da esquerda para direita
padre Oscar Liofo, Bianca Almeida de Oliveira e padre Sabé)

Foto 75 – Rosalina Flauzino e Bandereira da Cia de Reis Estrela do Oriente VI. Nhocuné



Fonte: Arquivo Cia Folia de Reis Estrela do Oriente -cedido à pesquisadora

Figura 76 – Cia de Reis Estrela do Oriente de Vila Nhocuné



Fonte: Arquivo Cia Folia de Reis Estrela do Oriente, cedido à pesquisadora
 Fotografia de Simone Oliveira - Festa Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e São Benedito –
 Penha de França, SP / 2023

Foto 77 – Irmandade de São Benedito das Vitórias da Vila Formosa



Fonte: Arquivo pessoal da família Leide, cedido à pesquisadora

Foto 78 – Congada de Santa Efigênia de Mogi das Cruzes/SP participação na Missa Afro Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Vila Nhocuné/SP



Fonte: Arquivo da PAB Vila Nhocuné, cedido à pesquisadora

**Foto 79 – Apresentação dos Estandartes (Missa Afro)
Festa de São Benedito na Paróquia São Benedito da Vitórias / SP**



Fonte: Arquivo e foto da pesquisadora (ao centro Dona Leni Maria da Silva Correia /CONISB)

Foto 80 – Procissão das Irmandade em Festa para São Benedito (2018)



Fonte: Arquivo e foto da pesquisadora

Foto 81 – Pedido de Benção (Moçambique Nossa Senhora Aparecida e São Benedito - Grupo Cambaiá, Mestre Silvio Oliveira)



Fonte: Arquivo do Centro Referencial GAPD, cedido à pesquisadora

Foto 82 – Finalização Encontro de Jovens Negros – Ermelino Matarazzo



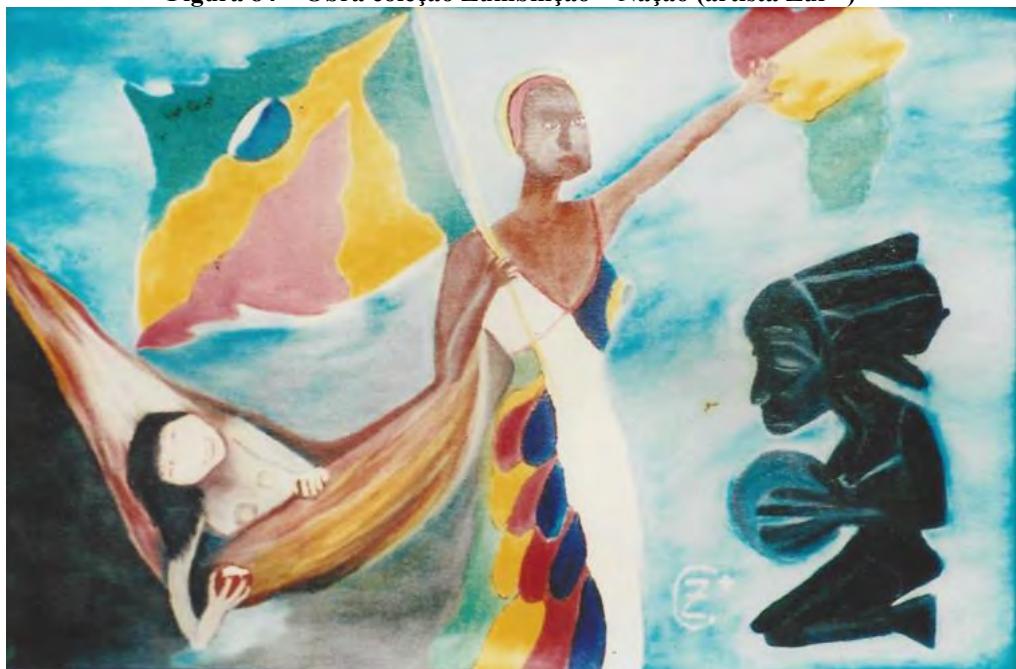
Fonte: Arquivo do Centro Referencial GAPAD - cedido à pesquisadora

Foto 83 – Moçambique e Pastoral Afro em Festejos à Nossa Senhora do Rosário e São Benedito



Fonte: Arquivo e fotografia da pesquisadora

Figura 84 – Obra coleção Zumbilição – Nação (artista Zul +)



Fonte: <https://zulmirazulmais.wordpress.com/2015/07/24/zumbilicao/>

Foto 85 – Pintura São Benedito e Nossa Sra. Aparecida



Fonte: Arquivo pessoal Família Malachias (Artista Zul +)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

AMADOR DE DEUS, Zélia. **O corpo negro como marca identitária na diáspora africana**. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador. Anais eletrônicos. Disponível em:
https://fenomenologiadasonsolidariedade.files.wordpress.com/2013/11/1308245884_arquivo_corpo_comomarcaidentitariaartigoversaofinal-zelia.pdf. Acesso em: 24/01/2024.

ARAÚJO, Jurandyr Azevedo. **P t Af - B : u h h da P t Af - CNBB (PAB)**. Disponível:
www.cnbb.org.br/arquivo/images/arquivos/files/. Acesso em: 15 de março de 2018.

BÂ, Amadou Hampâté. **Amkoullel: o menino fula**. São Paulo: Casa das Áfricas, 2003.

_____, **A Tradição Viva In. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

BAIRROS, Luiza. **III Conferência Mundial contra o racismo**. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 169–170, jan. 2002.

BERND, Zilá. **Inscrição do oral e do popular na Tradição Literária Brasileira**. In: Fronteira do literário: literaturas oral e popular Brasil/França. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. p.75-91.

_____. **O que é negritude**. São Paulo: Editora Brasiliense, s/d.

BINA, Gabriel Gonzaga. **A contribuição do Atabaque na Igreja**, 2017.

BOFF, Leonardo. **Teologia do cativeiro e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BORGES, Rosangela. **Axé, madona Achiropita!: presença da cultura afro-brasileira nas celebrações da Igreja de Nossa Senhora Achiropita, em São Paulo**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

BOSI, Ecléa. **Sociedade e memória: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A Queiroz, 1979.

_____. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo (org). Cultura brasileira: OLIVEIRA, Eduardo. Epistemologia da ancestralidade. **Entrelugares: revista de sociopoética e abordagens afins**, v. 1, n. 2, p. 10, 2009.

CALDEIRA, Cleusa. **Teologia feminista negra: Vozes que ecoam da África e da América Latina**. Editora Vozes, 2023.

CAMACHO, Daniel. **Movimentos sociais: algumas discussões conceituais**. In: WARRENSCHERER, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.). Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 214-245.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir**, relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (destaques). 2010.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista brasileira de Educação**, p. 40-51, 2002.

_____. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

GUITARRARA, Paloma. "Pandemia de covid-19"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/pandemia-de-covid-19.htm>. Acesso em 17 dez 2023.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade na pós-modernidade;** tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HOOKS, bell. **Intelectuais negras.** Estudos feministas, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

_____. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

_____. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras.** São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Editora Cobogó, 2019.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A Pesquisa Como Heurística, Ato De Currículo E Formação Universitária.** Campinas: Pontes Editora, 2020.

MALACHIAS, Rosangela. AÇÕES, Comunicativas. Mulheres Brasileiras na Liderança Educacional. **Mulheres liderando a educação em todos os continentes – compartilhando o espírito, atiçando a chama,** 2009.

_____. **Só podia ser coisa de Preta! Reflexões interseccionais de uma educomunicadora.** Revista Interinstitucional de Artes de Educar, v. 8, p. 120-144, 2022.

MARTINS, Leda Maria. **Narrativas orais fundadoras.** In: Nações/narrações: Nossas Estórias e Histórias. Organização de Rita Terezinha Schmidt. Porto Alegre: ABEA, 1997.

_____. **A oralitura da memória.** In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). Brasil Afro-Brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela.** Editora Cobogó, 2021.

_____. **Afrografias da memória: o Reinado do Rosário no Jatobá.** Editora Perspectiva S/A, 2021.

MBITI, John S. **Religiões e filosofia africanas.** Heinemann, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral.** São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

MIRCEA, Eliade. **O sagrado e o profano: a essência das religiões.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro-Série Princípios.** São Paulo: Editora Ática SA, p. 83, 1992.

_____. Formas de resistência do negro escravizado e do afrodescendente. **O Negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição**, p. 9-32, São Paulo, 2004.

_____. **Sociologia do negro brasileiro.** Editora Perspectiva SA, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Redisputando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** São Paulo: Autêntica Editora, 2019.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução . Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoesDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2022.

NASCIMENTO, Elisa Larkin; GÁ, Luiz Carlos. **Adinkra–Sabedoria em símbolos africanos.** Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2022.

NASCIMENTO, Wanderson Flor. **Entre apostas e heranças: contornos africanos e afro-brasileiros na educação e no ensino de filosofia no Brasil.** Rio de Janeiro: NEFI, 2020.

NOGUERA, Renato. **Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectivista.** Revista da ABPN, v. 3, n. 6, p. 147-150, fev, 2012.

OLIVEIRA, Rosenilton Silva de. **A cor da fé: identidades negras e religião.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

OLIVEIRA, Simone Almeida. Penha de França: **Onde o rosário nos une sobrevivências culturais e transformações do ser e do espaço em uma festa religiosa paulistana.** TCC (Pós-Graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos). Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC). Escola de Comunicação e Artes, Universidade São Paulo, São Paulo, SP, 2014.

_____. **A voz que constrói fortalezas.** TCC (Pós-Graduação em Narração Artística: Poéticas das Oralidades na Arte e na Educação). A Casa Tombada Lugar de Arte, Cultura e Educação. Faculdade de Conchas (FACONNET), São Paulo, SP, 2021.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Lá vem o meu parente. As irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII).** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

_____. **Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890).** São Paulo: Annablume, 2002.

RAMOSE, Mogobe B. **A importânc v t “Nó”.** Entrevista. Trad.: Luís Marcos Sander. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, 353, ano X, p. 3-9, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ROCHA, José Geraldo. **Teologia & Negritude: Um estudo sobre os Agentes de Pastoral Negros.** Rio Grande do Sul: Paallotti, 1998.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações.** Brasília: INCTI, UnB, 2015.

_____. **Somos da terra. Piseagrama,** Belo Horizonte, v. 12, p. 44-51, 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/somos-da-terra/>. Acesso em: 12 de setembro de 2022.

SANTOS, Fabrício Forganés; GHIRARDELLO, Nilson. **A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e o espaço urbano negro na cidade de São Paulo pós-abolição.** Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 7, n. 53, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, Gisele Rose da. Azoilda Loretto da Trindade: **O baobá dos valores civilizatórios afrobrasileiros**. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2020. p.89.

SILVA, Vera Maria Tietzman. **Sobre os contos e recontos**. AGUIAR, Vera Teixeira, 2012.

SOUZA, Marina de Mello. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo**. Editora UFMG, 2002.

_____. **Catolicismo negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural**. Afro-Ásia, n. 28, p. 125-146, 2002.

XAVIER, Giovana. **H tó I t tu Mu h N : u v “t tó x t ” h t á f**. Revista História Hoje, v. 11, n. 22, p. 349-365, 2022.

ZWETSCH, Roberto Ervino. **Teologia Indígena e Teologia Afro-brasileira–caminhos de fé e vida em diálogo. identidade!** v. 22, n. 1, p. 78-99, 2017.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Saberes e Fazeres (vol.3): **Modos de Interagir**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.